

Ana Catarina das Neves Castro e Melo

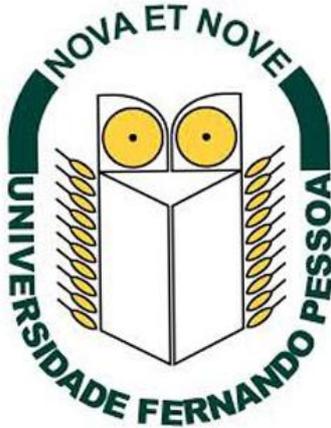


A (In) Definição e Emergência do Jornalismo Humanitário:
A cobertura mediática do conflito de Cabo Delgado no jornal Público

UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Porto, 2021

Ana Catarina das Neves Castro e Melo



A (In) Definição e Emergência do Jornalismo Humanitário:
A cobertura mediática do conflito de Cabo Delgado no jornal Público

UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Porto, 2021

Ana Catarina das Neves Castro e Melo

A (In) Definição e Emergência do Jornalismo Humanitário:
A cobertura mediática do conflito de Cabo Delgado no jornal Público

Trabalho apresentado à Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Comunicação: Jornalismo, sob orientação científica do Professor Ricardo Jorge Pinto.

Resumo

O conceito de Jornalismo Humanitário, teorizado nesta investigação, inclui e integra os propósitos de diversos movimentos jornalísticos que, nos últimos 30 anos, têm vindo a considerar a importância dos média se centrarem, também, na proximidade social, na causa humana e na defesa dos seus direitos.

Esta investigação assume, pois, o objetivo de contribuir para “construir um jornalismo capaz de reduzir o sofrimento humano e, sobretudo, impedir que ele se dê em silêncio e na opacidade, marcado pelo véu do esquecimento e pela rotina da normalidade”. (Victor, 2018, p. 97).

Valendo-se da expectativa de uma necessária reinvenção do Jornalismo, este trabalho pretendeu perscrutar o conceito de Jornalismo Humanitário, questionando a sua existência em Portugal. Considerando a tipicidade do conceito e a exígua investigação empírica sobre a temática em contexto português, nomeou-se como estudo de caso – *A cobertura mediática do conflito de Cabo Delgado no jornal Público*, como instrumento de investigação de método qualitativo.

Constatada a inexistência, no referido meio de comunicação, do titulado Jornalismo Humanitário, protagonizado por jornalistas especializados, e com conteúdos publicados em secção autónoma, com espaço permanente para a sua discussão e financiamento previsto para a sua execução, urge indagar sobre a responsabilidade que os média detêm sobre os conteúdos partilhados e a premente integração efetiva das temáticas humanitárias na agenda informativa.

Palavras-Chave:

Jornalismo Humanitário; Cabo Delgado; Crise Humanitária; Direitos Humanos; Opinião Pública; Público

Abstract

The concept of Humanitarian Journalism, theorized in this investigation, includes and integrates the purposes of several journalistic approaches that in the last 30 years have come to consider the importance of the media to also focus on social proximity, on the human cause and on its rights.

Therefore, this investigation assumes the objective of contributing to “build a skilful journalism for reducing human suffering and, above all, preventing it from taking place in silence and opacity, marked by the veil of oblivion and the routine of normality”. (Victor, 2018, p. 97).

Taking advantage of the prospect of a necessary reinvention of Journalism, this work aimed to examine the concept of Humanitarian Journalism, questioning its existence in Portugal. Considering the typical characteristics of the concept and the scarce empirical research on the subject in the Portuguese context, it was designated as a case study – *The media coverage of the conflict in Cabo Delgado in 'Público' newspaper, as a research instrument of qualitative methodology*.

Once the inexistence, in the mentioned media, of the called Humanitarian Journalism, carried out by specialized journalists with contents published in an autonomous section, plus permanent space for its discussion and foreseen financing for its execution, it is urgent to inquire about the responsibility detain by the media on the shared content and the urgent effective integration of humanitarian issues in the news agenda.

Key words:

Humanitarian Journalism; Cabo Delgado; Humanitarian Crisis; Human Rights; Public Opinion; Público

Dedicatória

Aos meus Pais,
À minha Avó, que recordei em cada página escrita.

Agradecimentos

*"Sometimes our light goes out but is blown into flame by another human being.
Each of us owes deepest thanks to those who have rekindled this light."*

Albert Schweitzer

À Universidade Fernando Pessoa, na pessoa do seu Magnífico Reitor Professor Doutor Salvato Trigo, que tornou possível a realização desta investigação.

Ao meu orientador, Professor Doutor Ricardo Jorge Pinto, a quem sempre agradecerei, o apoio, a generosidade e a confiança que continuamente me oferece. Aos meus Pais, Fernando e Conceição, os pilares da minha vida, incondicionalmente presentes em cada passo do meu caminho.

Ao meu Amigo de sempre e para sempre, Ricardo Nunes, pela atenta revisão, pelo cuidado e permanente incentivo.

À minha Amiga, irmã de coração, Isabel Portela, pelo carinho e serenidade com que sempre me ouviu e amparou quando a angústia me visitava.

Ao meu companheiro de viagem, Hugo Sampaio, por ter sido a minha última fonte de energia no final desta odisseia.

À extraordinária jornalista Ana Cristina Pereira, pela conversa que nunca foi uma entrevista, mas antes uma inspiração para o trabalho que se seguiu.

Às personalidades entrevistadas no âmbito desta investigação, que tiveram a amabilidade e disponibilidade para me cederem tempo e conhecimento: Catarina Furtado e António Rodrigues.

Obrigada.

Índice

Resumo	III
Abstract.....	IV
Dedicatória.....	V
Agradecimentos	VI
Introdução	2
Capítulo 1: (In) Definição e Emergência do Jornalismo Humanitário	6
1.1 A semiótica do conceito	6
1.2 O contributo da ONU na proclamação e vigilância dos Direitos Humanos	9
1.2.1 Proclamação dos Direitos Humanos.....	10
1.3 Cimeira Mundial Humanitária: renovação do compromisso com a Humanidade	11
1.4 A crise humanitária do século XXI	13
Capítulo 2: O impacto social dos média e o paradigma da objetividade jornalística.....	15
2.1 O impacto dos média na sociedade civil e na construção da opinião pública.....	15
2.2 O controverso ideal da objetividade jornalística	18
2.2.1 Génese da objetividade jornalística	19
2.2.2 Contestação à objetividade jornalística	21
2.2.3 Da objetividade à interpretação dos factos no jornalismo.....	23
2.2.4 Objetividade, neutralidade, imparcialidade e ética jornalística	25
Capítulo 3: Princípios orientadores do Jornalismo Humanitário.....	28
3.1 A notícia, a reportagem e a entrevista humanitária	29
3.2 A imagem ao serviço da informação	32
3.3 A proteção dos jornalistas em contexto de emergência humanitária.....	36
3.3.1 A proteção dos jornalistas no âmbito do Direito Internacional Humanitário	37
Capítulo 4: Enquadramento Metodológico	42
4.1 Problemática em estudo, abordagem e procedimentos metodológicos	42

4.2	Conceitualização do método.....	44
4.3	Contextualização: O conflito de Cabo Delgado	48
4.3.1	As partes do conflito.....	49
4.4	O jornal Público.....	51
	Capítulo 5: Apresentação e Discussão de resultados.....	53
5.1	Categoria 1 – Data de Publicação.....	54
5.1.1	Descrição dos resultados do ano 2017 e 2018.....	55
5.1.2	Reflexão sumária dos resultados do ano 2017 e 2018.....	57
5.1.3	Descrição dos resultados do ano 2019.....	57
5.1.4	Reflexão sumária dos resultados do ano 2019	59
5.1.5	Descrição dos resultados do ano 2020.....	60
5.1.6	Reflexão sumária dos resultados do ano 2020	64
5.1.7	Descrição dos resultados do ano 2021.....	66
5.1.8	Reflexão sumária dos resultados do ano 2021	69
5.1.9	Conclusão da análise da Categoria 1 – Data de Publicação	70
5.2	Categoria 2 – Género Jornalístico	75
5.3	Categoria 3 – Autor	77
5.4	Categoria 4 – As Reportagens do Conflito a partir de Cabo Delgado.....	82
5.4.1	Descrição dos resultados	84
5.4.2	Análise de conteúdo.....	85
	Conclusão	92
	Bibliografia.....	97
	Apêndice I.....	103
	Apêndice II	117
	Apêndice III.....	123

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Publicações sobre Cabo Delgado no jornal Público	54
Gráfico 2 – Publicações sobre Cabo Delgado no jornal Público por Gênero Jornalístico	75
Gráfico3 – Total de publicações encontradas pela palavra-chave Cabo Delgado no jornal Público	78
Gráfico 4 – Publicações sobre o Conflito de Cabo Delgado vs Outros temas	79

Introdução

Numa conjuntura comunicacional em que a mediação, a contextualização e a interpretação da realidade estão submetidas ao princípio da instantaneidade; em que os valores jornalísticos coexistem com critérios comerciais; em que os cidadãos assumem gradualmente a função de jornalista num cenário de inegável disputa de vozes no acesso ao espaço público; e numa luta desigual com os fluxos informativos gerados pelas redes sociais - deparamo-nos, enquanto sociedade, parcialmente privados de informação plural e fundamentada.

A crise que o setor dos média em Portugal atravessa, tem-se refletido num comprometimento da qualidade da informação publicada. A escassez de recursos financeiros e humanos e a pressão a que os média estão sujeitos tem vindo a afetar, particularmente pelas exigências envolvidas, a cobertura de temas - em larga escala internacionais - relacionados com a Humanidade e os seus Direitos.

Apesar da discussão do papel dos média na promoção dos direitos humanos ser recorrente, e reunir largo consenso quanto à sua conveniência, a sua aplicabilidade, em Portugal, não vai além da abordagem dos assuntos de política externa de conflito e emergência, que dominam a agenda mediática internacional de forma cíclica e pontual.

Conforme Mesquita (2003, p. 185) argumenta, o jornalista “(...) gere espaços de debate público e contribui para estabelecer a ordem do dia”, não se limitando a produzir informação. Assim, ciente da repercussão e consequência do seu trabalho, julga-se pertinente que, numa sociedade ávida por equidade e solidariedade, o jornalista e o espaço mediático sejam sensíveis e vigilantes aos atentados contra os direitos humanos.

Num quadro exigente, agravado por uma inquietante crise económica, o presente estudo não revela a ambição - apesar de urgente e espinhosa - de recriar o Jornalismo. Nem tão pouco, ousa solucionar questões que a investigação sobre os média no último século tem ajudado a formular.

Consciente da amplitude e complexidade do tema, que apela à intervenção de académicos e profissionais do setor, a presente investigação pretende, ainda assim, constituir um estímulo e um contributo para a reflexão das temáticas humanitárias integrarem, de forma efetiva, a agenda informativa, ultrapassando, assim, os critérios atuais de noticiabilidade.

Esta investigação assume, pois, o objetivo de contribuir para “construir um jornalismo capaz de reduzir o sofrimento humano e, sobretudo, impedir que ele se dê em silêncio e

na opacidade, marcado pelo véu do esquecimento e pela rotina da normalidade”. (Victor, 2018, p. 97).

Valendo-se da expectativa de uma necessária reinvenção do Jornalismo, este trabalho pretende perscrutar o conceito de Jornalismo Humanitário, indagando sobre a sua existência em Portugal. Para o efeito, nomeou-se como estudo de caso – *A cobertura mediática do conflito de Cabo Delgado no jornal Público*, com o propósito de se analisar o comportamento de um meio de comunicação social português de referência, perante uma temática, emergente e atual, de âmbito humanitário.

Desenvolveu-se esta investigação num tempo que testemunhou mudanças profundas no campo social, comunicacional, económico e político. Na verdade, o ano 2020 será recordado como um crucial ponto de inflexão na história humana. O novo coronavírus SARS-CoV-2, responsável pela doença COVID-19, foi identificado pela primeira vez no mês de dezembro de 2019 em Wuhan, na província de Hubei - República Popular da China.

Em março de 2020, volvidos exíguos três meses, os “níveis alarmantes de propagação e inação da doença” - nas palavras do Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus, obrigaram a OMS a declarar a epidemia de COVID-19 como sendo uma pandemia.

Adivinhava-se que a crise pandémica motivaria mudanças globais. Mas as previsões não podiam alcançar com rigor a dimensão das transformações sociais e económicas que viriam a ter lugar num excecional período curto de tempo.

A crise pandémica acentuou desigualdades sociais, evidenciou fragilidades e contribuiu para reações extremadas da população mundial.

Neste contexto, e sendo o Jornalismo permeável às mudanças sociais, políticas, económicas, culturais e tecnológicas, sugere-se que, dentro do seu quadro de valores, o ofício se adapte à sociedade e desempenhe um papel ativo de interesse público, orientando recursos (humanos e financeiros) para a efetiva investigação e divulgação de temas humanitários. Propõe-se, portanto, que o Jornalismo, consciente da realidade atual, recupere o seu carácter indispensável reportando com rigor e proximidade os atropelos e flagelos humanitários.

A estrutura desta investigação, organizada em cinco capítulos, conserva uma forma orgânica, através da qual se pretende potenciar uma compreensão ampla sobre o tema e sobre a sua significância no panorama mediático. Em vista disso, o primeiro capítulo concentra-se em definir o conceito de Jornalismo Humanitário, revendo os autores que

melhor o aprofundam para, em seguida, explicitar as temáticas que se enquadram no seu âmbito. Tendo em conta o indispensável, e também simbólico, contributo da Organização das Nações Unidas (ONU) na proclamação dos direitos humanos – argumento central do Jornalismo Humanitário, discorre-se, ainda, sobre o papel da ONU na sua vigilância e nas ações que promove e executa com vista à renovação do seu compromisso para com a Humanidade. Finda-se o capítulo com um esclarecimento sobre a crise humanitária do século XXI, com o intuito de se esclarecer, fundamentar e defender a pertinência do investimento na especialização humanitária no jornalismo contemporâneo.

O segundo capítulo empenha-se em discutir o impacto dos média na sociedade civil e na construção da opinião pública, recorrendo aos pensadores e às suas principais teorias da comunicação. Considerando as características discursivas que mais impactam ou influenciam a opinião pública, propõe-se ainda, uma reflexão sobre o controverso ideal da objetividade jornalística, abordando a sua génese, a sua exequibilidade e inevitável transformação do conceito ao longo do tempo – possibilitando a admissibilidade da interpretação dos factos no jornalismo.

O terceiro capítulo ocupa-se do que se acredita serem os princípios orientadores para a prática do jornalismo humanitário. Apesar da inexpressiva literatura sobre o tema, ponderou-se sobre as características da notícia, reportagem e entrevista em contexto humanitário, bem como, sobre a utilização da imagem como meio privilegiado de transmissão de informação. Atendendo à excecionalidade do contexto de emergência a que os jornalistas responsáveis pela sua cobertura estão sujeitos, termina-se o capítulo aludindo aos mecanismos de proteção dos jornalistas no âmbito do direito internacional humanitário.

No capítulo quatro é apresentado e justificado o estudo de caso - *A cobertura mediática do conflito de Cabo Delgado no jornal Público*, como instrumento de investigação de método qualitativo, em que assenta a componente prática, de conhecimento empírico, deste trabalho. Explicitada a abordagem e os procedimentos metodológicos, procedeu-se à concetualização do método e, por fim, à contextualização informativa sobre o tema do objeto em estudo.

A presente investigação termina com o capítulo cinco onde se expõe e discute os resultados obtidos.

Acreditando em Collier quando sentenciou “que o sucesso é a soma de pequenos esforços”, pretende-se com esta investigação contribuir, mesmo que residualmente, para recuperar, através do Jornalismo, a Humanidade adormecida.

Capítulo 1: (In) Definição e Emergência do Jornalismo Humanitário

No âmbito do Jornalismo Humanitário, crê-se que o jornalista dê a conhecer ao mundo, de forma objetiva e isenta, notícias que permitam salvar vidas, minorar o sofrimento humano e proteger a dignidade humana, durante e após uma crise humanitária, seja ela de que índole for.

1.1 A semiótica do conceito

"We will illuminate dark places and, with a deep sense of responsibility, interpret these troubled times."

Joseph Pulitzer III

O conceito Jornalismo Humanitário, apesar de pouco debatido em Portugal, não representa uma nova área do jornalismo, sendo prática usual e verificável, em particular, nos meios de comunicação americanos e britânicos. Ainda assim, e apesar de não constituir uma temática inovadora, constata-se que “não existe uma definição ou mesmo uma construção avançada do conceito.” (Victor, 2018, p. 104) A jornalista, docente e investigadora Cilene Victor, líder do grupo de investigação *Jornalismo Humanitário e Media Interventions* na Universidade Metodista de São Paulo, considera que “uma epistemologia desse modo de fazer jornalístico ainda está subordinada ao estudo e à análise da cobertura jornalística que passamos a chamar de humanitária”. (Victor, 2018, p. 104)

A mesma posição é defendida por Martin Scott, investigador principal do projeto *Humanitarian Journalism Research*, desenvolvido na Universidade de East Anglia, que considera “o conceito de notícias humanitárias frequentemente utilizado”, porém, “raramente definido.” (Scott, 2017, *online*)

Num exercício que pretende esclarecer *O que torna as notícias humanitárias?* (Scott, 2017, *online*), o investigador britânico defende a existência de três dimensões a relevar, afirmando que as notícias que devem integrar o objeto em estudo, são aquelas que: reportam crises humanitárias e os seus atores; as que adotam uma ética humanitária; e as que evidenciam os princípios do humanitarismo. Conclui, acrescentando que, “as três categorias propostas dizem respeito à natureza, à ética e ao propósito do jornalismo, respetivamente - o quê? o como? e o porquê? das notícias.” (Scott, 2017, *online*)

Com o propósito de estabelecer um entendimento quanto à caracterização da doutrina humanitária, importa referir que “o conceito e a prática da ação humanitária têm origens e raízes em tradições religiosas e filosóficas recuadas no tempo.” (Nascimento, 2013, p. 94). O livro de memórias de Henri Dunant, *A Memory of Solferino*, de 1862, escrito depois do autor testemunhar a violência da Batalha de Solferino, defendia “que em tempo de paz, todas as nações deveriam estabelecer sociedades voluntárias de auxílio a feridos e doentes em batalha.” (Nascimento, 2013, p. 94-95) As memórias revelaram-se o prelúdio para a discussão e construção do perfil humanitário, uma vez que, depois da obra publicada, Henry Dunant, em conjunto com o humanista Gustave Moynier e o General Dufour, “decidiram criar um comité com o objetivo de garantir o auxílio médico e assistência aos soldados feridos em combate.” (Nascimento, 2013, p. 95). Foi assim fundado, no final da conferência de Genebra, em 1863, o Comité Internacional para o Auxílio dos Feridos, embrião do atual Comité Internacional da Cruz Vermelha (Barnett, 2011). O emblema da cruz vermelha em fundo branco tornou-se, desde então, símbolo deste movimento humanitário.

O conceito de humanitarismo tem, assim, origem na criação do Comité Internacional da Cruz Vermelha, sendo normalmente aplicado em dois contextos: guerra e catástrofes naturais. Sendo que, de acordo com o versado no Observatório sobre Crises e Alternativas - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, em qualquer uma das situações está subjacente a ideia de sofrimento humano. Lê-se ainda, na mesma fonte, que “na sua conceção clássica, o humanitarismo é pautado pelos princípios de humanidade, imparcialidade, neutralidade e independência.”

Ora, enquadrando os princípios humanitários no âmbito do jornalismo, Martin Scott, clarifica que, as notícias que adotam uma ética humanitária, “estão em conformidade com uma compreensão mais ampla do humanitarismo”, tratado pelo autor como “a ética da bondade, da benevolência e simpatia, que se estendem universal e imparcialmente a todos os seres humanos” (Scott, 2017, *online*). O mesmo autor, afirma ainda, no estudo *The State of Humanitarian Journalism*, que o jornalismo humanitário se materializa na “produção de relatos factuais sobre crises e questões que afetam o bem-estar humano” (Scott et al., 2018), afirmação que, no entendimento de Victor (2018, p. 108), se concretiza na cobertura de “guerras, conflitos, desastres ou qualquer forma de violação dos direitos humanos”.

Adriana Carranca (2014, *online*), investigadora convidada do Instituto Reuters para os Estudos do Jornalismo - Universidade de Oxford, consubstancia os anteriores

fundamentos, alegando que, “tal como o jornalismo político, económico, cultural ou desportivo, também o jornalismo humanitário é uma especialização”. Esclarece, ainda, no mesmo artigo de 2014 no jornal o Estado de São Paulo, que os repórteres humanitários “acompanham (...) conflitos armados, epidemias e desastres naturais”, bem como, temáticas relacionadas com os direitos humanos, não diretamente associadas a conflitos armados”. (Carranca, 2014, *online*).

No que aos direitos humanos diz respeito, há ainda a considerar a existência de uma vaga que defende o exercício de um jornalismo inteiramente dedicado ao tema, apresentando-o como uma “alternativa mais radical ao jornalismo convencional” (Shaw, 2012, p. 14). Este facto, de acordo com Ibrahim Seaga Shaw, autor de *Human Rights Journalism*, um dos primeiros livros a explorar, de forma exclusiva e crítica, o papel dos média na promoção e proteção dos Direitos Humanos, “assume uma abordagem mais proactiva, ao priorizar a desconstrução da violência indireta estrutural e cultural como forma de prevenir ou minimizar a incidência de políticas de violência.” (Shaw, 2012, p. 14).

O conceito de Jornalismo Humanitário, teorizado nesta investigação, pretende incluir e integrar os propósitos de diversos movimentos jornalísticos que, nos últimos trinta anos, têm vindo a considerar a importância dos média se centrarem, também, na proximidade social, na causa humana e na defesa dos seus direitos. Deparamo-nos, na literatura científica dedicada aos Estudos Mediáticos, com a presença de conceitos que, apesar de distintos, partilham um mesmo eixo: o valor social no jornalismo. Para além do já referido “Jornalismo de Direitos Humanos”, é também disso exemplo conceito de “Jornalismo Público”, com origem nos EUA em 1988, e que representou “um momento decisivo na emergência de um novo movimento” do jornalismo (*cit. in* Traquina e Mesquita, 2003, p. 10) defendendo um papel mais ativo dos média para melhorar a qualidade de vida da comunidade. O conceito de “Jornalismo de Paz”, fundado por Johan Galtung em 1970, mas popularizado em 1990, promove uma “atuação mais ampla, justa e apurada de contar histórias, na medida em que se propõe a promover a análise, o entendimento e a transformação dos conflitos”. (McGoldrick e Lynch, 2000, p. 3). De referir ainda, o “Jornalismo de Desenvolvimento”, conceito utilizado pela primeira vez na década de 60, e que considera “o desenvolvimento um objetivo positivo e desejável, e que os meios de comunicação de massa podem fazer muito para fomentá-lo.” (Kunczik, 2002, p. 135). E, por fim, o “Jornalismo de Causas”, cuja controvérsia quanto à sua idoneidade é frequente e provoca reflexões como a do investigador de

história contemporânea, Pacheco Pereira, quando afirma que “uma das debilidades do nosso jornalismo é a facilidade com que se torna num "jornalismo de causas", ou seja, numa atividade política pura e simples”. (Público, edição de 18/04/2002, *online*) Acrescentando, também, como referido por Adelino Gomes, jornalista e investigador no âmbito dos Estudos Críticos e Deontologia dos Media, e citado no trabalho de Fernandes (2007, p. 13), que “fazer jornalismo de causas é seguir no fio da navalha da deontologia.”

Do cotejo das posições atrás referidas, devemos concluir, desde já, pela dificuldade de se elaborar um conceito linear de Jornalismo Humanitário, que só aquele, desempenhado por protagonistas independentes e norteado por valores éticos, permite que o grande público conheça e principalmente se importe, com o sofrimento humano, seja ele uma consequência de uma guerra, de uma catástrofe, de um genocídio, da pobreza ou de outra violação contra a dignidade humana. Afirmção ancorada nas considerações do jornalista, autor e investigador Mário Mesquita, quando refere que o jornalismo assume “um importante papel na construção do desenvolvimento local, à medida que contribui para levar para a comunidade discussões que impulsionem esse processo de mudança” (Mesquita, 2009, p. 46).

Considera-se, por isso, no presente estudo, que pertencem ao âmbito do Jornalismo Humanitário os temas cujo núcleo se relaciona ou identifica com os direitos humanos – os quais, como é sabido, são universais, indivisíveis, inalienáveis e interdependentes; não relevando assim, se a ocorrência tem lugar nacional ou internacional; nem se reduzindo à cobertura esporádica de conflitos armados, atentados ou outras formas de desastres – que pela sua natureza se manifestam pontual e violentamente.

1.2 O contributo da ONU na proclamação e vigilância dos Direitos Humanos

A Organização das Nações Unidas (ONU) é uma estrutura internacional e intergovernamental, com vocação universal, constituída em 1945, com a finalidade geral de promover a “concertação a nível político, sem prejuízo de prosseguirem uma multiplicidade de fins específicos, normalmente definidos em termos muito amplos.” (Ribeiro, 1998, p. 95). É dotada de uma constituição, a Carta das Nações Unidas, que regulamenta as relações entre os Estados, através de normas de direito internacional,

aceites pelos signatários como vinculativas. Como afirma Chaumont (1992, p. 50), “a ONU proporciona uma estrutura capaz de intervir na procura de soluções em disputas ou problemas, e virtualmente em qualquer assunto que concerne à humanidade”.

1.2.1 Proclamação dos Direitos Humanos

“Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.”

Declaração Universal dos Direitos Humanos, Artigo I

A 10 de dezembro de 1948, como resultado do conhecimento das atrocidades cometidas durante a 2.^a Guerra Mundial, em especial pelo regime nazi, foi proclamada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, na sua Resolução 217^a, a Declaração Universal dos Direitos Humanos - carta de princípios que estabelece e defende os direitos universais, indivisíveis, inalienáveis e interdependentes do ser humano. Como Presidente da Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas, Eleanor Roosevelt, em 1948, na sua intervenção no Palais de Chaillot, Paris, ainda disponível no arquivo *online* da RTP, considerou o ato “um extraordinário acontecimento na vida das Nações Unidas e na vida da Humanidade.” Por sua vez, René Cassin, principal autor do documento, defendeu na mesma ocasião, passível de ser recordada na mesma fonte, que a Declaração Universal dos Direitos Humanos é “o mais vigoroso e necessário ato de todos os protestos da Humanidade contra as atrocidades e as opressões”.

Proclama a presente Declaração Universal dos Direitos do Homem como ideal comum a atingir por todos os povos e todas as nações, a fim de que todos os indivíduos e todos os órgãos da sociedade, tendo-a constantemente no espírito, se esforcem, pelo ensino e pela educação, por desenvolver o respeito desses direitos e liberdades e por promover, por medidas progressivas de ordem nacional e internacional, o seu reconhecimento e a sua aplicação universais e efetivos tanto entre as populações dos próprios Estados membros como entre as dos territórios colocados sob a sua jurisdição.

Preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos

O documento, composto por trinta artigos que determinam e salvaguardam os direitos primordiais do ser humano, independentemente da sua raça, religião, género ou outra

construção social, fora aprovado com a concordância e o comprometimento de quarenta e oito dos cinquenta e oito Estados-membros que então pertenciam à ONU.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, atualmente subscrita pela totalidade dos Estados-membros da ONU, é aceite como a base do direito internacional dos direitos humanos, tendo inspirado sucessivamente um *corpus* de mais de oitenta documentos legalmente vinculativos da promoção e proteção daquele desiderato, sendo a base da defesa da dignidade da pessoa humana para o gozo dos seus direitos naturalmente intrínsecos.

Não obstante os compromissos firmados, pela maioria das entidades Governamentais, a uma escala global – garantindo a defesa e proteção dos direitos dos seus cidadãos contra o genocídio, a tortura, a desigualdade entre géneros ou qualquer outro crime contra a humanidade – na atualidade, verifica-se um descrédito quanto à efetiva implementação dos acordos subscritos pelos Estados-membros da ONU. Glenn Frankel, jornalista vencedor do prémio Pulitzer em 1989, ao serviço do Washington Post, considera até que “a distância entre o que os governos prometeram cumprir para defenderem os direitos humanos e o que realmente fazem é um abismo ofegante.” (*cit. in Shaw 2012, p.26*).

1.3 Cimeira Mundial Humanitária: renovação do compromisso com a Humanidade

“We need everybody to demand that their societies and governments put humanity first.”

Ban Ki-moon, Dia Mundial Humanitário de 2016

O empenho por parte da Organização das Nações Unidas, e dos seus Estados-membros, em garantirem e promoverem condições de vida favoráveis e dignas a todos os seres humanos, não foi o suficiente para impedir que o mundo viesse a imergir na maior crise humanitária desde a Segunda Guerra Mundial. Ban Ki-moon, diplomata sul-coreano, secretário-geral da Organização das Nações Unidas de 2007 a 2017, assumiu, de forma implícita, o insucesso das políticas orientadas para as problemáticas humanitárias, ao convocar, em maio de 2016, em Istambul, a primeira Cimeira Mundial Humanitária (World Humanitarian Summit). De acordo com a investigadora Cilene Victor, uma das mensagens a reter da realização da Cimeira Humanitária relaciona-se com o facto de

“nas entrelinhas (ter ficado) a percepção de que o encontro de Istambul, com a presença de importantes líderes políticos, era decorrência direta da fragilidade ou do fracasso dos modelos teóricos e das práticas adotadas por todos os setores sociais direta ou indiretamente relacionados com questões humanitárias” (Victor, 2016, p. 45) A mesma autora, no artigo publicado sobre a *Crise Humanitária e os Refugiados da Guerra e do Clima*, recupera a visão do filósofo e sociólogo Edgar Morin e defende que, também este, “amparado na compreensão como um exercício da nossa existência, reconhece que por muito tempo o mundo parece não se ter dado conta da urgência de uma política para a humanidade numa escala planetária, capaz de se somar a uma política de civilização. (...) E é neste caos que devemos encontrar um ponto de partida, um recomeço para a promoção de duas políticas que se conversam, a da civilização e a da humanidade. (Victor, 2016, p. 46) Se dúvidas havia sobre os propósitos desta iniciativa, Ban Ki-moon clarificou-as, definindo a Cimeira de Istambul, como “uma oportunidade para afirmar e renovar o nosso compromisso com a humanidade e para a unidade e a cooperação necessárias para enfrentar os desafios do nosso tempo de forma eficaz”. (United Nations, 2016, p. 3) Depois de setenta e cinco anos do encontro do Palácio St. James, que precedeu a criação da Organização das Nações Unidas, a Cimeira Mundial Humanitária revestiu-se assim de inegável significado e relevância.

Durante dois dias, os mais notáveis líderes políticos discutiram três dos mais determinantes documentos adotados pelos Estados-membros da ONU, em 2015. A saber i) o Marco de Ação de Sendai, que prevê a redução de riscos de desastres ii) a Agenda 2030, objetivos que visam alcançar o desenvolvimento sustentável efetivo; e o iii) Acordo de Paris, documento orientado para o combate, mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Todavia, não sendo documentos vocacionados diretamente para as problemáticas humanitárias, estes são considerados, como recorda Cilene Victor, “um importante norte para os formuladores de políticas públicas, acadêmicos, científicos, para o setor privado, a imprensa e outras instituições interessadas no tema”. (Victor, 2016, p. 49) Sendo por isso possível, no decorrer das diversas páginas, tomar-se conhecimento de sugestões e orientações por parte da ONU em relação aos “caminhos para a atuação da imprensa e dos meios de comunicação como um todo”. (Victor, 2016, p. 49) No que concerne ao fundamental papel da comunicação, a análise dos referidos documentos e demais protocolos internacionais indica, que é função dos média “aproximar as pessoas, a opinião pública e a sociedade do conhecimento dos factos, como os riscos de desastres, as mudanças climáticas e os desafios do desenvolvimento

da humanidade.” (Victor, 2016, p. 50) Essa responsabilidade, como concluiu a investigadora, fazendo referência ao conceito de Habermas (2003) “culmina com a participação do jornalismo na construção da esfera pública”. (Victor, 2016, p. 50)

O contributo dos jornalistas para a discussão de temáticas relacionadas com os direitos humanos, ou qualquer outro atentado à humanidade, tem sido alvo de reflexão nas últimas décadas. Sendo que, no entendimento de Bauman e Calderbank (2008), será através da análise noticiosa e da pluralidade de perspectivas transmitidas pelos média, que os jornalistas têm o poder de assegurar um público devidamente informado e consciente, garantindo assim uma sociedade civil mais vigorosa e interventiva. Contudo, de acordo com o que advoga Ibrahim Seaga Shaw (2012), o principal desafio que o jornalismo dedicado às temáticas humanitárias enfrenta no século XXI, é o de definir de que forma o trabalho jornalístico poderá contribuir para diminuir as diferenças entre a perspectiva transmitida pelas promessas dos líderes mundiais e a efetiva realidade.

1.4 A crise humanitária do século XXI

A Organização das Nações Unidas declarou, em 2016, que o mundo era então testemunha do “maior nível de sofrimento humano desde a Segunda Guerra Mundial”. (ACNUR, 2016, *online*) De modo a impedir o avanço do flagelo humanitário, a Cimeira Mundial de Istambul assumiu o propósito de, conjuntamente com os maiores líderes políticos mundiais, definir uma estratégia para prevenir o sofrimento humano e capacitar a comunidade internacional com instrumentos de resposta, eficazes, perante crises emergentes. De acordo com a ONU, em 2016, eram 125 milhões as pessoas que exigiam assistência e intervenção humanitária. (United Nations, 2016, *online*). Contudo, não obstante o desvelo dos líderes na prossecução dos objetivos, o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (UNOCHA), anunciou que, em 2020, seriam 167,6 milhões as pessoas que, no seguimento de um conflito, guerra ou desastre, careceriam de ajuda humanitária. Sendo ainda previsível, de acordo com o *Global Humanitarian Overview*, o inevitável agravamento da situação, estimando-se que, em 2021, possam ser 235 milhões as pessoas a dependerem de auxílio - um aumento motivado principalmente pela pandemia da COVID-19.

(UNOCHA, 2020, *online*) O mesmo relatório faz ainda referência aos 495 milhões de empregos perdidos no segundo semestre de 2020; a uma perda global de rendimento superior a 10 bilhões de dólares e aos mais de 70 milhões de refugiados que procuram sobreviver às guerras, conflitos e perseguições – o número mais alto de sempre desde que as Nações Unidas assumiram o seu registo. O secretário-geral da ONU, António Guterres, em conferência de imprensa a 1 de dezembro de 2020, clarificou a dimensão da emergência humanitária e enfatizou que "os conflitos, as mudanças climáticas e a COVID-19 geraram o maior desafio humanitário desde a Segunda Guerra Mundial". Dias depois, a documentarista e Embaixadora da Boa Vontade do Fundo das Nações Unidas para a População, Catarina Furtado, acrescentou, a propósito do impacto do vírus SARS-CoV-2 que, “uma das maiores consequências da pandemia foi precisamente ter vindo destapar e agravar as desigualdades de direitos sociais e económicos, para raparigas, mulheres, pessoas com deficiência, pessoas refugiadas e outras em situação de vulnerabilidade.” (Público, edição de 10/12/20, *online*). No mesmo artigo de opinião, publicado por ocasião do Dia Internacional dos Direitos Humanos, a autora concluiu que “os próximos tempos têm de trazer novas políticas públicas e deve ser a sociedade civil a questionar as respostas existentes, que não previnem as mortes evitáveis e morbilidades.” (Público, edição de 10/12/20, *online*) Todavia, para que a sociedade civil se manifeste, persiga soluções e exija uma intervenção firme por parte dos decisores, é indispensável a construção de uma opinião pública devidamente informada e esclarecida – condição fundamental da democracia e requisito para uma sociedade global, sem fronteiras territoriais e culturais. Pois como adverte Daniel Cornu, “a ignorância favorece o poder dos que detêm nas suas mãos a informação e a protegem pelo segredo.” (Cornu, 1994, p. 382)

Capítulo 2: O impacto social dos média e o paradigma da objetividade jornalística

Perscrutar a eventual influência determinista que os meios de comunicação social exercem sobre a sociedade e, indagar sobre a sua responsabilidade nos conteúdos produzidos e difundidos, mantém-se como temática nuclear, em estudo, no jornalismo contemporâneo.

2.1 O impacto dos média na sociedade civil e na construção da opinião pública

“There is no such thing as public opinion. There is only published opinion.”

Winston Churchill

Nas últimas quatro décadas desenvolveram-se numerosas investigações em torno do papel que os média desempenham na sociedade e o alargamento exponencial do seu campo de ação. Mais recentemente, perante a conveniente reflexão sobre o reposicionamento do Jornalismo no século XXI, têm vindo a ser analisados quais os recursos a investir e qual a forma jornalística de atuar perante temáticas do domínio humanitário. Todavia, a função e responsabilidade dos média na mobilização da sociedade civil para a intervenção humanitária continua por definir.

As primeiras teorias comunicacionais começaram a ser desenvolvidas no período compreendido entre as duas grandes guerras mundiais, coincidindo com a emergência das ideologias totalitárias, numa época em que prevaleciam as “representações poderosas do poder dos média na perceção generalizada dos cidadãos, nas profecias literárias e na produção teórica” (Mesquita, 2004, p. 78). Sabe-se que, o entendimento dos meios de comunicação como conducentes às massas não é de sempre. Terá sido Harold Lasswell, em 1927, o responsável por iniciar a discussão, com a publicação de *Propaganda Techniques in The World War*. Na obra – que compila as lições da primeira guerra mundial, o autor apresenta os meios de comunicação como instrumentos indispensáveis à gestão governamental das opiniões públicas (Lasswell, 1971). Esta tese viria a empoderar os meios de comunicação social, e a confirmar que, qualquer informação tornada pública, assumiria um ritmo próprio e imparável, com repercussões na sociedade. Da mesma forma que, relativamente à importância do que é transmitido pelos média, o filósofo e sociólogo alemão, Jürgen Habermas, que introduziu o conceito

de “esfera pública”, no século XVIII, em pleno Iluminismo, sustenta, na sua obra *Mudanças Estruturais da Esfera Pública*, que a opinião pública - conceito que historicamente se mescla com o de esfera pública - era claramente influenciada pelos média, os quais, no seu entendimento, são essenciais para a participação crítica dos cidadãos nas democracias modernas. (Habermas, 1984) Ainda a respeito dos efeitos dos meios de comunicação na sociedade, McCombs e Shaw (1972) lideraram uma investigação – com o propósito de apurar a capacidade de agendamento dos média na campanha presidencial de 1968 nos Estados Unidos da América – da qual viria a resultar na Teoria, ou Hipótese, do *Agenda-Setting*. (McCombs e Shaw, 1972, *cit. in* Traquina, 2000, p. 49). Os autores pretendiam averiguar se os temas que os eleitores consideravam como nucleares, eram moldados pela cobertura jornalística dos meios de comunicação” (Weaver, 1996, p. 2). No estudo, McCombs e Shaw concluíram que, “os eleitores tendem a partilhar a leitura do que os média consideram importante, sugerindo assim a sua função de agendamento” (McCombs e Shaw, 1972, *cit. in* Traquina, 2000, p. 57) De forma sintética, podemos ainda inferir que a Teoria do Agenda-Setting, ou Agendamento, assenta na “hipótese segundo a qual os média, pela seleção, disposição e incidência de suas notícias, determinam os temas sobre os quais o público irá falar e discutir.” (Barros Filho, 2001, p. 169) Apesar da Teoria do Agendamento ter como base o estudo prévio de Walter Lippmann (1922) – onde o autor defende a influência dos média nas imagens que os indivíduos fisionomizam e através das quais se relacionam com a realidade – entende-se que, a premissa que originou o pensamento sobre o agendamento, foi formulada em 1963, por Bernard Cohen. O historiador norte-americano defendia então que, “embora a imprensa, na maior parte das vezes, possa não ser bem-sucedida ao indicar às pessoas como pensar, é espantosamente eficaz ao dizer aos seus leitores sobre o que pensar.” (Traquina, 2000, p. 49) Concluiu-se, portanto, que os meios de comunicação social “são particularmente capazes de definir a proeminência dos temas sobre os quais a sociedade deverá focar-se e gerar debate público.” (Grossi, 2007, p. 103) Esta habilidade, que confere aos média uma inequívoca autoridade e capacidade de influência sendo, também por isso, informalmente designados de *quarto poder* – atendendo ao princípio de separação de poderes de Montesquieu. Desta forma, considerando o impacto dos média na sociedade civil e as suas inerentes responsabilidades, figura-se como essencial a tomada de conhecimento dos critérios informativos e decisões editoriais, sendo que, urge “o imperativo de prestação de contas (ou *accountability*) à sociedade por aquilo que se faz, e como se faz” (Fidalgo, 2007, p.

200), tendo como enquadramento o estrito cumprimento das regras e dos deveres de transparência a que os meios de comunicação social estão sujeitos. Observada a influência que os média detêm na edificação do pensamento crítico da sociedade civil, importa cogitar sobre os critérios de noticiabilidade – que determinam o que é, ou não, notícia e justificam a presença ou ausência de temas diversos, nomeadamente humanitários, nas peças informativas. De acordo com o investigador Nelson Traquina, a noticiabilidade deve ser entendida como o “conjunto de valores-notícia (*newsworthiness*) que determinam se um acontecimento ou assunto é suscetível de receber tratamento jornalístico e transformar-se em matéria noticiável.” (Traquina, 2008, p. 63) Leitura em linha com a análise de Mauro Wolf, que define a noticiabilidade como “o conjunto de elementos através dos quais o órgão informativo controla e gere a quantidade e o tipo de acontecimentos dentre os quais há que selecionar as notícias.” (Wolf, 2003, p. 195) Conquanto, a compreensão da noticiabilidade é um exercício que deve contemplar diversos fatores que se relacionam e comunicam, não devendo ser analisados de forma limitada ou rígida. De acordo com Nelson Traquina, há a considerar a existência de nove valores-notícia de seleção em termos de critérios substantivos: a “morte”, a “notoriedade”, a “proximidade”, a “relevância”, a “novidade”, o “tempo”, a “notabilidade”, o “inesperado”, o “conflito”, a “infração” e o “escândalo”. No que concerne aos valores-notícia em termos de critérios contextuais, de referir mais cinco: a “disponibilidade”, o “equilíbrio”, a “visualidade”, a “concorrência” e o “dia noticioso”. (Traquina, 2008, pp. 79-88) Por fim, os designados valores-notícia de construção – conceptualmente, aqueles que tratam dos “critérios de seleção dos elementos dentro do acontecimento dignos de serem incluídos na elaboração da notícia” (Traquina, 2008, p. 91), que acrescentam mais seis critérios: a “simplificação”, a “amplificação”, a “relevância”, a “personalização”, a “dramatização”, e a “consonância”.

Importa, porém, refletir se os critérios de noticiabilidade, bem como os seus valores-notícia, na atualidade, ainda constituem as orientações basilares que permitem responder às necessidades de seleção diária dos acontecimentos considerados aptos para serem transformados em notícia.

Atendendo à complexidade e severidade da atual crise humanitária, a investigadora Cilene Victor, ancorada na proposta de Edgar Morin (2011) – que advoga a urgência da criação de uma sociedade-mundo capaz de reestruturar o pensamento e o espírito - crê que, o jornalismo “poderá contribuir para desenvolver na sociedade a compreensão e a

solidariedade humana”. (Victor, 2016, p. 52). Defendendo que, “é a partir da definição do que será notícia (...) que o jornalismo começa a imprimir o papel que desempenhará no contexto desta crise”. (idem). Assim, aludindo ao conceito de *media intervention* – que parte da ideia de que o poder dos meios de comunicação é capaz de reverter cenários de sofrimento, que este, “não apenas reconhece o poder dos media nos processos de mobilização social, como a importância da sua transferência para os grupos sociais em situação de crise”. (Victor, 2016, p. 53) No entendimento da autora, o jornalismo deverá mudar as suas abordagens convencionais, o que significa “sobrepôr a dimensão humana dos factos ao facto propriamente dito; desafiar o peso do agendamento dos acontecimentos (...); humanizar os dados estatísticos sobre as populações atingidas por guerras ou desastres, o que pode ser alcançado com a humanização do jornalismo como um todo, começando pelos próprios personagens das narrativas. (Victor, 2016, p. 53) Concluiu, referindo que “conferir protagonismo aos que estão no centro da crise humanitária torna-se um recurso indispensável para a construção de uma opinião pública lúcida, pensante, atuante e sensível ao desenvolvimento da compreensão e da solidariedade em escala planetária” (Victor, 2016, p. 53)

2.2 O controverso ideal da objetividade jornalística

“(A objetividade) é o diálogo socrático, com toda a energia de Sócrates para partir das palavras para o significado.”

Walter Lippmann, 1992, p. 171

Desde o surgimento do jornalismo informativo, em meados do século XIX, no período designado pelos historiadores como “fase industrial da imprensa” (Mesquita, 2003, p. 207) que na génese jornalística reside o ideal de objetividade. O advento do conceito aplicado ao trabalho jornalístico surge associado a uma ideia de garantia de “independência, isenção e exatidão” (Martins, 2005, p. 144), que viria a determinar o distanciamento e diferenciação dos conteúdos então produzidos pelas agências de comunicação – que proliferaram aquando o surgimento da profissão de relações públicas entre os anos 20 e 30. Desde então, o conceito de objetividade é apontado como critério consagrado no comportamento dos órgãos de comunicação social e

“presente, implícita ou explicitamente, nos códigos deontológicos dos jornalistas.” (Traquina, 2001, p. 26) Todavia, importa aclarar que a objetividade jornalística “não nasce de uma reflexão epistemológica acerca do jornalismo” (Martins, 2005, p. 145) mas antes, como advoga Mário Mesquita, como resultado “de uma estratégia comercial da imprensa”, manifestando-se assim, como “uma reação contra o espírito de negócio e o sensacionalismo”. (Mesquita, 2003, p. 208) Conceito amplamente debatido na modernidade, simultaneamente defendido e rejeitado como fator de definição da atividade jornalística, tem suscitado ponderação e reflexão por parte de académicos e profissionais do setor, que intentam acolher o conceito de objetividade jornalística; porém, reinventando-o e ajustando-o, tendo em consideração a sua própria evolução histórica. Para o objeto em estudo – o Jornalismo Humanitário – importa escrutinar a hipótese da objetividade se revelar um óbice ao relato do jornalista, limitando-o e transformando “a arte da narração numa técnica de escrita jornalística” (Glasser, 1992, p. 181) desprovida de intelectualidade e criatividade. No entanto, atendendo à tese que defende a objetividade como “um caminho para a verdade” (Amaral, 1996, p. 18) e determinante para a garantia de conteúdos informativos credíveis, verificados e rigorosos, urge a devida compreensão e distinção do conceito de objetividade e de noções como a imparcialidade, autonomia e neutralidade nos conteúdos que pertencem ao âmbito do jornalismo humanitário. Por fim, considerando a ironia do conceito de objetividade suscitar uma pluralidade de interpretações, aludimos ao filósofo e teórico da comunicação Marshall McLuhan, quando concluiu que “a discussão sobre a objetividade não é mais do que uma discussão de subjetividades”. (*cit. in* PINA, 2000, p. 88)

2.2.1 Génese da objetividade jornalística

O conceito de objetividade – que integra a história da epistemologia, é desde a antiguidade grega clássica objeto de estudo. Contudo, a objetividade aplicada às ciências sociais, em particular ao âmbito jornalístico, surge somente em meados do século XIX, impulsionada pelas transformações políticas, sociais e tecnológicas da época. Em *Discovering the News*, Schudson (1978) demonstra que se passaram cerca de sete décadas entre o advento da notícia – 1830 e 1840, e o início dos debates sobre objetividade jornalística. Até então, apesar de serem produzidos e distribuídos jornais, “não se falava com propriedade da existência de jornalistas, ou mesmo de jornalismo,

no sentido que hoje lhe atribuímos”. (Fidalgo, 2006, p. 74) Circunstância motivada pelo facto do jornalismo pré-industrial ser caracterizado por um caráter opinativo e ideologicamente comprometido, realizado por personalidades da esfera cultural e política, destinando-se a nichos sociais e às classes mais instruídas. O paradigma altera-se com a industrialização da imprensa – que impulsionou a informação objetiva e direcionada para um público generalizado e politicamente heterogéneo. De acordo com José Tengarrinha, citado por Mário Mesquita, foi “na necessidade de encontrar um público mais largo, que o jornal procurou manter uma atitude imparcialmente objetiva, dirigindo-se assim a todos, e não a um grupo de leitores ideologicamente afins, necessariamente muito mais restrito.” (*cit. in* Mesquita, 2003, p. 208) Esta transformação no jornalismo, que se materializou numa linguagem neutra, numa renovada noção de temporalidade e numa nova perspetiva da função do jornalista, assumiu a premissa, como afirmou Jacques Kayser, de se dedicar “àquilo a que se chama a verdade dos factos para adormecer as opiniões”. (*cit. in* Cornu, 1994, p. 183) Recusando vínculos explícitos com a literatura e com materiais propagandísticos, e como forma de reação contra o sensacionalismo que ascendia, no século XX, nos Estados Unidos, o conceito de objetividade transformara-se num requisito padrão a ser cumprido pelos jornalistas. Considerando os estudos sistemáticos e teóricos sobre a natureza do Jornalismo – fundamentais para o seu reconhecimento como campo específico do conhecimento científico, a objetividade jornalística enquadra-se e propala-se na Teoria do Espelho, desenvolvida a partir de 1850. Aquela que é a mais antiga teoria do Jornalismo defendia que a imprensa era o espelho da realidade e o jornalista um mediador desinteressado. Assim, como relata Nelson Traquina, “em 1856, o correspondente em Washington da agência noticiosa *Associated Press* pronunciou o que ia ser a Bíblia desta nova tradição jornalística: ‘o meu trabalho é comunicar os factos: as minhas instruções não permitem qualquer tipo de comentários sobre os factos, sejam eles quais forem’.” (Traquina, 2001, p. 66) Nesse sentido, John Merrill identificou a objetividade como um *ethics concept* (Mesquita, 2003, p. 208), exigido sobretudo na tradição jornalística norte-americana, e que garantia credibilidade e autoridade aos meios de comunicação social. Assim, de acordo com o professor norte-americano Melvin Mencher, “um relato objetivo (é aquele que) contém material que qualquer pessoa concordará ser verdadeiro. A verificação do material deverá ser tão convincente que não poderá haver qualquer argumento contra a sua verdade”. (Mencher, 1984, p. 62) Considere-se ainda a súmula da investigadora Liriam Sponholz, Universidade de

Leipzig, que define a objetividade jornalística como “o conjunto de normas e regras para a observação da realidade; e que tem como objetivo a produção de uma semelhança estrutural entre realidade social e realidade mediática.” (Sponholz, 2003, p. 111)

Defendendo assim, que a objetividade pressupõe e integra o processo de conhecimento da realidade – essencial da prática jornalística.

Concluindo, e conforme Mário Mesquita, a “doutrina da objetividade” deverá sempre ser analisada e situada tendo em conta três dimensões: a primeira relacionada com o seu “plano deontológico”, enquanto dever ou compromisso ético prescrito pelos códigos deontológicos; a segunda no “plano da investigação jornalística”, enquanto conjunto de normas processuais; e, finalmente, no “plano das retóricas” enquanto conjunto de regras de natureza estilística. (Mesquita, 2003, p. 209)

2.2.2 Contestação à objetividade jornalística

O conceito de objetividade jornalística pressupõe a separação dos designados factos – que se pretendem “estáveis, absolutos e disponíveis a qualquer circunstância” (Gomes, 1991, p. 25) de quaisquer manifestações subjetivas e de expressão opinativa por parte do jornalista. Todavia, ao longo da história do jornalismo, vários são os autores e profissionais que se opuseram ao paradigma da objetividade jornalística, por defenderem que, “no jornalismo, tal como no conhecimento científico, os factos não existem independentemente de quem os apreende”. (Mesquita, 2003, p. 213) Como releva Sara Pina, autora de *A Deontologia dos Jornalistas Portugueses*, há a considerar que os conceitos de verdade e objetividade da informação são questionáveis, “verificada que foi a decisiva e irreparável influência do observador e dos instrumentos de observação nos fenómenos observados”. (Pina, 2000, p. 88) Não obstante, a mesma autora ressalva que os referidos conceitos “são fundamentais em termos deontológicos.” Porém, não descurando que são, efetivamente, “de difícil caracterização teórica e prática”. (Pina, 2000, p. 88)

Henry Luce, que em 1923 fundou com Briton Hadden a revista *Time*, terá sido um dos primeiros profissionais a propor uma renovada abordagem à narrativa jornalística – mais sintética e explicativa, contestando a objetividade e defendendo que a notícia era forçosamente produzida a partir de um ponto de vista. Ancorado assim no pensamento de Walter Lippman de que, “um relato é um produto conjunto do conhecedor e o

conhecido, no qual o papel do observador é sempre seletivo e por vezes criativo.” (Lippman, 1992, p. 161) E que, por isso, “os factos que vemos dependem do sítio onde estamos colocados, e dos hábitos dos nossos olhos”. (*Idem*) A posição de Luce era assente na premissa: “mostre-me um homem que pensa que é objetivo e eu mostro-lhe um homem que se está a enganar a si próprio” (*cit. in* Amaral, 1996, p. 65). Décadas mais tarde, nos anos 60, também nos Estados Unidos, o *New Journalism* iniciado por Tom Wolfe e consagrado com as reportagens *In Cold Blood*, de Truman Capote, voltaram a questionar “as formas sagradas das notícias” e enjeitaram “os dogmas tradicionais, como o da objetividade, que ajudavam a orientar a atividade jornalística.” (Traquina, 2001, p. 24) De evidenciar que Truman recuperou o traço literário – outrora comum no jornalismo, e conjugou-o com técnicas jornalísticas para garantir o fascínio e o interesse do leitor. O resultado foi publicado em quatro reportagens na revista *New Yorker* (1965) e em livro, um ano mais tarde.

Mais recentemente, o jornalista espanhol Miguel Ángel Bastenier também considerou que “a objetividade não existe e não faz qualquer falta, porque se fosse assim, todos os diários, pelo menos os que cumpriram os seus objetivos profissionais, dariam a mesma versão dos factos, tudo teria decorrido de forma inapelável.” (Bastenier, 2011, p. 25) E, a análise noticiosa, aprofundada ou superficial, aponta que, os mesmos factos são relatados por entre pares com *nuances*, em alguns casos, e noutros, sob perspetividades distintas. Fenómeno que advém do facto de “muito do trabalho dos jornalistas ter que ver com perceções, conclusões e juízos: ver a realidade; inferir desenvolvimentos e relacionamentos a partir dela; e avaliá-la.” (Donsbach (2004, p. 136) Tese já antes defendida por Daniel Cornu quando sentenciou que “o jornalista tem como tarefa a observação do notável num mundo em perpétua mudança. Tenta compreendê-lo e explicá-lo. (Cornu, 1994, p. 331)

Consequentemente, “a evidência da impossibilidade da total separação entre objetividade e subjetividade conduziu ao anúncio da obsolescência do paradigma da objetividade jornalística.” (Martins, 2015, p. 144) Motivando, nas últimas décadas, a uma transmutação do conceito com o intuito de o adequar à prática jornalística contemporânea. Por exemplo, o *Livro de Estilo do Washington Post*, citado por Mário Mesquita, opta por uma terminologia alternativa e sustenta que, “enquanto os argumentos acerca da objetividade são intermináveis, o conceito de *fairness* (jogo limpo) é algo que os editores e repórteres podem facilmente cumprir, sendo por esse motivo utilizado em substituição do anterior.” (*cit. in* Mesquita, 2003, p. 210).

Em Portugal, o Código Deontológico do Jornalista, aprovado em 1993 pelo Sindicato dos Jornalistas, também transforma semanticamente o conceito de objetividade e refere, no primeiro ponto: “O jornalista deve relatar os factos com rigor e exatidão e *interpretá-los com honestidade*”. De igual modo, também no *Livro de Estilo do Público* o conceito é exilado e são prestados esclarecimentos que justificam a opção. Lê-se, no ponto nove dos seus Princípios e Normas que, “não existe objetividade em estado puro. A redação de um texto e a sua publicação envolvem decisões individuais e coletivas de natureza sempre subjetiva. Por isso, a objetividade jornalística é entendida como um valor-limite e uma meta que o Público procura todos os dias alcançar. É, assim um problema de honestidade intelectual colocado permanentemente aos seus jornalistas, confrontados com uma outra questão: a exatidão dos factos relatados e a fidelidade das opiniões recolhidas.” (Público, 2005, p. 20) Todavia, e pese embora a desconstrução do conceito e a sua intangibilidade, considere-se como remate a reflexão do investigador e autor Mário Mesquita: “Podem os jornalistas riscar da deontologia a palavra objetividade, mas isso não lhes evitará o confronto com a problemática em causa. Por mais que contornem o conceito, suprimindo-o dos códigos deontológicos ou recusando-lhe qualquer espécie de validade (ou de operatividade), os destinatários da informação continuarão a estabelecer unilateralmente que as notícias devem relatar os factos tal como eles se verificam, ou seja, que a tal objetividade – inatingível, por definição – deve constituir-se em critério de avaliação da prática jornalística”. (Mesquita, 2003, p. 212)

2.2.3 Da objetividade à interpretação dos factos no jornalismo

O conceito de objetividade é, para a ideologia jornalística, um elemento nuclear da atividade, o seu *ethos* dominante. No entanto, o estrito jornalismo objetivo – praticado até 1950, transformara-se ao longo dos anos. O paradigma começara a alterar-se no final da Segunda Guerra Mundial, quando a rigidez da narrativa se revelara desajustada e ineficiente para traduzir as transformações sociais e políticas da época. A objetividade, apesar de, como verificado, ser essencial no jornalismo, conduz à padronização das notícias, descartando as variáveis subjetivas que compõem a complexidade da vida humana. Motivo pelo qual, no pós-guerra, surge uma tendência para a recusa da doutrina da objetividade como norma de estilo, assente na seguinte ideia: “não basta

relatar os factos com verdade é necessário dizer a verdade sobre os factos” (Rosa, 2006, p. 22) Todavia, mantivera-se a defesa de uma “conduta objetiva”, na expressão de Paul Rincouer.

Como considerou o jornalista e investigador Melvin Mencher: “o jornalismo objetivo pode ser limitativo. Encoraja a passividade. O jornalista espera pelo desenvolvimento do acontecimento, que a autoridade fale. Não se arrisca por áreas que não sejam discerníveis ou mensuráveis. Não procura as profundezas do iceberg, mas estabelece-se nas pistas observáveis. Este tipo de jornalismo, com pouca capacidade de previsão, é incapaz de preencher o papel do jornalismo de dar ao público a informação na qual baseia as suas decisões.” (Mencher, 1984, p. 62)

Leitura partilhada por Mário Mesquita, que acrescenta ainda que, “o conceito de objetividade seria, na prática, oposto ao de responsabilidade, visto que contribuiria para desresponsabilizar o jornalista.” (Mesquita, 2003, p. 209) O jornalismo no final dos anos 50 procuraria distanciar-se deste papel figurativo e isento que os jornalistas desempenhavam, e no qual se escudavam, para doravante imprimir um novo elemento à sua prática: a profundidade. No entendimento de Santamaría Suárez e Casals Carro, o tipo de jornalismo que então florescia – o interpretativo, é aquele que “utiliza equilibradamente o comentário e o relato, mas situa-os numa nova perspetiva na qual o leitor encontra os juízos de valor situados de forma imediata ao lado da narração objetiva dos factos”. (Suárez e Carro, 2000, p. 18) O jornalismo interpretativo favorece, portanto, a prática de situar os factos num contexto. Lester Markl, premiado com o Pulitzer em 1953, citado por Suárez e Carro, patrocinava que “a interpretação é um elemento básico nas tarefas informativas; é um juízo objetivo apoiado nos antecedentes, no conhecimento da situação e na análise de um acontecimento; a interpretação é parte essencial das notícias.” (Suárez e Carro, 2000, p. 19) A crise de credibilidade do jornalismo – já então existente (e que perdura na atualidade) obriga à reflexão e à explicação do que distingue uma abordagem interpretativa da opinativa. Assim, para as investigadoras, “a narração dos factos baseada na explicação, contextualização, ilação, análise causal, síntese das consequências e aclaração dos conceitos não constitui um texto opinativo mas simplesmente interpretativo (...). O texto interpretativo orienta de outro modo que o texto opinativo: o interpretativo é aberto, o opinativo tendencialmente fechado. A diferença principal reside na utilização dos juízos: eles situam os limites entre a interpretação e a opinião.” (Suárez e Carro, 2000, p. 21)

Pese embora a fluidez da prática interpretativa e a dificuldade da sua sistematização, a interpretação dos factos no âmbito do jornalismo, reúne uma ampla aceitação. É disso exemplo a Declaração de Princípios da UNESCO, de 1983, que integra a prática e sustenta que a “tarefa fundamental do jornalista consiste em servir o direito do povo a uma informação verídica e autêntica através de uma aproximação honesta à realidade objetiva”. Todavia, como alerta Mesquita, apesar da total separação entre objetividade e subjetividade na interpretação dos factos “que não seja sinónimo de arbítrio, mas de esforço explicativo.” (Mesquita, 2003, p. 47)

2.2.4 Objetividade, neutralidade, imparcialidade e ética jornalística

Admitindo a intangibilidade do conceito puro de objetividade, importa, contudo, relevar o seu carácter preponderante como regulador e estabilizador da atividade jornalística, não sendo, por isso, um conceito prescindível. Todavia, a necessidade de adequação e atualização do conceito à realidade contemporânea – evitando que este se transforme em obsoleto – tem motivado a abertura de uma nova atitude perante a forma como os acontecimentos são narrados ao público. De acordo com a investigadora Carla Martins, “a consideração futura deste paradigma (da objetividade) deverá conjugar uma série de fatores, entre os quais, a consagração da «atitude interpretação», que privilegia o aprofundamento e contextualização dos factos.” (Martins, 2005, p. 150) A este propósito, Gonçalves Pereira Rosa, considera o exercício de interpretação no âmbito jornalístico uma prática já aceite pelos profissionais, apesar dos desafios que comporta, e aclara que, “a classe reconhece a complexidade da questão e aceita a defesa da interpretação de factos, como mais uma tarefa dos jornalistas perante a sua audiência: a explicação contextual de um facto e o seu enquadramento numa conjuntura mais ampla passam a ser defendidas como obrigações jornalísticas.” (Rosa, 2006, p. 29) No entanto, a atitude interpretativa no jornalismo preconiza uma inevitável discussão em torno das regras que não devem ser violadas e dos limites que não devem ser ultrapassados por parte do jornalista no desempenho das suas funções. Até porque, aludindo à noção de “meta-acontecimento”, defendida na década de 80 por Adriano Duarte Rodrigues, não são só os acontecimentos que geram notícias. As notícias (resultado do discurso jornalístico) também criam acontecimentos. Como advoga Gonçalves Pereira Rosa, observando a notícia como uma construção, “qualquer cientista social torna-se um

participante ativo no momento em que descreve um evento, mesmo que tome precauções para não interferir no acontecimento.” (Rosa, 2006, p. 32)

Motivo pelo qual, autores como Robert Hackett defendem que “o jornalismo é inevitavelmente um participante no ciclo de conflitos, não um observador discreto e imparcial.” (Hackett, 2007, p. 2)

A assunção da ideia de que o jornalista desempenha um papel ativo e não meramente acessório, cuja responsabilidade ultrapassa o mero relato do facto observado, obriga à ponderação sobre a atuação do jornalista não ser estritamente imparcial ou neutra – como norteiam os princípios fundadores do jornalismo. Nomeadamente, se em causa estão temáticas humanitárias. A esse respeito, e partindo da proposta de Hannah Arendt que reconhece que as peças jornalísticas assumem um papel próprio, Gonçalves Pereira Rosa sustenta que, “a imparcialidade jornalística é justificada já não em termos absolutos, mas como imperativo moral, que leva o jornalista a seguir determinados procedimentos de forma a garantir que o seu texto, foi perante todos os obstáculos, o mais correto possível”. (Rosa, 2006, p. 34) E concluiu que “a imparcialidade sugere pontos de vista conflituosos apresentados de forma rigorosa e justa. Por isso, um relato objetivo pode não ser necessariamente neutro”. (Rosa, 2006, p. 38)

Na procura de uniformizar comportamentos e regular as exceções, os manuais dos meios de comunicação social, em particular da imprensa, empenham-se em orientar e salvaguardar a conduta dos seus profissionais. O *Livro de Estilo do Público* é dessa tendência exemplo. Nos princípios e normas de conduta profissional do diário português, apesar de se exigir a elaboração de notícias “de forma o mais imparcial possível, independentemente das convicções pessoais”, lê-se também: “o jornalista do Público não está obrigado à neutralidade quando estão em causa valores fundamentais da vida em sociedade, designadamente os relativos aos direitos humanos, desde logo os contidos na Declaração Universal dos Direitos do Homem. O jornalista do Público também não é neutral em conflitos entre liberdade e escravidão, compaixão e crueldade, tolerância e intolerância, democracia e ditadura, livre informação e censura, paz e guerra. Não é ainda neutral na defesa do direito humanitário internacional.” E conclui com o comprometimento de “recorrer aos indispensáveis mecanismos da objetividade: pluralidade das fontes, investigação cuidada, abertura a situações inesperadas e a perspectivas novas, contraditórias ou não com as suas convicções”. (Público, 2005, p. 23) Considerando o comprometimento que o olhar subjetivo do jornalista poderá comportar, e tendo em conta as múltiplas pressões a que estão sujeitos, refira-se as conclusões de

Gaye Tuchman, que considera a objetividade “como um ritual estratégico, protegendo os jornalistas dos riscos da sua profissão. (Tuchman, 1999, pp. 74-75) Afirma ainda, de forma expressiva: “atacados devido a uma controversa apresentação dos factos, os jornalistas invocam a sua objetividade quase do mesmo modo que um camponês mediterrânico põe um colar à volta do pescoço para afastar os espíritos malignos.” (Tuchman, 1999, p. 75) A investigadora e socióloga norte-americana contempla assim, uma noção operativa da objetividade – ancorada em procedimentos estratégicos e atributos formais que salvaguardam a produção jornalística.

Atendendo à pretensão de Joaquim Letria de que “um jornal deveria ser um espelho e um farol” (Letria, 1998, p. 15), infere-se que a ética jornalística – que se apresenta como o conjunto de regras e procedimentos que regulam, legitimam e orientam a prática, evolua, com prudência e sustentação, adequando-se aos desafios contemporâneos e, assim, reivindicando a sua pertinência.

Capítulo 3: Princípios orientadores do Jornalismo Humanitário

“O Jornalismo é ele próprio uma profissão que vive e se alimenta das eternas contradições do mundo. Nessa medida o mundo, enquanto território de conflito e de convicções, é para o jornalista um exercício diário de inteligência e ponderação. É por tudo isto que o jornalismo é uma profissão em que os bons e os maus se distinguem como olham, percebem e contam sobre o que os rodeia. Continua a ser uma profissão em que os melhores intérpretes são aqueles que arriscam contar uma história que, por definição nunca é neutra.”

Luís Osório, 2006

A partir do facto do Jornalismo ser permeável ao contexto social, político, económico e cultural, considera-se, no presente estudo, que a indiscutível crise humanitária do século XXI se figura como móbil suficientemente expressivo para instigar o ofício a repensar a forma como investe – com recursos financeiros e humanos – na investigação e difusão de conteúdos jornalísticos de âmbito humanitário. Pese embora a especialização em Jornalismo Humanitário – enquanto competência técnica e área de saber específico, seja uma realidade relativamente comum em países como os EUA, não é uma prática transversal nem usual nos restantes continentes, nomeadamente na Europa. Pelo que, e tendo em linha de conta a especificidade e a natureza sensível dos temas envolvidos, bem como, a controvérsia da admissibilidade do olhar subjetivo do jornalista, julga-se conveniente a reflexão sobre os princípios que devem nortear a sua prática. Para o efeito, e tendo como base, essencialmente, o guia do ACNUR *Cobertura Jornalística Humanitária* (2020); o livro *Human Rights Journalism* (2012), de Ibrahim Seaga Shaw e a ampla investigação de Susan Sontag (1976 – 2003), propõe-se a reflexão sobre como *narrar* e como *mostrar* temas humanitários nos meios de comunicação social.

A urgência do Jornalismo Humanitário é proporcional à apatia da civilização moderna. Sendo que, o conformismo e indolência que nos trespassa e inibe é paga “ (...) na dura moeda do sofrimento humano. Fazer as perguntas certas constituiu, afinal, toda a diferença entre sina e acaso, entre andar à deriva e viajar. Questionar as premissas inquestionáveis do nosso modo de vida é provavelmente o serviço mais urgente que devemos prestar aos nossos companheiros humanos e a nós mesmos.” (Bauman, 1999, p. 11)

3.1 A notícia, a reportagem e a entrevista humanitária

“Journalists are pillars of reform, freedom and democracy, whose task is to strengthen civil society.

We’re here to make the world a better place.”

Christiane Amanpour, 2015

Bill Kovach e Tom Rosenstiel, autores do clássico moderno *Os Elementos do Jornalismo*, consideram que o propósito do ofício é “contar histórias com uma finalidade”. (Kovach & Rosenstiel, 2001, p. 153) De acordo com o esclarecimento dos autores, “essa finalidade é a de facultar às pessoas a informação de que precisam para compreenderem o mundo que as rodeia.” (Kovach & Rosenstiel, 2001, p. 153) Pois que, produzir conteúdos jornalísticos de âmbito humanitário, com o intuito de informar a sociedade sobre quaisquer violações aos direitos humanos, constitui um exercício de equilíbrio entre o que é ou não aceitável na profissão. O jornalismo, enquanto prática discursiva, especializada em produzir e transmitir saber, é, como sabido, regulado por princípios fundadores que conduzem e legitimam a atuação do jornalista. No entanto, como evidenciado no capítulo anterior, constata-se que a evolução histórica dos conceitos instituidores do jornalismo acolhe na atualidade uma perspectiva mais flexível. Assim, a dicotomia objetividade/subjetividade bem como, imparcialidade/parcialidade, é, na contemporaneidade, analisada de acordo com as expectativas que o cidadão detém do jornalismo e da eficácia informativa.

Se um jornalista é um “historiador do quotidiano”, como designou Albert Camus, deverá conceber-se, em particular no que concerne às temáticas humanitárias, que este releve o seu olhar – necessariamente subjetivo, aquando do relato do acontecimento. Poder-se-á ainda afirmar que, para além da marca subjetiva, se impele à humanização da narrativa. De acordo com o investigador Manuel Chaparro, no que diz respeito ao desincentivo da perceção humanística do jornalista, há que convir que “qualquer conflito da democracia só é relevante na medida em que interfere no aperfeiçoamento da sociedade. E é do lado da sociedade, dos valores que a organizam e lhe dão sentido que o jornalismo tem de ficar. Quando faz essa escolha, o jornalismo assume inevitavelmente a vocação de linguagem narradora para desvendar o que está abaixo e acima das linhas dos conflitos. E se humaniza, porque abaixo e acima da linha dos conflitos estão as pessoas e as razões da vida.” (Chaparro, 2001, p. 134) Tese partilhada pelo investigador Alex Salinas que, para além do impacto social do jornalismo, invoca a

responsabilidade do que é veiculado, e defende ser “eticamente irresponsável não mostrar um compromisso e um respaldo claro ante as violações dos direitos humanos e situações de exclusão, por exemplo.” (Salinas, 2014, p. 65)

Assim, conjectura-se que, no relato de acontecimentos de índole humanitária, em específico aqueles que denunciam a desumanidade, o “possível e desejável é a precisão, a clareza, a veracidade, para que o relato descreva e explique. No mundo de hoje, a ninguém basta conhecer o que acontece; é preciso saber o suficiente para atribuir significados ao que acontece.” (Chaparro, 2001, p. 183)

Todavia, descrever e explicar exige um conhecimento profundo, e a complexidade que envolve os temas humanitários mais expressivos na atualidade – a crise dos refugiados, os conflitos armados, a crise migratória, o aquecimento global, figuram-se como um desafio para o jornalista, obrigando-o a investir tempo para a devida assimilação e compreensão dos acontecimentos. Sabe-se, contudo, que o ritmo exigido aos profissionais não se coaduna com investigações morosas e com refinamento do conteúdo a publicar. Facto que origina, não raras vezes, negligência no tratamento de dados e falta de rigor na utilização da terminologia. Ciente desta realidade, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) desenvolveu um roteiro para profissionais da comunicação intitulado *Cobertura Jornalística Humanitária*, com o objetivo de dotar os profissionais “com conceitos adequados e orientações relevantes sobre como obter informações seguras de fontes confiáveis, visando contribuir qualitativamente para a cobertura jornalística.” (ACNUR, 2020, p. 7) Até porque, a ausência de conhecimento e a utilização indevida de conceitos, para além de não informar devidamente, também “não contribuiu para gerar sensibilização e entendimento sobre os temas”. (ACNUR, 2020, p. 36) Apesar do referido roteiro se dedicar maioritariamente à crise dos refugiados e da migração, considera-se que as recomendações se ajustam de forma transversal às demais temáticas humanitárias. Julga-se ainda conveniente tecer um breve esclarecimento quanto à designação “profissionais da comunicação”. Em Portugal, a Comunicação e o Jornalismo definem duas profissões distintas e cujo exercício é incompatível entre si. Contudo, tendo em conta a análise do guia do ACNUR, deverá considerar-se, enquadrado no contexto português, que este se destina efetivamente aos profissionais da comunicação, no âmbito do jornalismo e não das relações públicas.

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, no que se refere às diretrizes a ter em conta na produção textual/verbal e conteúdos, recomenda que os jornalistas: 1)

privilegiem os factos; 2) dominem a terminologia; 3) demonstrem rigor e sentido crítico; 4) desconstruam discursos de ódio; 5) contextualizem os acontecimentos; 6) e respeitem a individualidade e a privacidade da pessoa entrevistada. (ACNUR, 2020, p. 37) De igual modo, de forma mais abrangente, elencam princípios (a maioria dos quais inerentes à ética jornalística) que defendem ser essenciais para uma cobertura mediática apropriada. A saber: 1) o conteúdo jornalístico deverá contemplar uma diversidade e pluralidade de fontes e de opiniões; 2) os números e estatísticas devem ser apresentados evidenciando a dimensão humana subjacente; 3) a cultura e tradição dos entrevistados deverá sempre ser respeitada, sendo obrigatório o jornalista ter conhecimento de atos que possam ser considerados ofensivos (por exemplo, cumprimentar com um aperto de mão uma mulher muçulmana); 4) o caráter humano deverá ser reforçado e deverão ser rejeitados quaisquer estereótipos e preconceitos; 5) em circunstância alguma as pessoas refugiadas, ou em situação de abuso, deverão ser retratadas com estigma ou como *outsiders*. Antes, deverá ser valorizado o seu potencial e promovida a sua integração social; 6) deverão ser evitadas as generalizações; 7) o jornalista deverá ter especial atenção em averiguar se existem barreiras linguísticas e se o entrevistado, em contexto de crise, se exprime de forma inequívoca, se entende o que lhe é perguntado e se não está a ser orientado para uma resposta; 8) os entrevistados deverão sempre assinar a autorização da cedência da sua imagem; 9) o jornalista deverá ser claro quanto ao propósito da entrevista/abordagem e evidenciar a repercussão que a difusão do conteúdo terá nos meios de comunicação social; o jornalista deverá ainda ir além da condição que a pessoa se encontra no momento e interessar-se pela sua história, percurso e singularidade. (ACNUR, 2020, pp. 40-42)

A verdade, o rigor, a independência e a transparência são valores transversais a qualquer domínio do Jornalismo. Contudo, como constatado, será de reiterar a importância que, no contexto da reportagem humanitária, adquire o processo de contextualização – essencial para informar com propriedade, bem como, a utilização rigorosa e adequada dos conceitos e da terminologia – a fim de se combater a desinformação, o incitamento ao ódio e elevar o papel fundamental da linguagem na dignificação das pessoas e dos contextos.

O Jornalismo Humanitário narra, ilustra e evidencia a fragilidade e o sofrimento humano, pelo que, o respeito pelos direitos do sujeito é um dever e uma responsabilidade por parte do jornalista. Motivo pelo qual, importa refletir sobre os limites e a conduta do jornalista na procura de informação. A este propósito, o autor e

antigo correspondente do Washington Post, Glenn Frankel, refere a título de exemplo o desconcertante episódio em que o correspondente da BBC, no conflito do Congo, “caminhou por entre uma multidão de mulheres e crianças e perguntou a gritar: alguém aqui foi violado e fala inglês?”. (cit. in Shaw, 2012, p. 27) Atitude que poderá considerar-se representativa, na conclusão do filósofo Edgar Morin, quando defende que “o ser vivo, da bactéria ao *homo sapiens*, obedece a uma lógica particular que faz que o indivíduo, por mais efêmero, singular, marginal que seja, se considere, *para ele*, o centro do mundo.” (Morin, 2005, p. 319) Negligenciando o outro, a sua dor e o seu contexto.

Por fim, tendo em consideração a dimensão humana inerente às temáticas humanitárias, aludimos à reflexão do investigador e jornalista Jorge Ijuim sobre a humanização do discurso jornalístico: “Construir narrativas deve envolver uma contextualização precisa e profunda, fruto de uma observação/percepção cuidadosa dos fenómenos sociais. Para as narrativas contextualizadas há que se contemplar os nexos, as significações desejáveis à audiência, de modo que estes sintam os sentidos das mensagens às suas vidas. Em suma, construir narrativas implica que o comunicador necessita absorver/compreender os fenómenos para poder narrá-los. Dessa forma, como pode o comunicador construir narrativas se contar somente com fatores objetivos, uma razão empobrecida pela supremacia da técnica e da eficiência? Como pode o repórter “dar o fato” sem compreender os nexos de uma realidade complexa? Como pode este jornalista narrar as ações humanas se não estiver sensível e solidário às dores universais?” (Ijuim, 2008, p. 140)

3.2 A imagem ao serviço da informação

“As photojournalists, we supply information to a world that is overwhelmed with preoccupations and full of people who need the company of images. We pass judgment on what we see, and this involves an enormous responsibility.”

Henri Cartier-Bresson, 1997

Sabemos que o jornalismo “informa, narra e desvela o mundo” (Berger, 2002, p. 139) e sabemos também, que a imagem, em concreto a fotografia, constitui um meio

privilegiado de transmissão de informação. No campo jornalístico, para além de um veículo eficaz, a fotografia tem servido, historicamente, como meio de prova. De acordo com o investigador Jorge Pedro Sousa, “nascida num ambiente positivista, a fotografia já foi encarada quase unicamente como o registo visual da verdade, tendo nessa condição sido adotada pela imprensa. Com o passar do tempo, foram-se integrando determinadas práticas, tendo-se rotinizado e convencionalizado o ofício, um fenómeno agudizado pela irrupção do profissionalismo fotojornalístico” (Sousa, 2004, p. 9). De resto, e por definição, o fotojornalismo pretende "contextualizar, oferecer conhecimento, formar, esclarecer ou marcar pontos de vista ("opinar")." (Sousa, 2004, p. 12).

Por sua vez, Susan Sontag, numa perspetiva reflexiva, interpreta a fotografia como um elemento educativo do nosso olhar, já que "ao ensinar-nos um novo código visual, as fotografias transformam e ampliam as nossas noções do que vale a pena olhar e do que pode ser fotografado. São uma gramática e, mais importante ainda, uma ética da visão". (1986, p. 13) Um exemplo clássico e representativo do talento da fotografia para informar e orientar o olhar da sociedade para um determinado objeto/tema é o retrato de 1972, *A Menina de Napalm*, do correspondente da *Associated Press*, Nick Út. A imagem, premiada com o *World Press Photo* e vencedora do Pulitzer em 1973, publicada à data de forma massiva pelos média, tornou evidente, pela primeira vez, a brutalidade da guerra do Vietname, sendo-lhe atribuída a responsabilidade da retirada da força militar norte-americana e conseqüente fim da guerra. Este exemplo traduz, ainda, o pensamento de Sontag quando considera que, "uma fotografia não é o resultado apenas do encontro entre o fotógrafo e um acontecimento; fotografar é em si mesmo um acontecimento, cada vez, com mais direito: o de interferir, o de ocupar ou ignorar tudo o que se passa à sua volta" (Sontag, 1986, p. 20). A fotografia ao serviço da humanidade, como veículo de denúncia das atrocidades cometidas pelos homens e pelos Estados, é assim argumento defendido pela escritora e ensaísta. *Regarding the Pain of the Others* (2003) será, porventura, a sua obra mais determinante onde contempla as imagens e o seu papel na cultura, na política e na existência individual. Refletindo, sobretudo, se enquanto sociedade nos tornamos, ou não, imunes às imagens do sofrimento, ponderando se a disseminação indiscriminada de imagens de guerra, fome, doença e morte, incita à violência ou, por outro, nos anestesia. De acordo com Sontag, para que a fotografia denuncie e eventualmente mude condutas tem de ser impactante. Contudo,

alerta que, “tal como é possível habituarmos-nos ao horror na vida real, é possível habituarmos-nos ao horror de certas imagens.” (Sontag, 2003, p. 89)

A ensaísta norte-americana, outrora defensora de uma “ecologia de imagens” (*On Photography*, 1976), na sua obra *Regarding the Pain of the Others*, considera o conceito uma impossibilidade e questiona: “quais são as provas de que as fotografias têm um efeito que vai diminuindo, de que a nossa cultura de espectadores neutraliza a força moral das fotografias de atrocidade?.” (Sontag, 2003, p. 110) E afirma acreditar que, pelo contrário, estas permitem-nos encaminhar para “um entendimento mais geral de que os seres humanos fazem coisas terríveis uns aos outros em toda a parte.” (Sontag, 2003, p. 110) Concluindo que, “pôr de lado a solidariedade que prestamos aos que estão a braços com a guerra ou com políticas assassinas para refletirmos sobre a maneira como os nossos privilégios se situam no mesmo mapa de sofrimentos deles e podem – de maneira que preferimos nem sequer imaginar – estar relacionados com tais sofrimentos, como se o bem-estar de uns pudesse implicar a indignação de outros, é uma tarefa para a qual as imagens penosas, comoventes, fornecem apenas uma faísca inicial.” (Sontag, 2003, p. 108)

O debate sobre a utilização, a função e o critério de seleção das imagens – fotografia e vídeo, em contexto jornalístico, perdura na atualidade, não sendo, por isso, uma discussão ultrapassada. Todavia, a discussão manifesta-se de forma mais assertiva quando em causa está a exposição do sofrimento humano. Os meios de comunicação social mantêm-se divididos entre o dever de informar e o de respeitar a sensibilidade das vítimas e do público, bem como quanto aos critérios a considerar para a seleção das imagens. Atendendo a que vivemos numa “sociedade do espetáculo” com evidente tendência para a “espectacularização mediática” – aludindo aos conceitos cunhados por Guy Debord, a utilização devida de imagens pelos média gera controvérsia e discordância. A este respeito, na sequência do atentado de 2016 em Nice, o semanário português Expresso publicava a reportagem: “Quais são os limites para a comunicação mostrar o horror?” (Expresso, edição de 18/07/16, *online*) Assinada pela jornalista Maria João Bourbon, a reportagem incidia sobre um dos “eternos dilemas do jornalismo: se o horror não for mostrado, as pessoas saberão o horror que foi cometido?” (idem) A cobertura jornalística do atentado de Nice, que ficara marcada pela brutalidade causada por um camião de 19 toneladas a atropelar indiscriminadamente os que celebravam o dia da tomada da Bastilha, na *Promenade de Anglais*, recuperou a discussão em torno do propósito das imagens transmitidas e da

legitimidade dos jornalistas para apossarem-se da vulnerabilidade de sobreviventes e testemunhas. No centro da polémica estivera a entrevista de um jornalista da France 2 a um sobrevivente, a quem, filmado ao lado de um cadáver, lhe fora perguntado: “Boa noite, senhor, acaba de perder a sua mulher. Qual é a sua reação, em direto para a France 2?” No âmbito da reportagem do Expresso, o então vice-presidente da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), Alberto Arons de Carvalho, considerou que a conduta do jornalista da France 2 “constitui uma clara violação do código deontológico dos jornalistas”. Tendo ainda acrescentado que, “quando a informação não contribui para valorizar o interesse informativo, estamos na presença de sensacionalismo”. Se, neste exemplo, se verifica um despropósito na transmissão de imagens do cadáver e uma injustificada exploração dos afetos e emoções do entrevistado, casos há em que o interesse público da partilha das imagens – pese embora o seu carácter cru e violento, se sobrepõe. A perturbadora imagem do corpo de Aylan Kurdi, a criança síria de três anos que deu à costa em Bodrum, na Turquia, a 2 de setembro de 2015, amplamente difundida pelos média internacionais, transformara-se no símbolo do sofrimento de milhões de refugiados, tendo tido a capacidade para promover a mudança na forma como o Ocidente olhava, e olha, para a crise humanitária na Síria. Assente na teoria da percepção e memória do filósofo francês Bergson, a imagem visualmente impactante, com sofrimento implícito e não sensacionalista, será sempre um estímulo para a memória.

Concluindo, “a imagem exerce um poder quase inconsciente e invisível com capacidade para transformar a apatia social e política em dinâmicas que mobilizam milhões de pessoas, em defesa de uma causa comum.” (Cardoso, 2017, p. 80) Sendo que, como afirma Cortina, é neste ponto que reside “a maior responsabilidade das empresas jornalísticas – vivemos uma ‘construção mediática da realidade’, os cidadãos conhecem o mundo através do que os média dão a conhecer, tanto a uma escala global como local”. (Cortina, 2004, p. 25) Sendo, por isso, determinante o justo equilíbrio entre mostrar a realidade e não devassar ou explorar os sujeitos. Como declarou Aristóteles, as emoções são as causas que fazem alterar os seres humanos e introduzem mudanças nos seus juízos, na medida em que comportam dor e prazer: tais são a ira, a compaixão, o medo e outras semelhantes, assim como as suas contrárias (Aristóteles, 1998, p. 106). Por isso, e sendo a reportagem humanitária caracterizada pela sua dimensão de vigilante dos direitos humanos, crê-se que imagem – em fotografia ou vídeo, é um recurso

determinante na eficácia de transmissão de conhecimento e na eventual mobilização da opinião pública.

3.3 A proteção dos jornalistas em contexto de emergência humanitária

“Uma imprensa livre é essencial para a Paz.”

António Guterres, 2019

Apesar da disrupção, turbulência e vertiginosa transformação que trespassa o mundo da informação, reconhece-se, com propriedade, que os meios de comunicação social, e por isso também os jornalistas, assumem um papel essencial na sociedade. Quer na sua dimensão de contrapoder, de escrutínio, confronto, validação de factos, fomento de debates, como também na investigação e na formação de pensamento. Ainda mais, porque são os meios de comunicação social e, portanto, os jornalistas, os responsáveis por dar a conhecer realidades veladas, como as violações dos direitos humanos – seja na vertente da liberdade de expressão, no abuso de poder, na corrupção, no despotismo dos governos, na guerra ou nos genocídios, denunciando a violação de todos aqueles valores que datam já do Iluminismo, como seja a liberdade, tanto religiosa como política e de pensamento, bem como a tolerância. Por outro lado, assumem também a sua essencialidade na narração dos desastres naturais – epidemias, terremotos, secas, inundações, tempestades e outros – que têm sempre como consequência a fome, a miséria e o sofrimento humano.

Irina Bokova, diretora-geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), declarou na Cimeira Mundial Humanitária, ocorrida em 2016, que “hoje, precisamos acelerar o reconhecimento global dos Estados sobre a importância de se garantir a segurança dos jornalistas em todos os lugares, especialmente em emergências humanitárias, onde eles desempenham um papel fundamental informando, prevenindo, mitigando e reduzindo os impactos das crises”. António Guterres, secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU) declarou, por ocasião do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, a 3 de maio de 2019, que “uma imprensa livre é essencial para a paz, a justiça, o desenvolvimento sustentável e os direitos humanos”. Acrescentou ainda, que “nenhuma democracia está completa sem acesso a informação transparente e confiável”. O que considera ser, concluindo, “a

pedra angular para a construção de instituições justas e imparciais, responsabilizando líderes e falando a verdade a quem detém o poder”. Contudo, e apesar das altas patentes reconhecerem publicamente a importância da função do jornalista e a óbvia necessidade de se zelar pela sua proteção, o relatório anual dos Repórteres sem Fronteiras (RSF) anunciou que, em 2020, foram 50 os jornalistas mortos. Número que, de acordo com a organização não-governamental francesa, permanece estável em comparação com os 53 jornalistas que perderam a vida em exercício das suas funções, no ano 2019. No mesmo relatório, toma-se ainda conhecimento que as fatalidades acontecem cada vez mais nos considerados países de paz e não apenas em zonas de conflito. Corrupção, máfia ou desvio de fundos são alguns dos temas investigados pelos jornalistas que vieram a ser encontrados sem vida. Para evitar a despersonalização dos números, recorde-se Anna Politkovskaya, repórter russa que, em 2006, denunciou a situação vivida na Chechénia. Como relata Adelino Gomes, a jornalista “quebrou um tabu, enfrentando a ira do novo poder russo, representado por Vladimir Putin, sofreu avisos e ameaças sucessivas e acabou assassinada à porta do seu apartamento em Moscovo. (Gomes, 2012, p. 60) Terry Gould, o jornalista norte-americano que tinha um encontro marcado com Politkovskaya no dia em que esta viria a ser assassinada, publicou a sua história no livro *Assassinaram um Jornalista* (2012) – onde narra outras sete histórias ocorridas nos cinco países onde mais jornalistas são assassinados – Iraque, Filipinas, Rússia, Colômbia e Bangladesh. (Gomes, 2012, p. 60)

3.3.1 A proteção dos jornalistas no âmbito do Direito Internacional Humanitário

O Direito Internacional Humanitário (DIH) – que tem como fontes os tratados ou convenções, bem como o costume (práticas generalizadas dos Estados das quais resulte a percepção da sua obrigatoriedade, como se de uma verdadeira lei se tratasse) – distingue duas categorias de jornalistas em situação de conflito armado internacional: os correspondentes de guerra credenciados nas forças armadas e outros jornalistas independentes. (Brito, 2014, p. 134)

Para além das duas categorias acima referidas, também se deve mencionar, igualmente, os *embedded journalists*, ou jornalistas incorporados, que intervêm em missões perigosas de conflitos armados.

Acresce que, o Direito Internacional Humanitário se divide em duas vertentes, a saber: i) “o Direito de Genebra” - que corresponde ao conjunto de normas que protegem as

vítimas de conflitos armados, como militares que estão fora de combate e civis que não participam ou que tenham deixado de participar diretamente no conflito; e ii) “o Direito de Haia” - que é o conjunto de normas que estabelecem os direitos e as obrigações dos beligerantes na condução das hostilidades, limitando os meios e métodos da guerra.

De referir que dos Protocolos Adicionais (de 1977) à Convenção de Genebra (de 1949) resulta uma definição, pela negativa, de “população civil”, como sendo pessoas que não fazem parte das forças armadas, sendo excluídos os seus membros e os combatentes.

Ora, esta definição é também aplicável ou extensível aos jornalistas em missão perigosa (mas não ao correspondente de guerra) que deverá beneficiar da proteção conferida às pessoas civis. (Deyra, 2011, p. 119)

O Direito Internacional Humanitário - *O jus in bello* - regula a conduta das partes envolvidas num conflito armado; busca minimizar o sofrimento, principalmente protegendo e ajudando, na medida do possível, todas as vítimas de conflitos armados.

De resto, o DIH oferece proteção a todos os jornalistas independentes como civis e, nessa qualidade, eles não podem ser atacados (a menos que participem nas hostilidades). É um crime de guerra dirigir intencionalmente um ataque contra civis. (Deyra, 2001, p. 16)

Atentemos, agora, nos principais instrumentos legais no âmbito do Direito Internacional Humanitário. Já acima se aludiu que os tratados e o direito internacional consuetudinário são as principais fontes do DIH. Relativamente aos tratados, e sem prejuízo destes só poderem ser assinados por Estados, a verdade é que as suas normas também se aplicam aos grupos armados não estatais.

Os principais tratados do DIH incluem os Regulamentos de Haia de 1907, as quatro Convenções de Genebra e seus Protocolos Adicionais. (Comité Cruz Vermelha, site)

Vejamos:

- 1907 - Regulamentos de Haia (Convenção (IV) relativa às Leis e Costumes da Guerra em terra e seus anexos: Regulamentos referentes às Leis e Costumes da guerra em Terra. Haia, 18 de outubro de 1907;
- Convenção (I) para a Melhoria da Condição dos Feridos e Doentes nas Forças Armadas no Campo. Genebra, 12 de agosto de 1949;
- Convenção (II) para a Melhoria da Condição de Membros Feridos, Doentes e Náufragos das Forças Armadas no Mar. Genebra, 12 de agosto de 1949;

- Convenção (III) relativa ao tratamento de prisioneiros de guerra. Genebra, 12 de agosto de 1949;
- Convenção (IV) relativa à Proteção de Pessoas Civis em Tempo de Guerra. Genebra, 12 de agosto de 1949;
- Protocolo Adicional às Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949 e relativo à Proteção das Vítimas de Conflitos Armados Internacionais (Protocolo I), 8 de junho de 1977;
- Protocolo Adicional às Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949, e relativo à Proteção das Vítimas de Conflitos Armados Não Internacionais (Protocolo II), 8 de junho de 1977; e
- Protocolo adicional às Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949, e relativo à Adoção de um Emblema Distintivo Adicional (Protocolo III), 8 de dezembro de 2005.

Finalmente, uma breve alusão a resoluções e declarações, bem como a organismos e instituições que, de alguma forma, se preocupam e agem em prol da segurança do jornalista humanitário.

Assim:

- Resolução da UNESCO 29, 1997, designada “Condenação da violência contra jornalistas. Esta resolução insta os Estados membros a cumprir o “seu dever de prevenir, investigar, punir e punir esses crimes (cometidos contra jornalistas)” e “reparar as consequências”;
- Resolução do Conselho de Segurança 1738, 2006: A resolução lembra que “jornalistas, profissionais dos média e pessoal associado que realizam missões profissionais perigosas devem ser considerados civis e devem ser respeitados e protegidos como tal”. Como civis, os jornalistas também devem beneficiar da proteção estabelecida na resolução 1894 (2009) do Conselho de Segurança;
- A Declaração de Medellín, 4 de maio de 2007: A Declaração de Medellín sobre a Segurança de Jornalistas e a Luta contra a Impunidade nasceu ao final de uma conferência de dois dias organizada na cidade colombiana, em 3 e 4 de maio de 2007 pela UNESCO por ocasião do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa. O comunicado, que se preocupa com os ataques à liberdade de imprensa, aponta que a maioria desses ataques a profissionais dos média ocorre fora de qualquer situação de conflito armado. A declaração incentiva os Estados membros a

investigarem todos os atos de violência contra jornalistas; a libertar os jornalistas detidos; a assinar e ratificar os Protocolos Adicionais I e II às Convenções de Genebra, bem como o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional;

- A Declaração sobre a Segurança de Jornalistas, 2009: Esta Declaração sobre a Segurança de Jornalistas foi adotada no 4º Fórum de Media Eletrónica de 12 a 13 de novembro de 2009 na Cidade do México e apoiada pela UNESCO.

Ela pede "medidas internacionais permanentes e concretas para lidar com os assassinatos de jornalistas e pessoal de apoio dos média em todo o mundo em tempos de paz e guerra;

Repórteres sem Fronteiras: ... que redigiram uma "Declaração sobre a segurança de jornalistas e meios de comunicação em situações de conflito armado", com base nos resultados de um *workshop* organizado em 20 de janeiro de 2003 e reunindo representantes do CICV e várias ONG;

- O CICV: Como parte de suas atividades de proteção, o CICV criou em 1985 um serviço de emergência (linha direta) para jornalistas em dificuldades em áreas de conflito armado. O CICV pode oferecer aos jornalistas diferentes tipos de proteção, tais como: solicitar uma notificação de prisão / captura e ter acesso a jornalistas no contexto de visitas a detidos; informar imediatamente parentes e entidades patronais / profissionais dos contactos do jornalista procurado e manter os laços com a família; procurar ativamente por jornalistas desaparecidos, identificar e transferir ou repatriar restos mortais, evacuar jornalistas feridos. Além disso, o CICV também organiza *workshops* em Direito Internacional Humanitário para jornalistas;
- A Federação Internacional de Jornalistas (IFJ): Maior organização de jornalistas do mundo, representando mais de 600.000 jornalistas em 131 países, a Federação Internacional de Jornalistas promove ações internacionais para defender a liberdade de imprensa e a justiça social por meio de sindicatos nacionais de jornalistas. A IFJ é reconhecida pelas Nações Unidas e pelo movimento sindical europeu como a organização com poderes para falar em nome dos jornalistas;
- Instituto Internacional de Segurança de Notícias: O Instituto Internacional de Segurança da Imprensa (INSI) é um conjunto de organizações de notícias,

grupos de apoio a jornalistas e figuras públicas dedicadas exclusivamente à segurança dos profissionais dos média que trabalham em ambientes perigosos.

Conforme acima se referiu, existem vários tratados, leis e instituições que de algum modo preveem e sancionam os ataques ou ofensas aos jornalistas, mas tudo isto é insuficiente. Melhor seria, isso sim, completar aqueles instrumentos com uma eficiente campanha de esclarecimento e consciencialização a nível mundial, liderada por ONG, meios de comunicação, advogados, governos e outros, assim se evitando muitas vítimas, sobretudo incidentais.

Neste sentido, parece-nos irrelevante que se codifique, num só diploma legal, a proteção dos jornalistas em separado da proteção dos civis em geral. Proteção legal já existe, o que falta é uma consciência atenta e esclarecida acerca da importância de se defenderem e protegerem os jornalistas no exercício da sua atividade.

Capítulo 4: Enquadramento Metodológico

A metodologia é um processo estratégico de investigação “entendida como o conhecimento crítico dos caminhos do processo científico, indagando e questionando sobre os seus limites e possibilidades.” (Demo, 1989) Como tal, depende da investigação – atividade de natureza cognitiva, que consiste num processo sistemático, flexível e objetivo de averiguação, contribuindo para a explicação e compreensão de fenómenos sociais. Em síntese, é um “procedimento formal para aquisição de conhecimento sobre a realidade.” (Medeiros, 2006, p. 49)

Quando falamos de investigação no contexto das Ciências Sociais e Humanas, como refere a autora Clara Coutinho, “há dois requisitos que se impõem: que seja científica – pautada pela sistematização e pelo rigor – e que seja adequada ao objeto de estudo.” (Coutinho, 2014, p. 4)

4.1 Problemática em estudo, abordagem e procedimentos metodológicos

Considerando a tipicidade do conceito *Jornalismo Humanitário* e a exígua investigação empírica sobre a temática em contexto português, considerou-se adequado proceder-se à eleição de um estudo de caso, como instrumento de investigação de método qualitativo, a fim de se obter elementos que contribuam para o conhecimento científico do tema.

No presente trabalho de investigação, a utilização da metodologia qualitativa, através da pesquisa bibliográfica e documental e na forma de estudo de caso (Adelman *et al.* 1984, págs. 93-102), revelou-se apropriada por permitir o recurso ao tratamento descritivo e interpretativo do material recolhido, através do raciocínio indutivo (Colás Bravo & Buendía Eisman, 1992, p. 252) e da hermenêutica (Colás Bravo & Buendía Eisman, 1992, p. 48).

Assumindo que o ponto de partida deste estudo é i) constatar a inexistência da especialização de Jornalismo Humanitário nos média portuguesas ii) e averiguar de que forma são as temáticas humanitárias abordadas, foi orientada uma pesquisa descritiva, expondo características do fenómeno; e exploratória, intentando a procura de soluções com o intuito de, através da análise de conteúdo do estudo de caso identificado, perscrutar a atuação de um meio de comunicação de referência em Portugal na cobertura mediática de um tema considerado de âmbito do jornalismo humanitário.

No que concerne à análise de conteúdo, considere-se a seguinte definição de Bardin: “é um conjunto de técnicas de análise de comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens.” (Bardin, 1977, p. 38) Acresce que, de acordo com o autor, é-lhe atribuída “uma função heurística: a análise de conteúdo enriquece a tentativa exploratória aumentando a propensão à descoberta, (...) e uma função de administração de prova: hipóteses sob a forma de questões ou de afirmações provisórias servindo de diretrizes para o método de análise sistemático para serem verificadas no sentido de uma confirmação ou infirmação.” (Bardin, 1977, p. 30)

No paradigma qualitativo, a realidade é construída a partir do quadro referencial dos próprios sujeitos/elementos do estudo, sendo que, como sabido, é da responsabilidade do investigador decifrar o significado dos elementos não se limitando unicamente à técnica da descrição. O vínculo entre signo e significado, conhecimento e fenómeno, adquire uma atenção particular quando o objeto de estudo se enquadra no âmbito das Ciências Sociais e Humanas. Dir-se-á que, num estudo de caso, a capacidade do investigador para interpretar e analisar informações, através do seu conhecimento adquirido pela experiência e pela observação, poderá ser uma valia essencial para prover novos fundamentos e perspetivas sobre o problema de investigação. Credo no pressuposto, à análise de conteúdo desenvolvida com o amparo da pesquisa bibliográfica e documental, somara-se, o saber assimilado através do recurso da entrevista como instrumento de pesquisa. Não obstante o facto de terem sido orientadas entrevistas a demais personalidades que não figuraram diretamente na discussão de resultados - a quem se agradece a singular disponibilidade e a manifesta partilha de conhecimento, decidira-se incluir dois testemunhos de figuras com percursos profissionais distintos e contrastantes, porém, complementares e imperiosos.

Lobiondo-Wood & Haber (2001) definem a entrevista como um instrumento escrito e planeado para obter/reunir dados de pessoas selecionadas sobre um qualquer tipo de conhecimento, atitude, crença ou sentimento. É, por isso, uma ferramenta eficiente de recolha de informação, permitindo uma compreensão aprofundada de um fenómeno.

De acordo com a sistematização quanto aos tipos de entrevista na pesquisa qualitativa de autores como Lüdke e André (1986), Thiollent (1987), Queiroz (1991), Rubbin e Rubbin (1995), Gauthier (1998) e Santos (2000), as entrevistas que constam do presente estudo são consideradas semi-estruturadas, na medida em que fora utilizado um roteiro, guião de entrevista, composto por perguntas fechadas, de ordem preestabelecida, mas

também foram incluídas um pequeno número de perguntas abertas, a fim de obter por parte do entrevistado informações que considere oportunas, relevantes e favoráveis à investigação. A elaboração do guião das entrevistas teve em consideração as informações transversais que se pretendiam obter sobre o tema em questão, todavia, ponderando sobre as especificidades dos currícula profissionais e académicos dos entrevistados, adaptando, por isso, as perguntas e os objetivos.

Atendendo à tipificação de Gil (1999), deverá também referir-se o carácter informal das entrevistas, definido previamente com o objetivo de evitar condicionalismos à fluidez da informação.

4.2 Conceitualização do método

No seguimento do exposto, observando a atualidade – a agenda nacional e internacional, definiu-se como estudo de caso *A cobertura mediática do conflito de Cabo Delgado no jornal Público*, desde a sua origem no ano 2017 até à atualidade.

A temática do estudo de caso foi eleita por cumprir com os requisitos que a enquadram como conteúdo proposto a ser trabalhado no âmbito do jornalismo humanitário, a saber: i) a crise de Cabo Delgado é considerada um conflito armado, ii) que pela sua natureza violenta e extremada se transformou numa crise humanitária com mais de 700 mil refugiados, iii) privados dos seus direitos universais, indivisíveis, inalienáveis e interdependentes, iv) e silenciados pela dificuldade de acesso a informação verificada por parte dos meios de comunicação social; v) facto que, hipoteticamente poderá ter contribuído para o desconhecimento e apatia da opinião pública, para a impunidade das partes responsáveis pelo conflito e pela morosa intervenção da comunidade internacional.

Não obstante a contemporaneidade da temática proposta e do seu devido enquadramento como conteúdo humanitário, justificando a sua pertinência no presente trabalho, considerou-se ainda, aquando do processo de definição do estudo de caso, a relação histórica entre Portugal e Moçambique – com o propósito de averiguar-se se a ligação entre países poderia eventualmente apresentar-se como um indicativo do comportamento dos média portugueses.

No que respeita à seleção do meio de comunicação a observar e a recolher a amostra, fora escolhido o jornal diário Público, por i) ser considerado um dos jornais de

referência em Portugal e, ii) por disponibilizar de forma integral os conteúdos da edição impressa na sua edição digital – permitindo, no *site* público.pt, edição para assinantes, que através do recurso a palavras-chave e à indicação de dia/mês/ano, seja possível um acesso imediato e integral aos conteúdos que se pretendiam recolher e analisar. Acresce o facto de os elementos da amostragem serem assim, também, prontamente comprováveis e verificáveis.

Assumindo como alicerce a teoria de que “através da observação é possível reunir e obter informações e dados fundamentais sobre as rotinas produtivas que atuam na indústria dos média,” (Wolf, 2005, p. 191) determinou-se como *corpus* de pesquisa, a ser submetido a devida análise de conteúdo, os elementos produzidos e/ou difundidos pelo jornal matutino português Público, sobre o conflito de Cabo Delgado, entre 01 de janeiro de 2017 (ano que marca o início do conflito armado na província) e 27 de maio de 2021 (data limite para recolha da amostra). Os conteúdos foram obtidos, como referido, em público.pt, através do motor de pesquisa do *site* e utilizando como palavra-chave única *Cabo Delgado*. Para evitar quaisquer lapsos e limitar a margem de erro do arquivo digital, a pesquisa foi realizada por mês e ano (exemplo: de 01-01-17 a 31-01-17 e o processo repetido até ao mês de maio de 2021), obtendo assim um número reduzido de resultados, por procura, passíveis de serem apurados.

A palavra-chave foi definida tendo em conta que i) sempre que é noticiado o conflito em causa é inevitável a referência ao nome da província e ii) por ser uma palavra-chave suficientemente específica – portanto, competente na procura dos conteúdos pretendidos, dispensando peças irrelevantes para o presente estudo. Todavia, apesar da eficácia da palavra-chave, verificou-se que, em casos pontuais, foram encontrados resultados extemporâneos. Este fenómeno deve-se ao facto de, no ano 2019, o território de Moçambique, em particular Cabo Delgado, ter sido assolado por dois ciclones tropicais – responsáveis por centenas de perdas humanas e pela destruição de inúmeras infraestruturas nevrálgicas. Apesar dos conteúdos em questão serem facilmente identificados e descartados aquando do processo de recolha de dados, decidira-se mantê-los por se considerar serem representativos do comportamento dos média perante catástrofes humanitárias (no caso, com origem numa emergência climática).

Das técnicas de análise de conteúdo a ter em consideração, a análise por categorias, de acordo com Bardin, é a que deve ser citada em primeiro lugar. (Bardin, 1995, p. 153) Ou seja “a partir do momento em que a análise de conteúdo decide codificar o seu material, deve produzir um sistema de categorias.” (Bardin, 1995, p. 119). Este

procedimento acontece, segundo a autora, como forma de “reconfigurar o material ao serviço dos objetivos de investigação.” (Bardin, 1995, p. 109) Assim sendo, concretizando o exposto e transpondo-o para a presente investigação, de referir que a amostra – resultante da pesquisa no *site* publico.pt sobre Cabo Delgado, de 01-01-17 a 27-05-21, totaliza 162 elementos, tendo sido categorizada, num primeiro nível de análise de conteúdo, por data de publicação (categoria 1) e género jornalístico (categoria 2).

No que se refere à análise do conteúdo da primeira categoria – data de publicação, pretende-se, por um lado, descrever as flutuações temporais entre peças publicadas/difundidas sobre Cabo Delgado no jornal Público, refletindo sobre os eventuais critérios de noticiabilidade adjacentes e, por outro lado, percecionando, com base no volume de elementos, o interesse/desinteresse do meio de comunicação em noticiar e/ou abordar a temática no decorrer do período de tempo da amostragem.

A segunda categoria assumiu o propósito de organizar a amostragem por género jornalístico, uma vez que, da amostra recolhida, constam notícias, reportagens, entrevistas, editoriais e artigos de opinião. Assim, a distribuição dos elementos por género jornalístico permitiu avaliar, em primeiro lugar, o espaço que o meio de comunicação reservou para o tratamento da temática, vulgo relevância atribuída ao tema e, em segundo lugar, através da catalogação dos elementos por género, foi possível refinar-se o *corpus* de pesquisa, para um segundo nível de análise de conteúdo.

Visto que o tema da presente investigação é a especialização em Jornalismo Humanitário, considerou-se conveniente apurar a amostra inicial e analisar doravante as notícias, reportagens e entrevistas – géneros definidores da atividade jornalística, descartando, assim, os artigos de opinião e os editoriais. Por conseguinte, quando terminada a análise da segunda categoria estabelecida, a amostra, inicialmente de 162 elementos, será reduzida para 140 – a ser escrutinada num segundo nível de análise de conteúdo.

Refinado o *corpus* de pesquisa, avançou-se para o tratamento da amostragem, agora unicamente composta por notícias, reportagens e entrevistas, através da criação de uma terceira categoria – *Autor*. Assim, a terceira categoria, que visa organizar os elementos da amostragem por autor, tem por objetivo, em primeiro lugar, distinguir os conteúdos próprios – assinados por jornalistas do jornal Público, e os conteúdos que provêm de agência noticiosa (Lusa e Reuters). Esta primeira segmentação pretende analisar em que

momento o meio de comunicação em causa considerou o tema suficientemente significativo para alocar recursos humanos próprios.

Em segundo lugar, pretendeu-se ainda, com a análise dos autores das peças, observar quais os jornalistas que se dedicaram ao tema, a fim de se desenvolver um breve perfil do jornalista e averiguar qual a sua especialização, elementos vitais na verificação da existência/inexistência da especialização em Jornalismo Humanitário no referido meio de comunicação.

Distinguidos os conteúdos entre aqueles que são resultado de informações obtidas por agências noticiosas, e conteúdos produzidos e assinados por jornalistas da redação do Público, prosseguiu-se para um terceiro e último nível de análise de conteúdo, apresentado na categoria 4 - *As Reportagens do Conflito a partir de Cabo Delgado*.

Considerando exclusivamente as reportagens produzidas pelo jornalista António Rodrigues – que, como se provará, é o principal redator do Público sobre o conflito armado – enquanto enviado especial do jornal português a Cabo Delgado, pretende-se explorar a estrutura e as especificidades dos conteúdos criados a partir do local do evento.

Com o objetivo de se aprofundar o tema em estudo com contributos atuais de figuras cujo perfil e percurso profissional se revelasse uma mais-valia para a investigação, foram planeadas e realizadas entrevistas que, como oportunamente descrito na abordagem metodológica, se caracterizam pelo seu carácter semiestruturado e informal. Ainda que se tenham levado a cabo outras entrevistas, consta, para os efeitos da discussão de resultados, as informações recolhidas através da entrevista a Catarina Furtado, Embaixadora da Boa-Vontade do Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA) desde o ano 2000, a convite do então secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan; e da entrevista a António Rodrigues, jornalista e principal responsável pelo acompanhamento do conflito de Cabo Delgado no jornal Público.

Não obstante o facto desta investigação se debruçar sobre jornalismo humanitário, legitima-se a entrevista a Catarina Furtado pelo facto de, apesar de na atualidade não exercer funções enquanto jornalista, assumir, contudo, que uma das suas missões é contribuir para que a especialização em Jornalismo Humanitário se desenhe no mercado dos média em Portugal com determinação, consistência e interesse. Co-autora dos documentários *Dar Vida Sem Morrer* e *Príncipes do Nada*, exibidos no canal de televisão público português – RTP, fundou a Associação Corações Coroa (CCC) – sem fins lucrativos e detentora do estatuto de Organização Não Governamental para o

Desenvolvimento, com o objetivo de promover a defesa pelos Direitos Humanos. A associação CCC é a promotora e organizadora do principal prémio português destinado a distinguir trabalhos de comunicação (televisão, rádio, imprensa e multimédia), difundidos em Portugal, que se destaquem pela promoção do conhecimento, informação, sensibilização e proteção dos Direitos Humanos numa perspetiva de igualdade de direitos e oportunidades. A entrevista a Catarina Furtado realizou-se a 6 de março de 2021, através da plataforma de vídeo *Zoom*, tendo sido devidamente gravada, transcrita e incluída como Apêndice II do presente trabalho.

Por fim, justifica-se a entrevista ao jornalista da secção Internacional do jornal Público, desde março de 2019, António Rodrigues, por a partir da sua entrada na redação do matutino ter vindo a assumir progressivamente a autoria das notícias e reportagens sobre o objeto em estudo – o conflito de Cabo Delgado.

A entrevista a António Rodrigues realizou-se a 11 de junho de 2021, através da plataforma de vídeo *Zoom*, tendo também sido devidamente gravada, transcrita e incluída como Apêndice III do presente trabalho.

4.3 Contextualização: O conflito de Cabo Delgado

“Decapitados de Cabo Delgado têm que ter nome e história.”

Mia Couto, 2021

Cabo Delgado é uma província do norte de Moçambique, ladeada por Niassa e Nampula, fazendo ainda fronteira com a Tanzânia, da qual está separada pelo rio Rovum. Dividida em dezassete distritos, a província de Cabo Delgado dispõe, desde 2013, de cinco municípios: Chiúre, Mocímboa da Praia, Montepuez, Mueda e Pemba. A capital da província, Pemba, situa-se a cerca de 2.600 km de Maputo, capital de Moçambique. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística, em 2017, a população de Cabo Delgado não ultrapassava os 2,32 milhões de habitantes.

Quarenta e cinco anos após a independência de Portugal, em 1975, sucessivos governos moçambicanos não conseguiram estabelecer uma administração eficaz em Cabo Delgado. O “Cabo Esquecido”, como é comumente conhecido, tem vindo a apresentar inquietantes indicadores de desenvolvimento, sendo que, em 2015, a taxa de pobreza era superior a 50%, de acordo com o relatório do World Bank Group (2018). Apesar dos

seus valiosos recursos naturais – em 2009 foram descobertos rubis em Montepuez e em 2010 gás natural liquefeito nas imediações de Palma, Cabo Delgado é uma província desprovida de quaisquer infraestruturas funcionais e com acesso condicionado a bens primários como água potável, eletricidade, saneamento, educação ou saúde.

O facto de ter sido autorizada a exploração dos seus relevantes recursos naturais por corporações internacionais - como a Gemfields do Reino Unido, a Total de França e a Eni de Itália, tem contribuído para a revolta da população que não beneficia, direta ou indiretamente, do lucro das receitas geradas pela indústria extrativa e transformadora. A precaridade de Cabo Delgado viria ainda a ser fortemente acentuada no ano, 2019, quando Moçambique fora violentamente atingido pelos ciclones Idai e Kenneth.

De acordo com o ponto de situação divulgado pelo Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC) de Moçambique, na sequência do ciclone Idai, registaram-se 518 vítimas mortais, 1.641 feridos e mais de 146 mil pessoas foram recebidas em centros de acolhimento. No que diz respeito às consequências do ciclone Kenneth, a INGC indicou que, pelo menos, 41 pessoas perderam a vida e cerca de 34 mil refugiaram-se nos 30 centros de acomodação dispersos pelo território. O governo de Moçambique, à data, noticiou que mais de 31 mil casas ficaram destruídas na sua totalidade.

Por sua vez, a Organização Mundial da Saúde (OMS) informou que 14% das infraestruturas sanitárias tinham sido vigorosamente danificadas, facto que viria a agravar o já débil e comprometido acesso da população a cuidados de saúde.

Todavia, apesar dos desastres naturais terem adensado as preexistentes condições indignas em que viviam as comunidades, é o conflito armado que tem lugar na província o principal responsável pela destruição de Cabo Delgado e pelo sofrimento desumano dos seus habitantes. As operações violentas, executadas por grupos armados, tiveram início a 5 de outubro de 2017, com um ataque à esquadra da Polícia em Mocímboa da Praia. Desde então, a província tem sido transformada numa área progressivamente invadida por grupos fundamentalistas islâmicos, que beneficiam da sua fragilidade social, da desorganização do Estado, e do alheamento da denominada comunidade internacional.

4.3.1 As partes do conflito

O conflito em Cabo Delgado tem raízes profundas e complexas – evidenciadas pela inação política e social e pela ausência, em primeira linha, de atenção e intervenção do

Estado de Moçambique. Uma região durante anos esquecida, empobrecida, com recursos naturais valiosíssimos, porém, explorados por multinacionais sem o propósito de favorecerem a população, marcada pela corrupção e pelo enriquecimento de elites, apontada como ponto de passagem das rotas do tráfico de heroína do Afeganistão e de cocaína da Colômbia, e pela crescente polarização de crenças religiosas – dois terços da população é islâmica (muçulmana) e um terço cristã (católica).

Cabo Delgado reúne assim, há várias décadas, condições excepcionais para que grupos radicalizados proliferem e fomentem a desordem, a violência e a penúria.

De acordo com o relatório “*O que vi foi a morte*” (2021), publicado pela Amnistia Internacional, organização não-governamental de defesa dos direitos humanos, há a considerar como partes do conflito: as forças de segurança de Moçambique (FADM e UIR) e o grupo armado Ahlu Sunnah Wa-Jama, localmente conhecido como Al-Shabaab. Sendo que, deve ainda ser considerada a empresa militar privada Dyck Advisory Group, contratada pelo Estado moçambicano para que os seus operacionais participem ativa e diretamente nas hostilidades.

Al-Shabaab, grupo armado que afirma lutar pelos direitos da comunidade local, organizado e ancorado na ideologia jihadista, amplificou a sua presença e intervenção em Cabo Delgado com a chegada das multinacionais responsáveis pela extração de gás natural liquefeito e rubis. As primeiras operações violentas, que tiveram lugar em Mocímboa da Praia, foram descritas como de pequena escala e perpetradas por escassas dezenas de seguidores.

Contudo, os ataques viriam a intensificar-se a partir de 2019 com a chegada de dezenas de combatentes jihadistas estrangeiros e de armamento sofisticado. Al-Shabaab, que em árabe significa *a juventude*, deixaria assim de ser composto apenas por devotos locais. Consta, no relatório da Amnistia Internacional, inúmeros testemunhos de sobreviventes que descreveram que, nos ataques, alguns dos bandidos pertenciam à comunidade, outros eram totalmente desconhecidos (...) era difícil entender o que se estava a passar”. (2021, p. 9) Em 2020, os rebeldes islâmicos aumentaram a frequência e a dureza dos ataques e deram início à publicação de vídeos com combatentes a jurar lealdade ao ISIS, o autoproclamado Estado Islâmico (EI). Todavia, a efetiva ligação entre o Al-Shabaab e o EI é ainda objeto de discussão por ausência de provas que estabeleçam a sua correlação.

Apesar dos jihadistas do Al-Shabaab declararem que o seu alvo são unicamente os soldados do governo e não os civis, os relatos dos sobreviventes e dos escassos

jornalistas que se encontram em Cabo Delgado desmentem-no. No já citado relatório “*O que vi foi a morte*”, a Amnistia Internacional confirma que “os combatentes matam rotineiramente civis” (2021, p. 12), saqueiam e incendeiam as suas casas. Tal como divulgara a 20 de novembro de 2020, a maior agência noticiosa internacional – Reuters, na peça “*Polícia de Moçambique reivindica ter recuperado aldeia do norte do país*”, onde dá conta que mais de 50 civis terão sido decapitados num campo de futebol em Muidumbe. Conforme a investigação do *Armed Conflict Location & Event Data Project* (ACLED), entre outubro de 2017 e fevereiro de 2021, dos cerca de 2.600 mortos, num total de 798 eventos de violência, mais de 1.300 eram civis. A maioria dos ataques acontecera em 2020, tendo o Al-Shabaad capturado e mantido o controlo da vila portuária de Mocímboa da Praia e atacado vilas e aldeias em Quissanga, Chai Sede, Litamanda e Macomia. De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, ACNUR, agência internacional que atua para assegurar e proteger os direitos das pessoas refugiadas, o conflito armado em Cabo Delgado é já responsável pela fuga desesperada de 700 mil pessoas (30% da população) – que abandonaram as suas casas (a maioria já destruídas) e os seus exíguos bens, para sobreviverem aos ataques das milícias. Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância, UNICEF, do número total de deslocados na província de Cabo Delgado, cerca de 350.000 são crianças. A crise humanitária agora instalada na região tem apenas paralelo com a provocada pela guerra civil de Moçambique entre 1977 e 1992.

4.4 O jornal Público

A 5 de março de 1990 saíam para as bancas 120 mil exemplares do primeiro número daquele que viria a ser o jornal diário matutino português Público, numa época sem internet ou telemóveis, e em que na televisão só havia dois canais, os da RTP, empresa pública portuguesa.

Fundado por Vicente Jorge Silva, que viria a ser o seu primeiro diretor, o diário que se firmou no lema: “Público, um jornal sem fronteiras”, é resultado de uma parceria com o grupo empresarial português Sonae, que através da Público Comunicação Social S.A. detém e publica o jornal há mais de trinta anos.

Vicente Jorge Silva, que à data assumia funções de jornalista e diretor-adjunto do jornal semanário português Expresso, desde 1988 que idealizava e projetava o novo diário.

Conseguida a parceria com a Sonae, em 1989, depois de meses de reuniões negociais, publicava no Expresso, uma nota intitulada “Despedida”, dizendo: "Entre nós (Vicente Jorge Silva e Jorge Wemans) e o Expresso criou-se uma relação profissional e afetiva cuja intensidade nos marcou profundamente — a nós e ao *Expresso*. Só um desafio apaixonante como aquele que agora nos espera, de abrir um espaço inovador na imprensa diária, justifica a decisão sempre dolorosa de partir."

No seu Estatuto Editorial, inalterável desde a sua fundação, lê-se que o jornal Público “inscreve-se numa tradição europeia de jornalismo exigente e de qualidade, recusando o sensacionalismo e a exploração mercantil da matéria informativa”. (Público, online) Considerando ainda que “a existência de uma opinião pública informada, ativa e interveniente é condição fundamental da democracia e da dinâmica de uma sociedade aberta, que não fixa fronteiras regionais, nacionais e culturais aos movimentos de comunicação e opinião.” (Público, online)

Desde 1991 que o jornal Público integra a World Media Network – associação à qual pertencem jornais de referência a nível mundial, dos quais são exemplo: o alemão *Süddeutsche Zeitung*, o espanhol *El País*, o francês *Libération* e o italiano *La Stampa*. Em 1995, a marca lançou, a 22 de setembro, o seu sítio na internet com a designação de Público Online. Atualmente, corre o ano de 2021, o *site* é denominado por *publico.pt*.

Capítulo 5: Apresentação e Discussão de resultados

Atendendo à complexidade de observarmos de forma integral o comportamento dos média portugueses perante informações de âmbito humanitário, julgara-se conveniente, no presente estudo, incidir a análise unicamente sobre um meio de comunicação social português e descrever a sua atuação no tratamento de um fenómeno de índole humanitária, concreto e contemporâneo. Por conseguinte, e como anteriormente referido, definiu-se como estudo de caso A cobertura mediática do conflito de Cabo Delgado no jornal Público, por se acreditar ser um exemplo efetivo, esclarecedor e paradigmático.

Doravante, a análise de conteúdo realizar-se-á de acordo com o explanado na conceitualização do método (capítulo 4), sendo que, para uma eficaz apresentação de resultados e esclarecedora discussão, se decidiu abordar de forma individual o sistema de categorias criado para o presente estudo.

De referir que a análise de conteúdo, na sua componente interpretativa e exploratória, suportar-se-á na informação obtida através da entrevista a Catarina Furtado, documentarista e Embaixadora da UNFPA e a António Rodrigues, principal redator do jornal Público sobre o conflito de Cabo Delgado, bem como, no conhecimento adquirido em referências bibliográficas e documentais. Pese embora o aproveitamento de outras referências, devidamente mencionadas, destaque para a utilização das conclusões do colóquio: “O Papel dos Media na Mobilização da Sociedade Civil para a Ajuda Humanitária”. Promovido por Sofia Aureliano, no âmbito da sua tese de licenciatura, apresentada no curso de Comunicação Social do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, no ano letivo 2003/2004. Pelo oportuno contributo dos intervenientes – jornalistas e representantes de diversas ONG, e pela adequabilidade do tema em discussão, o estudo será profusamente citado.

De aludir que, a amostra que representa o corpus inicial desta investigação é resultante da pesquisa no *site* publico.pt, sobre Cabo Delgado, de 01-01-17 a 27-05-21, e totaliza 162 elementos. Como detalhado no capítulo 4, a amostra será reduzida com o avançar da análise por categorias definidas com o propósito de um apuramento dos resultados.

5.1 Categoria 1 – Data de Publicação

A análise da amostragem através da sua data de publicação pretende descrever as flutuações temporais entre conteúdos produzidos e/ou difundidos sobre o *Conflito de Cabo Delgado* entre 01 de janeiro de 2017 (ano que marca o início do conflito armado na província) e 27 de maio de 2021 (data limite para recolha da amostragem), refletindo sobre os eventuais critérios de noticiabilidade adjacentes e indagando com base no volume de elementos e na cadência de tempo entre publicações, o interesse/desinteresse do meio de comunicação em noticiar e/ou abordar a temática.

Os conteúdos foram obtidos, como referido, em público.pt, através do motor de pesquisa do *site* e utilizando como palavra-chave única *Cabo Delgado*.

Descrevendo os resultados obtidos, constata-se que, em 2017, ano que marca o início do conflito armado, foi encontrado um resultado na pesquisa, não existindo qualquer outra referência publicada. Um ano depois, em 2018, foram produzidos dez resultados; no ano 2019, 17 resultados; no ano 2020, a produção noticiosa aumenta de forma significativa, sendo encontrados 70 elementos; e, em 2021, foram encontrados 64 conteúdos sobre o confronto que ainda decorre na província de Cabo Delgado.

Apesar da eficácia da palavra-chave, verificou-se que, em casos pontuais, foram encontrados resultados extemporâneos, que serão devidamente descritos no seguimento da análise da categoria 1.

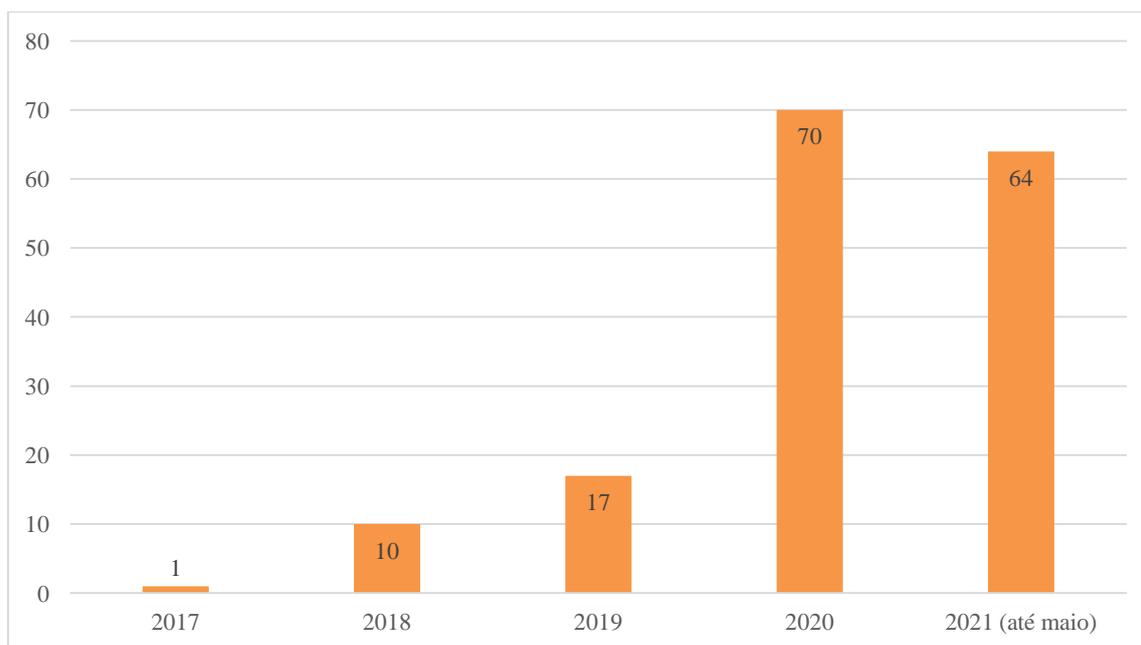


Gráfico 1. Publicações sobre *Cabo Delgado* no jornal Público

Os resultados serão apresentados, doravante, através da data de publicação dos elementos do *corpus* da investigação, bem como da referência ao seu título, autor e principais *highlights*, se justificável – informação complementar à categoria, porém, de suma relevância para as considerações finais. Concluída a descrição dos elementos por ano (2017, 2018, 2019, 2020, 2021), é realizada uma reflexão sumária que será devidamente aprofundada no final da análise da *Categoria 1- Data de Publicação*.

5.1.1 Descrição dos resultados do ano 2017 e 2018

A primeira notícia do jornal Público, relacionada com o conflito em Cabo Delgado, surge a 6 de outubro de 2017, com uma notícia proveniente da agência noticiosa portuguesa Lusa, intitulada “Confrontos entre grupo armado e polícia fizeram 12 mortos no Norte de Moçambique”. A notícia dava conta que a província de Cabo Delgado estaria a ser palco de confrontos sem que, contudo, houvesse informações sobre qual a sua natureza ou quais as suas motivações. De outubro de 2017 a junho de 2018 não se encontra, no jornal Público, qualquer aprofundamento ou atualização sobre o incidente. Nesse intervalo de tempo, os dois resultados encontrados com a palavra-chave Cabo Delgado referem-se a conteúdos cujo tema é distinto daquele que é o objeto em estudo neste trabalho. O primeiro resultado, uma reportagem fotográfica intitulada “A silhueta e o olhar das mulheres maconde”, publicada por ocasião do Dia Internacional da Mulher, celebrado a 8 de março, evidenciava as mulheres que cruzavam os caminhos de Cabo Delgado e de Niassa com cargas na cabeça em “perfeita harmonia”. O segundo resultado, com data de 16 de abril também de 2018, refere-se à reportagem do jornalista Abel Coentrão, “Poupar o mar, ganhar em terra”, onde se dava a conhecer que cinco mil pessoas do norte de Moçambique estavam, desde 2013, a aprender com uma equipa internacional a gerir os recursos marinhos. Em nenhum dos casos há referência a um conflito armado na província.

Volvidos cerca de sete meses desde a primeira notícia sobre um ataque em Cabo Delgado, a 5 de junho de 2018, é publicada nova notícia no Público, uma vez mais com informações provenientes da agência Lusa e, desta feita, também, da agência britânica Reuters, com o título “Seis mortos em novo ataque de grupo armado em Cabo Delgado”. A notícia relatava o ataque que acontecera nessa madrugada na aldeia de Naunde, em Macomia, Norte de Moçambique, e que resultara em seis mortes. A mesma notícia dá conta que, “uma semana antes,” dez pessoas teriam sido decapitadas num

outro ataque na província. Contudo, o jornal Público não noticiara o incidente. A peça adiantava, pela primeira vez, a existência de redes de comércio ilegal na região e a movimentação de grupos radicais islâmicos como possíveis causas para os confrontos. E finalizava com a informação de diversos investimentos estarem a avançar na província para exploração de gás natural com o envolvimento de petrolíferas mundiais. Escassos dias depois desta publicação, a 8 de junho, surge o primeiro e único artigo de opinião publicado pelo jornal Público, em 2018, sobre o tema. “Porquê o retorno da violência armada em Moçambique?”, da autoria da investigadora e coordenadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Maria Paula Meneses. No artigo, considerava-se a iminência de uma nova guerra e ponderava-se as tensões etno-raciais, religiosas e políticas vividas em Moçambique. A 10 de junho, o jornal Público publicava a sua primeira reportagem, assinada pelo jornalista Manuel Louro, sobre o tema. “De onde veio o extremismo islâmico que ameaça Moçambique?” é a primeira peça escrita por um jornalista do Público, que pretendeu narrar o que se vivia à data no norte de Moçambique, detalhando acontecimentos, traçando um perfil dos intervenientes do conflito e quais os seus hipotéticos objetivos, recorrendo a fontes citadas por meios como a Al-Jazira e a Bloomberg. A 13 de junho era publicada a notícia “Governo desaconselha permanência em zonas de morte de Moçambique”, proveniente da Lusa, com declarações do governo português que aconselhava os viajantes a evitarem a permanência em diversas zonas da província de Cabo Delgado afetadas por ataques atribuídos a “um movimento insurgente de matriz islâmica”. A 23 de junho é publicada no Público uma reportagem assinada pelo jornalista da Lusa, António Silva, onde se relata mais um ataque que resultara em 5 mortes e 120 casas incendiadas. Para além da notícia do ataque, a peça desenvolve detalhes, com pormenores descritivos, sobre o contexto de “sobressalto” que se vivia na província. Volvido mais de um mês, o conflito de Cabo Delgado volta a ser abordado pelo jornal Público, indiretamente, com a notícia da Lusa “Empresário sul-africano raptado no norte de Moçambique”. Apesar dos contornos serem desconhecidos à data, a peça faz alusão aos confrontos que se vivem na região e aos avanços dos investimentos de companhias petrolíferas em gás natural. “Policia moçambicana divulga nomes de alegados cabecilhas dos ataques do norte”, é a notícia partilhada a 13 de agosto, proveniente da Lusa e Reuters. A notícia dá conta do apelo das autoridades para que a população colabore com a captura de seis homens que estariam por trás dos ataques à província. A última notícia de 2018, sobre o conflito de Cabo Delgado, data de 24 de

novembro. “Nova vaga de ataques no norte de Moçambique faz 12 mortos”, uma vez mais da autoria da Lusa, refere a ocorrência de um ataque que teria acontecido dias antes. Na peça, relata-se o incidente, aborda-se a organização jihadista Al-Shabad e dá-se conta da “total solidariedade” do governo português para com as autoridades e o povo moçambicano.

5.1.2 Reflexão sumária dos resultados do ano 2017 e 2018

Tendo em consideração o exposto sobre a cobertura do jornal Público ao conflito de Cabo Delgado, nos anos 2017 e 2018, entende-se que o jornal Público se demitiu de aprofundar a temática, limitando-se, na generalidade, a difundir conteúdos relacionados com a agenda do dia para noticiar ataques ocorridos e emergentes. Destaque para a exceção da reportagem de 10 de junho de 2018, assinada pelo jornalista Manuel Louro, cuja reportagem não surge do imediatismo de um atentado ocorrido no dia ou na véspera, mas antes, como um exercício de enquadramento e contexto, disponibilizando aos leitores uma recapitulação dos eventos ocorridos até à data, uma explicação sobre os motivos que se acreditava estarem na origem do conflito, um esclarecimento sobre as partes envolvidas e uma reflexão sobre os seus objetivos. A ausência de atenção por parte do meio de comunicação ao tema poderá também avaliar-se pela exígua existência de artigos de opinião – instrumento transversalmente utilizado pelos meios de comunicação para partilhar pontos de vista, vulgo opiniões de personalidades, cujo percurso académico ou profissional o justifique, sobre temas da agenda mediática. Mencione-se que entre 2017 e 2018 foi apenas publicado um artigo de opinião, em junho de 2018, no seguimento do atentado de 5 de junho em Naunde que vitimou seis pessoas.

5.1.3 Descrição dos resultados do ano 2019

Salvaguardando pontuais exceções, à frente escrutinadas, o ano 2019 mantém a tendência revelada no ano 2018, no que se refere à cobertura mediática do conflito de Cabo Delgado pelo jornal Público. A primeira notícia de 2019 seria publicada a 4 de janeiro, proveniente de informações da Lusa e Reuters. Na peça, “Autoridades moçambicanas acusam empresário sul-africano de ataques no norte”, informava-se

sobre o eventual “financiado e coordenador” dos ataques em Cabo Delgado com o objetivo de impedir a produção de gás natural. Seguiu-se nova notícia, a 7 de janeiro, com a informação de um novo atentado na região. “Sete mortos em novo ataque na província moçambicana de Cabo Delgado” era o título da notícia que tinha por base informações da agência Lusa. A 31 de janeiro, a última notícia do mês, também ela proveniente da Lusa, contava que “HRW pede a Moçambique investigação a morte “suspeita” de empresário”. Em fevereiro, verifica-se a publicação de apenas uma notícia, também assinada pela Lusa, no dia 7, que dava conta da existência de “Sete mortos em novo ataque na província de Cabo Delgado, Moçambique”.

No mês de março de 2019 não se verifica qualquer conteúdo partilhado pelo Público e a 8 de abril noticia-se, através da Lusa, novo ataque, “Forças especiais de Moçambique tomam base insurgente e capturam membros.”

Como referido, aquando da abordagem metodológica, no capítulo 4, no momento da recolha da amostragem verificou-se que, no ano 2019, utilizando a palavra-chave Cabo Delgado, se encontrara resultados extemporâneos, ou seja, que não se relacionavam com o conflito armado. Optara-se por manter esses resultados, uma vez que, se relacionam com o relato de uma temática humanitária. Assim, em abril de 2019, ocorrera, no norte de Moçambique, dois fenómenos climáticos geradores de uma extensa destruição. Constata-se, por isso, que as notícias encontradas se relacionam maioritariamente com a emergência climática.

A 4 de abril, publicava-se “Governo português alerta para tempestade tropical intensa em Moçambique e Tanzânia”, notícia via Lusa; a 25 de abril “Ciclone Kenneth chegou a Moçambique e já provoca estragos”, através da Lusa; a 26 de abril “Ciclone Kenneth pode levar a inundações em Moçambique ao nível das da Beira”, assinada pelo jornalista do Público, António Rodrigues; também a 26 de abril, a jornalista Inês Chaíça escrevia “Ciclone Kenneth faz pelo menos um morto e estragos no norte de Moçambique”; a 27 de abril “Ciclone Kenneth fez cinco mortos em Moçambique”, por António Rodrigues; o mesmo autor, a 28 de abril, assinava a peça “Em Pemba choveu em 24 horas mais do que em todo o mês de abril”; no mesmo dia, o jornalista Luís Fonseca acrescentava que “Cheias submergem estrada que liga Pemba ao resto do país”; a 29 de abril, através da Lusa o Público partilhava “Sobe para 38 número de mortos em Moçambique após a passagem do Kenneth”. A 2 de maio, ainda se publicava sobre a intempérie, desta feita, através de uma peça do jornalista da Reuters, Shafiek Tassiem, “A comida está a acabar-se nas zonas ainda isoladas pelo ciclone Kenneth”.

O conflito armado em Cabo Delgado viria a ressurgir com a publicação a 8 de maio do artigo de opinião, o único em 2019, de Pedro A. Neto, diretor-executivo da Amnistia Internacional em Portugal, sobre o tema: “Imprensa livre: uma luz de esperança para o mundo”. Aflorava-se assim, diretamente, uma das problemáticas que todos testemunhávamos: a dificuldade de acesso, por parte dos jornalistas, a informação sobre o que se vivia em Cabo Delgado.

Ainda em maio, no dia 31, o jornalista António Rodrigues escreve a última notícia do ano sobre o conflito de Cabo Delgado, “Ataque contra camião no norte de Moçambique faz 16 mortos”.

Cabo Delgado volta apenas a ser notícia, a 26 de outubro, na peça “Ainda há 24.000 deslocados em Moçambique seis meses após o ciclone Kenneth”, através de informações da Lusa e sem qualquer referência ao conflito armado.

5.1.4 Reflexão sumária dos resultados do ano 2019

A análise, através da sua data de publicação e da motivação inerente à produção ou partilha dos conteúdos, permite concluir que, em 2019, uma vez mais, o conflito de Cabo Delgado fora abordado unicamente quando uma ocorrência tivera lugar. Na ausência de ataques ou confrontos (tornados públicos) ou de anúncios de decisores políticos, não foram produzidos ou partilhados conteúdos que mencionassem, evidenciassem ou denunciassem as condições de vida que a população da província estaria sujeita após os atentados. Na ausência de ataques declarados, observando a produção noticiosa, dir-se-ia que o conflito deixara de existir. Da mesma forma que não foram publicadas peças que dessem a conhecer aos leitores/opinião pública eventuais dificuldades por parte dos jornalistas a acederem a informação válida e rigorosa. Exceção para o artigo de opinião publicado em maio de 2019 – “Imprensa Livre: uma luz de esperança para o mundo”, por ocasião do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, que eleva a temática de forma indireta. Sendo questionável se tais conteúdos deveriam ou não ter sido escritos e publicados, crê-se oportuno refletir, para a eventualidade de, existindo uma seção/especialização dedicada a temáticas humanitárias, ser um conteúdo que se justificasse. Na medida em que os leitores/opinião pública saberiam que Cabo Delgado estaria sob ataque, todavia, não era permitido escrutinar-se as causas e os contornos por não ser possível a entrada de jornalistas, como lembra o jornalista António Rodrigues, entrevistado para este trabalho, quando referiu que, “até 2019 era

impossível trabalhar-se o conflito de Cabo Delgado porque o governo moçambicano não deixava ninguém chegar lá”.

No que se refere à cobertura noticiosa dos ciclones Idai e Kenneth, que trespassaram Moçambique, secundária na presente análise, conclui-se que também neste caso, o critério que prevaleceu foi o de noticiar a emergência do fenómeno e o seu imediatismo. Contudo, no caso da cobertura do ciclone Kenneth, há a evidenciar uma exceção. Em outubro de 2019, o jornal Público publicava uma notícia Lusa que dava conta, seis meses depois da ocorrência, das consequências do ciclone evidenciando o elevado número de deslocados, na peça “Ainda há 24.000 deslocados em Moçambique seis meses após o ciclone Kenneth”.

5.1.5 Descrição dos resultados do ano 2020

O ano 2020 marca uma mudança na forma como o jornal diário Público viria a abordar o conflito de Cabo Delgado, como se poderá constatar doravante.

Assim, no jornal Público, a primeira notícia surge assinada por António Rodrigues, a 15 de janeiro, com o título “Moçambique precisa de coragem, cinco anos passam rápido”. A notícia anunciava o segundo mandato do Presidente de Moçambique, Filipe Nyusi, que afirmara ter “a paz como prioridade absoluta”. Duas semanas depois, a 3 de fevereiro, era publicada a notícia “Bispo de Pemba admite que ataques já provocaram mais de 500 mortos”, através da agência Lusa. A notícia cita as declarações do bispo, Luís Fernando Lisboa, à Fundação Ajuda à Igreja que Sofre, onde afirmava que, desde outubro de 2017, já se somavam cerca de 500 mortos e milhares de refugiados. Este anúncio viria a motivar a notícia do dia seguinte, também da agência Lusa, “Províncias moçambicanas de Cabo Delgado e Tete enfrentam crise alimentar.” A notícia, suportada pelo relatório da Rede de Sistemas de Alerta Antecipado de Fome (Rede Fews), evidenciava a escassez de alimentos e o seu difícil acesso.

A 28 de fevereiro era noticiado mais um ataque. “Grupo armado ataca aldeia no Norte de Moçambique e mata sete pessoas”, peça assinada pela Lusa dava conta da invasão de grupo armado à aldeia costeira de Quirinde. A partir da segunda parte do mês de março de 2020 o fluxo noticioso aumenta. O jornalista António Rodrigues assina, a 24 de março, “Mocímboa da Praia: O culminar do trágico fracasso do governo moçambicano”; a 25 de março, “Jihadistas voltam a atacar em Moçambique e estão mais próximos de Pemba”; a 26 de março são publicadas duas peças, “O Presidente

Nyusi tem de se instalar em Cabo Delgado” e, horas mais tarde, “Jihadistas defendem implantação da lei corânica e criação de zona libertada da Frelimo”; a 27 de março, “Nyusi admite que ataques em Cabo Delgado podem comprometer soberania em Moçambique”; e, finalmente, a 28 de março, “Quem beneficia da violência e caos no norte de Moçambique”.

O mês de abril mantém o ritmo de produção informativa sobre o tema e dia 1 é publicada a notícia, via Lusa, “Seca persiste e crise alimentar mantém-se no sul de Moçambique”, motivada pela apresentação do relatório da rede Fews. A 7 de abril, também via Lusa, surge a notícia, “Moçambique, grupos armados fazem novos ataques em Cabo Delgado”, onde se relatava a invasão a Meangueleua, Muatide e Mueda.

A 16 de abril, António Rodrigues assina a reportagem “Moçambique: relatos de abusos das forças de defesa em Cabo Delgado”, onde se lê uma descrição detalhada, com recurso a depoimentos de testemunhas, sobre a realidade de Pemba. Mantendo um registo semelhante, o mesmo autor, a 21 de abril, assina mais duas reportagens: “Parece que estamos a rever a luta de libertação ao contrário” e “Cabo Delgado: o exército moçambicano é o seu pior inimigo”.

Ainda em abril, referência para a notícia lusa, publicada no dia 25, “Um ano depois do ciclone Kenneth, mais de 120 mil pessoas ainda têm carência alimentar”, para o artigo de opinião, “Enquanto o mundo não acaba, Cabo Delgado morre...”, da autoria do jurista e cronista moçambicano Miguel Luís, publicado a 26 de abril, e para o artigo de opinião publicado no dia 27, “Um templo de Harpócrates em Moçambique”, do escritor e consultor literário, Sérgio Simão Raimundo.

Maior de 2020, conta no jornal público com a publicação de quatro conteúdos. António Rodrigues assina o primeiro, uma reportagem, a 7 de maio, “Moçambique: conflito em Cabo Delgado já fez 1100 mortos”, onde é realizado um balanço do conflito, fornecendo informações de contexto para um melhor entendimento sobre o que a província tem vindo a viver desde 2017.

As restantes três notícias publicadas têm origem na agência Lusa. A 18 de maio é publicada a notícia “Missão beneditina atacada e destruída em Cabo Delgado”; a 20 de maio, “SADC compromete-se a apoiar Moçambique no combate a grupos armados em Cabo Delgado” e, no dia 30, “Cabo Delgado: vila de Macomia atacada desde quinta-feira”.

Em junho, as primeiras quatro notícias publicadas pelo Público provêm da Lusa. A primeira, com data de dia um, anuncia que as “Autoridades moçambicanas dizem ter

matado dois líderes de grupos armados em Cabo Delgado”; a 5 de junho, “Médicos Sem Fronteiras suspendem atividades em Macomia devido a ataques”; no dia 7 era publicada a primeira notícia do ano a relacionar Cabo Delgado com a Covid-19, “Moçambique declara Nampula como local de transmissão comunitária do vírus”; e a 9 de junho, “ONG acusa Governo de Moçambique de silêncio perturbador sobre morte de 52 pessoas”. A 17 de junho, com a assinatura de António Rodrigues, é publicada “Cabo Delgado: tanto tempo “a população foi esquecida que só podia causar sofrimento”, e a 25 de junho, do mesmo autor, “Governo não gostou de notícia e processou jornalistas por divulgar segredo de Estado”. O mês termina com mais uma publicação, a 30 de junho, de uma notícia com informações Lusa, “Cabo Delgado: cenário de grande destruição em Mocímboa da Praia.

Em julho de 2020, são publicadas duas notícias do jornalista António Rodrigues, a primeira no dia 6, “Oito trabalhadores de uma construtora assassinados em Cabo Delgado”, e a segunda no dia 20, “Guerra e pandemia transformam Moçambique em autoestrada para o tráfico de droga.” No dia 25 de julho, os jornalistas Luís Fonseca e Ricardo Franco assinam, “Rui, o bebé que desafia a tripla desgraça de Cabo Delgado”. Nesta reportagem, os autores dão rosto aos números, narrando uma história que, pelas suas características, se sabe comum na província.

A primeira notícia de agosto de 2020, publicada no dia 1, “Cabo Delgado à beira de se transformar num conflito internacional”, de António Rodrigues, marca no tempo o momento em que, de facto, a comunidade internacional se viria a posicionar perante o conflito. Dias depois, a 7 de agosto, o mesmo jornalista escrevia que, “EUA superam China e Rússia no empréstimo bilionário à Total”, anunciando o investimento de 4.7 milhões de dólares de crédito para a exploração de gás natural em Cabo Delgado. A 13 de agosto, noticiava-se que os “Jihadistas capturam Porto de Mocímboa da Praia e, no dia 16, o jornalista António Rodrigues assinava, “Moçambique recebe cimeira da SADC com Cabo Delgado em cima da mesa.

“África e Moçambique na agenda da Defesa na presidência portuguesa da EU”, peça assinada por Nuno Ribeiro e publicada a 26 de agosto, dá nota das declarações do Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho. O mês termina com a publicação da entrevista de António Rodrigues a D. Luiz Lisboa, “Bispo de Pemba: Estamos vivendo dias de um silêncio muito preocupante em Cabo Delgado”. Em setembro, destaque para a reportagem de António Rodrigues, publicada no dia 15,

“Homens com uniforme de soldado assassinam mulher em Cabo Delgado” e para o artigo de opinião do jurista Miguel Luís, “A barbárie amontoou-se em Cabo Delgado.”

A 1 de outubro é publicada uma entrevista conjunta, entre o Público e a Renascença, a Augusto Santos Silva, “EUA e Portugal em contactos para reforço norte-americano da base das Lajes”. Apesar de Cabo Delgado ser um assunto secundário, o ministro dos Negócios Estrangeiros apelou, na ocasião, para uma resposta da EU ao terrorismo em Moçambique. No dia seguinte, é publicado o artigo de opinião “Não ao apoio militar a um Governo que despreza o povo”, da autoria do consultor no âmbito da cooperação internacional, Michael Hagedorn. A 24 de outubro, via Lusa, era publicada a notícia “Presidente de Moçambique anuncia tréguas de uma semana no centro do país”.

Os últimos meses do ano 2020 contaram com a publicação de vários conteúdos. Em novembro, no dia 3, via Lusa, “Mais de 11.200 pessoas fugiram para Pemba em duas semanas; dia 10, por Sofia Lorena, “Jihadistas degolaram mais de 50 pessoas em Cabo Delgado, diz polícia”; no dia 11, através da Lusa, “12 iranianos acusados de apoiarem jihadistas de Cabo Delgado”; dia 12, “JSD condena atentados em Moçambique e critica falta de ação e silêncio do Governo”; dia 15, por Ana Gomes Ferreira, “Governador de Cabo Delgado diz que não houve decapitação de 50 pessoas em outubro”; a 17 de novembro era publicado o artigo de opinião do eurodeputado Paulo Rangel, “Cabo Delgado, Moçambique: black lives matter”; no dia 18, António Rodrigues contava que “Elites abandonam Mueda à espera de um grande ataque”; e, no mesmo dia, era ainda publicado o artigo de opinião, “Terror em Moçambique”, do político Nuno Severiano Teixeira e a entrevista de António Rodrigues a Eric Morier-Genoud, “A presença do Daesh em Moçambique é real”; no dia 20 e no dia 22, o mesmo jornalista publicava “Fuga em massa de Mueda com o fim do prazo dado pelos jihadistas” e “Jihadistas destroem histórica missão católica em Cabo Delgado”, respetivamente. Ainda no mês de novembro, referência para mais três peças. A 24 de novembro, via Lusa, “Costa quer cooperar com Moçambique no combate ao terrorismo e aponta cimeira bilateral para 2021”; no dia 25, através da Lusa, “Agência da ONU sem dinheiro para alimentar todos os deslocados de Cabo Delgado”; e, no dia 30, António Rodrigues escreve sobre “Líderes de África Austral concordam com resposta regional ao problema de Cabo Delgado”.

No mês de dezembro, no dia 1, Michael Hagedorn publica o artigo de opinião, “45 anos depois, vai haver de novo tropas portuguesas em Cabo Delgado?”. Seguem-se nove notícias, via Lusa: no dia 6, “Papa Francisco doa 100 mil euros para apoiar deslocados

de Cabo Delgado”; dia 9, “Moçambique reitera pedido de apoio contra o Estado Islâmico”; dia 11, “Portugal vai formar militares de Moçambique e apoiar logística”; dia 11, “Presidente moçambicano diz que rebeldes tentaram atacar estrutura de exploração de gás em Cabo Delgado”; dia 14, “Governação, direitos humanos, recursos: África do Sul diz a Maputo para ir à raiz dos problemas em Cabo Delgado”; dia 15, “Chefe da diplomacia da EU pede a Santos Silva que vá a Moçambique como seu enviado”; dia 16, “Santos Silva vai a Moçambique em janeiro por causa de Cabo Delgado”; dia 17, “Parlamento português debate situação em Cabo Delgado nesta sexta-feira”; dia 18, “Parlamento português aprova resoluções para colocar crise de Cabo Delgado na agenda internacional”. O último conteúdo do ano 2020, sobre Cabo Delgado, publicado no jornal Público, é o artigo de opinião de 22 de dezembro, “Cabo Delgado: um teste à Presidência Portuguesa do Conselho da EU, da autoria de Michael Hagedorn.

5.1.6 Reflexão sumária dos resultados do ano 2020

Ante o exposto, verificam-se alterações de comportamento no que diz respeito à cobertura do conflito armado de Cabo Delgado, pelo jornal Público, quando comparado com os anos anteriores analisados (2017, 2018 e 2019).

Não obstante, o facto dos anos anteriores do conflito terem sido marcados pela escassez de informação – como observado na descrição e reflexão dos resultados obtidos nos referidos anos, em parte, como declarado pelo jornalista António Rodrigues (Apêndice II), pela dificuldade de acesso dos meios de comunicação social a informação, visto o governo moçambicano não permitir, até então, a entrada de jornalistas, constata-se que, apesar dessa condicionante, no ano 2020, o jornal português manifestou maior predisposição para abordar o tema. Assim, para além de noticiar acontecimentos emergentes, ou do dia, como o são a existência de novos atentados, as eleições que ocorreram em Moçambique no mês de janeiro, as declarações e tomadas de posição de altas entidades do Estado moçambicano ou português; em 2020, surgem conteúdos com um maior aprofundamento do tema e do seu contexto/enquadramento. Refira-se, a título de exemplo, a reportagem do jornalista António Rodrigues, de 28 de março, “Quem beneficia da violência e caos no norte de Moçambique?”. A reportagem explica, com detalhe, os negócios privados e as ligações com o jihadismo que marcam a província de Cabo Delgado. São citados estudos sobre a *Radicalização Islâmica* e recorrem-se a fontes diretas, como a polícia moçambicana, especialistas em assuntos africanos ou

jornalistas de Moçambique. Outro exemplo a reportagem dos jornalistas Luís Fonseca e Ricardo Franco, de 25 de julho, “Rui, o bebé que desafia a tripla desgraça de Cabo Delgado”. Na peça, fala-se das crianças que sofreram com o ciclone que devastou Moçambique, dos ataques dos grupos armados e da infeção da COVID-19, dando um rosto e um nome ao sofrimento anunciado, aproximando a narrativa ao leitor.

A frequência de publicação de artigos de opinião – nove ao longo de 2020, também indicia a maior dedicação ao tema. Contudo, importa referir que a dedicação surge de forma proporcional à dimensão que o conflito de Cabo Delgado apresentava. A regularidade e a violência dos ataques intensificara-se e, por esta altura, a comunidade internacional começara a movimentar-se.

O incremento de informação deve-se ainda ao facto de diversas organizações não-governamentais (UNICEF, FEWS.PT), no decorrer do ano 2020, terem apresentado diversos relatórios e estudos sobre o flagelo que se vivia na província, sendo motivo e pretexto para a publicação de notícia. São exemplo desse facto, notícias como: “Províncias moçambicanas de Cabo Delgado e Tete enfrentam crise alimentar”, publicada a 4 de fevereiro de 2020 e ancorada no relatório apresentado pela Rede de Sistemas de Alerta Antecipado e Fome – FewS.pt, ou a notícia “Moçambique: conflito em Cabo Delgado já fez 1100 mortos”, publicada a 7 de maio de 2020 e suportada nos números da Armed Conflict Location & Event Data Project, ONG norte-americana especializada em recolher e analisar dados sobre violência política no mundo.

Em 2020, deteta-se ainda que o tema do conflito de Cabo Delgado, no jornal Público, terá ficado sob a responsabilidade de um jornalista específico, salvo pontuais exceções. Das 61 notícias/entrevistas/reportagens publicadas, 25 são da autoria do jornalista António Rodrigues. Número só ultrapassado pelas notícias provenientes da agência Lusa, 32 no total. Restam apenas 4 peças assinadas por outros jornalistas (Sofia Lorena, Nuno Ribeiro, Luís Fonseca/Ricardo Franco e Ana Gomes Ferreira). O facto de existir um jornalista dedicado ao tema promove um maior domínio, um maior conhecimento e acesso a fontes, permitindo um resultado mais penetrante e esclarecedor.

Em retrospectiva, verifica-se ainda que, no ano 2020, a relação histórica entre Portugal e Moçambique assumiu importância no tratamento do tema. Por força da presidência portuguesa da UE – presidência rotativa do Conselho da União Europeia, os governantes portugueses foram impelidos a pronunciarem-se de forma mais assertiva, tendo sido anunciado por João Gomes Cravinho, ministro da Defesa que, na agenda, ao nível das políticas de Defesa, estariam as relações com África.

5.1.7 Descrição dos resultados do ano 2021

A atenção mediática que o conflito de Cabo Delgado beneficiara no ano 2020, resultado, em particular, do maior acesso a informação por parte dos meios de comunicação social e consequente mudança de comportamento por parte dos média, transitara para o ano 2021. Como anteriormente descrito, por motivos de planeamento e execução da presente investigação, considerara-se os resultados recolhidos até ao dia 27 de maio de 2021.

A primeira notícia do ano, publicada no dia 1, via Lusa, dava conta que “Ataques levam petrolífera Total a reduzir operações e trabalhadores em projeto em Cabo Delgado; no dia 6, o mesmo tema era aprofundado pelo jornalista Pedro Bastos Reis na reportagem, “Total retira trabalhadores de projeto de gás devido a ataques jihadistas”; no mesmo dia, era ainda publicado o artigo de opinião “Uma crise em curso em Moçambique”, de Caroline Gaudron; e a notícia de Nuno Ribeiro, “Cooperação militar em Moçambique assinada até abril”; no dia 17, através da Lusa, escrevia-se que “Chefe da diplomacia europeia diz que a missão da EU em Moçambique pode arrancar na terça-feira”; dois dias depois, a 19 de janeiro, através da Lusa, “Presidente moçambicano acerta reforço da segurança do projeto de gás natural em Cabo Delgado; no dia 20, também via Lusa, “Nyusi toma boa nota da oferta da EU para cooperar com Moçambique no combate ao terrorismo”; dia 22 era publicado o artigo de opinião, assinado por um conjunto alargado de organizações da sociedade civil portuguesa, “Cabo Delgado: não nos conformamos com a violência”; dia 26, via Lusa, “Santos Silva quer a UE a apoiar esforços das autoridades moçambicanas no combate ao terrorismo internacional”. O mês de janeiro termina com a publicação de dois artigos de opinião sobre o conflito. O primeiro, publicado no dia 28, por Michael Hagedorn, “Portugal chumbou na primeira prova da Presidência Portuguesa do Conselho da UE; o segundo, publicado no dia seguinte, “Moçambique enfrenta ameaça jihadista”, de José Manuel Neto Simões.

Em fevereiro de 2021, referência para quatro peças publicadas. A primeira no dia 10, assinada por Nuno Ribeiro, “Cooperação militar com Moçambique contra o jihadismo sem limitação de tempo”; no dia 12, Sofia Lorena escreve, “Novo bispo de Pemba sem medo de denunciar ataques em Cabo Delgado”; no dia 16, no seguimento do noticiado sobre a postura e determinação do bispo de Pemba, é publicado o artigo de opinião “Cabo Delgado, o bispo e a urgência de um novo Timor” da autoria do professor universitário, André Lamas Leite; e a última peça surge publicada dia 17, via Lusa,

contando que “João Gomes Cravinho prevê cerca de 60 formadores de forças especiais em Moçambique.

De março a maio de 2021, a produção e publicação de conteúdos informativos sobre o conflito manteve-se significativo.

Em março, é publicado no dia 11 o artigo de opinião “Por quanto tempo mais irá Portugal permanecer em silêncio sobre a crise em Cabo Delgado?”, de Michael Hagedorn; no dia 16, via Lusa, surge a notícia “Há crianças a serem decapitadas em Cabo Delgado, diz ONG”; sendo que, no mesmo dia, António Rodrigues publica “Forças especiais dos EUA treinam fuzileiros moçambicanos”; a 21 de março é publicada uma infografia informativa da autoria de Ivo Neto com o título, “Violência, confusão, opacidade: o pântano em que operam as privadas em Cabo Delgado; a 25 de março, o Público publica a notícia, através da Lusa, “Maputo confirma ataque de jihadistas junto a projetos de gás em Palma”; no dia 27, Sofia Lorena escrevia “Pelo menos sete civis abatidos e um português ferido à porta de hotel em Palma”; no dia seguinte a mesma jornalista aprofundava a notícia na peça, “Dezenas de civis indefesos foram mortos nos ataques em Palma”; e ainda publicou a notícia, “Trabalhadores dos projetos de gás chegaram em segurança a Pemba”; no mesmo dia 28, era escrito pela primeira vez desde o início do conflito um editorial no jornal Público, assinado pelo diretor-adjunto, Amílcar Correia, com o título, “Cabo Delgado, a tragédia que não podemos ignorar”. No dia 29, através da agência Lusa, eram publicadas duas notícias, “Grupo terrorista Daesh reivindica controlo sobre Palma” e “PSD questiona Governo português sobre ajuda internacional”. Ainda no dia 29, o jornalista António Rodrigues assinava, “Palma pode ser o ponto de viragem do conflito de Cabo Delgado”; e no dia 30, publicava mais dois artigos, “Material de construção para a Mota-Engil em Cabo Delgado passou a usar porto tanzaniano por razões de segurança” e “Serviços secretos moçambicanos falharam em antecipar o ataque contra Palma”. Mantendo a tendência de publicação de mais do que um conteúdo por dia sobre o conflito armado, no dia 30, via Lusa era partilhada a notícia, “Portugal não deve pressionar Governo moçambicano, mas sim apoiá-lo, diz Santos Silva”; e o artigo de opinião do eurodeputado Paulo Rangel, “Pôncio Pilatos vive. Em Cabo Delgado”; no dia 31, via Lusa, era publicada a notícia: “Ataques em Moçambique: missão de apoio da EU vai chegar a bom porto”; pela mão de Sofia Lorena, “Nyusi rompeu o silêncio para dizer que o ataque a Palma não foi maior do que tantos outros”; e Ruben Martins publicava no seu *podcast*, P24,

publicado pelo Público, uma entrevista a António Rodrigues com o tema, “O que é que se passa em Cabo Delgado?”

No mês de abril de 2021, a primeira referência ao conflito de Cabo Delgado surge no dia 2, com o artigo de opinião de Michael Hagedorn, “Somos responsáveis não só pelo que fazemos, mas também pelo que não fazemos (Molière)”; no dia seguinte surge a notícia, “África do Sul envia militares para Cabo Delgado para apoiar repatriamento”, através da Lusa; no dia 5, a psicóloga Rute Agulhas partilha “Quem cuida das crianças em Cabo Delgado?”; no dia 06, António Rodrigues assina, “ONU teme que deslocados de Cabo Delgado cheguem a um milhão em junho”; no dia 7, através de informações Lusa, é publicada a notícia Moçambique não descarta pedir apoio internacional para o combate ao terrorismo; no dia 8, “Polícia encontra 12 corpos decapitados que acredita serem estrangeiros”, por António Rodrigues; no dia 11, via Lusa, escrevia-se, “Pemba vulnerável a ataques jihadistas, diz consultora de segurança”; no dia 15, assinada por António Rodrigues, “Notícia de ataque de jihadistas a Mueda não se confirma”; no dia 21, via Lusa, “Projetos de gás em Cabo Delgado serão retomados assim que a segurança for garantida”; no dia seguinte, o jornalista Paulo Narigão Reis escrevia “Há mais de 11 mil deslocados em Afungi à espera de ajuda humanitária”; no dia 26, via Lusa, publicavam-se duas peças, “Petrolífera Total anuncia retirada por força maior” e “Maputo vai discutir responsabilidade dos custos da suspensão do projeto da Total”; no dia 27, através da Lusa, “Portugal ativa Instrumento de Resposta Rápida para intervenção de ONG em Cabo Delgado.”

No final do mês de abril, surge a principal mudança no que se refere à cobertura do conflito de Cabo Delgado. O jornal Público envia, pela primeira vez desde o início do conflito, um jornalista e um fotógrafo para Cabo Delgado. A dupla, até ao dia 27 de maio (limite de recolha da amostragem) assina treze reportagens. A primeira, a 28 de abril, “A guerra, o que é feito da guerra? Pemba, um paraíso à beira do conflito”; no dia 29, “No norte a insegurança é tal que já não se pode falar do controlo efetivo do Estado”; no dia 1 de maio publicavam duas reportagens, “Assim no céu como na terra: à violência armada soma-se a falta de chuva em Cabo Delgado” e Said Abdala acaba de chegar”; no dia 2, “Lulu ou o perfume dos jihadistas de Cabo Delgado”; no dia 3, “Palma foi alvo de ataques durante três dias na semana passada, diz coordenador de união de camponeses”; no dia 5, “Filhos do medo: Fátima deu à luz no meio do ataque a Palma”; no dia 6, “Cabo Delgado: as marcas psicológicas da guerra são de difícil tradução”; no dia 7, “Os investimentos não permitem fugir ao primeiro medo” e ainda a

reportagem, “Nunca quis sair da rua, diz português que vive há 64 anos em Cabo Delgado”; no dia 10, publicam “Cidade de cana e palha: mais de 70 mil deslocados de Cabo Delgado permanecem transitórios”; no dia 12, é publicada a entrevista a João Feijó, investigador do Observatório do Meio Rural, com o título “Nyusi vai em breve a Paris e provavelmente vai aceitar a presença de militares franceses”; e a 16 de maio publicam a última reportagem, “Cabo Delgado, os rubis continuam a sair da terra, mas só brilham para alguns”.

Acrescente-se ainda que, durante o período de tempo em que António Rodrigues se encontrava como enviado especial em Cabo Delgado, o jornal Público publicou três notícias através da agência Lusa: a 29 de abril, “Casas incendiadas junto a Palma, militares mantêm a cidade sob controlo”, a 7 de maio, “Cabo Delgado: deslocados de Palma ultrapassam os 40 mil, segundo a OIM” e a 13 de maio, “Ruanda pondera enviar apoio militar para Cabo Delgado”. Por fim, fora também publicado, a 25 de maio, o artigo de opinião: “Cabo Delgado: melhorar a vida das pessoas”, da autoria de Pedro Vicente, diretor científico do NIVAFRICA, Centro de Investigação para o Desenvolvimento Económico em África.

5.1.8 Reflexão sumária dos resultados do ano 2021

Observa-se, através dos conteúdos produzidos e/ou partilhados pelo jornal diário Público, que as principais alterações comportamentais verificadas no ano de 2020 tiveram continuidade em 2021. Assim, e apesar da amostragem incluir apenas conteúdos dos primeiros cinco meses do ano, comprova-se a tendência crescente de produção informativa sobre o tema, com conteúdos que ultrapassam os da agenda do dia. Assim sendo, para além das notícias motivadas pelo anúncio da cooperação militar da UE com Moçambique, publicadas em janeiro de 2021, como é exemplo, “Cooperação militar com Moçambique assinada até abril”; notícias motivadas pelas declarações do presidente de Moçambique, como por exemplo a notícia de 20 de janeiro de 2021, “Nyusi «toma boa nota» da oferta da EU para «cooperar com Moçambique no combate ao terrorismo”; ou pelos ataques a Palma, como é exemplo a notícia de 25 de março, “Maputo confirma ataque de Jihadistas junto a projetos de gás em Palma”, o jornal Público alocou recursos e disponibilizou espaço para produzir e publicar informação complementar. Importa sublinhar, uma vez mais, a existência de fatores que contribuíram para o progressivo interesse mediático. A saber, a postura mais

interventiva e impactante da ONU – que anunciara prever mais de um milhão de deslocados de Cabo Delgado em junho de 2021, notícia publicada a 6 de abril, ou ainda o facto de terem sido encontrados corpos decapitados alegadamente de estrangeiros – o que gerou apreensão da comunidade internacional e foi notícia no Público a 8 de abril, “Polícia encontra 12 corpos decapitados que acredita serem de estrangeiros”.

Todavia, no que se refere à disponibilidade do jornal Público para investir na temática, a principal variável a apontar é o envio de uma equipa, o jornalista António Rodrigues e o fotógrafo Paulo Pimenta, para Cabo Delgado. Até então, todos os conteúdos partilhados, com exceção dos artigos de opinião, provinham da agência Lusa (que tem delegação em Maputo) ou eram redigidos por jornalistas através de Portugal.

As treze reportagens realizadas a partir de Cabo Delgado evidenciam amplitude, detalhe, diversidade de fontes, relatos de histórias singulares de quem vive na província, acesso a locais até à data pouco escrutinados – como as minas de rubis, e um enquadramento aprofundado e esclarecedor. Em suma, informando para além da urgência dos dias, como se poderá verificar na análise da *Categoria 4 - As Reportagens do Conflito a partir de Cabo Delgado*.

5.1.9 Conclusão da análise da Categoria 1 – Data de Publicação

Conclui-se da análise da *Categoria 1*, onde se apresentou, descreveu e discutiu a totalidade dos elementos da amostragem, por ordem cronológica de publicação, que os anos 2017 e 2018 foram marcados por um evidente obscurantismo e desconhecimento em relação ao tema, que se repercutiu na escassa publicação de conteúdos sobre o conflito armado, no jornal Público. Recordemos que foram unicamente publicados 11 conteúdos entre 2017 e 2018. Crendo-se nos relatórios da Amnistia Internacional, terão sido anos, também, de negligência doméstica, não sendo óbvio que Moçambique, enquanto país, estivesse ciente do potencial avassalador do conflito. Lembremos que o primeiro ataque ocorreu em outubro de 2017, tendo sido noticiado pelo Público, seguindo-se meses de ausência de informação sobre a realidade que se vivia em Cabo Delgado. No jornal Público, somente em junho de 2018, o conflito regressa às páginas do jornal com a publicação do primeiro exercício de explicação sobre o tema.

De acordo com o jornalista António Rodrigues, responsável pela cobertura do tema, no jornal Público, a partir de 2019 – quando fora contratado para trabalhar exclusivamente África, “até 2019 era impossível trabalhar-se o conflito de Cabo Delgado porque o

governo moçambicano não deixava ninguém chegar lá. O que quer dizer que as nossas fontes não eram sequer secundárias, porque eram pessoas que, na verdade, iam lá de passagem ou tinham tido conhecimento a partir de outras. Não eram pessoas que estivessem lá.” Motivo ao qual atribui a ausência de cobertura mediática.

Contudo, o ano 2019, no que à cobertura mediática do conflito diz respeito, figura-se semelhante. Noticiara-se, em grande medida através da agência noticiosa portuguesa Lusa, os atentados ou ocorrências emergentes, não se verificando um aprofundamento do conteúdo em artigos seguintes. Sabe-se, na atualidade, que até ao ano 2020, os jornalistas internacionais não tinham permissão para entrar na província, sendo que os próprios jornalistas moçambicanos estavam condicionados para acederem a informação. Todavia, em Portugal, no ano 2019, analisando-se a cobertura do Público, esse facto – de significância indubitável e indiciador de disfunções, não foi exposto. Sendo apenas mencionado pelo diretor-executivo da Amnistia Internacional em Portugal, Pedro A. Neto, no seu artigo de opinião, “Imprensa livre: uma luz de esperança para o mundo”, publicado por ocasião do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa. O mesmo ano ficara marcado pelos ciclones Idai e Kenneth que devastaram Moçambique, em especial o norte do país. Sendo uma temática que se enquadra no âmbito do jornalismo humanitário, defendido neste trabalho, importa sublinhar que o tratamento que o meio de comunicação impôs ao tema se aproxima dos critérios utilizados para a cobertura do conflito armado. Ou seja, as notícias do dia foram publicadas, como por exemplo, a chegada do ciclone, o apuramento das perdas humanas, a contabilidade das casas destruídas e dos deslocados, as declarações de personalidades políticas; mas não se descrevendo nem aprofundando as consequências ou o flagelo humanitário que se desenhava. O tema, no entretanto, desapareceu das páginas do Público, exceção para a notícia publicada seis meses depois do temporal, da autoria da Lusa e não do próprio jornal, onde se evidenciava o número elevado de deslocados em Moçambique, motivado pela intempérie.

Sofia Branco, jornalista e Presidente do Sindicato dos Jornalistas de 2015 a maio de 2021, esclarece que existe assuntos humanitários na agenda, sobretudo quando se trata de desastres naturais (...) mas, depois da desgraça, os assuntos desaparecem dos alinhamentos e ninguém mais quer saber. Há causas de primeira e causas de segunda, conforme mobilizem as massas, ou não.” (Aureliano, 2004, p.46). E acrescenta que “há falta de aposta da generalidade dos meios de comunicação, para assuntos ligados aos

direitos humanos. Há espaço para fazer artigos, mas será a primeira coisa a cair se houver um anúncio publicitário para o espaço desse artigo.” (Aureliano, 2004, p. 46)

Leitura partilhada pelo jornalista da Visão, Henrique Botequilha, que afirma haver “pouco espaço na agenda jornalística, para estar a abordar assuntos de ajuda humanitária, a não ser quando eles são muito prementes ou grandes catástrofes humanitárias.” (Aureliano, 2004, p. 52)

Uma realidade que causa estranheza ao vice-presidente da secção portuguesa da Amnistia Internacional, José Miguel Costa, que diz não saber “porque é que os casos de ajuda humanitária têm pouca saída nos jornais portugueses. Basta irmos à vizinha Espanha, em que abrimos o jornal e vemos que as questões de direitos humanos ocupam um lugar de grande destaque, e em Portugal, há por vezes, uma ou duas páginas na secção internacional. Quando há.” (Aureliano, 2004, p. 52)

Poderá considerar-se que este fenómeno esteja relacionado com uma eventual letargia da sociedade civil portuguesa que não se interessa ou mobiliza perante questões humanitárias, o que, como consequência, transforma os temas de direitos humanos pouco vendáveis. De acordo com Madalena Marçal Grilo, diretora executiva do Comité Português da UNICEF, “em Portugal, contrariamente ao que acontece em muitos países europeus, o envolvimento dos cidadãos é escasso. Os portugueses não gostam muito de se juntar a organizações. Temos a taxa mais baixa de associados das ONG a União Europeia (...). Falta uma participação cívica mais consistente.” (Aureliano, 2004, p. 55) Porém, o exíguo envolvimento dos portugueses com organizações ativistas não significa que não seja um tema de interesse para a opinião pública.

Catarina Furtado, Embaixadora de Boa Vontade da UNFPA e autora da série documental transmitida pela RTP, *Príncipes do Nada*, que narra tragédias humanitárias, considera que há interesse por parte do público para que se invista num jornalismo especializado em questões humanitárias. “Eu, por exemplo, no Príncipes do Nada, tenho um impacto brutal e há 15 anos que faço o programa. (...) O que me leva a crer que há muito espaço para fazermos mais e melhor. (...) São centenas as mensagens que recebo depois de uma reportagem, de pessoas indignadas, de pessoas que querem saber como ajudar”. (Apêndice II)

A mesma perspetiva tem o jornalista do Público, António Rodrigues (Apêndice III), “as pessoas envolvem-se e interessam-se por essas matérias, vê-se até na quantidade de interações que há nos textos sobre tragédias humanitárias, quando são publicados. Apesar de, neste momento acelerado em que vivemos se esquecerem no dia a seguir.”

No que à cobertura mediática do conflito de Cabo Delgado diz respeito, os anos 2020 e 2021 apresentam-se como manifestamente diferentes dos anos anteriores. Testemunhara-se, como verificável na descrição dos resultados dos referidos anos, uma multiplicação de conteúdos. No Público, a partir de 2020, já se encontram, para além de conteúdos provenientes de agências noticiosas, várias notícias, reportagens e pontualmente entrevistas, assinadas por jornalistas do Público, sobre o conflito de Cabo Delgado. Da mesma forma que urgem peças, para além das que informam sobre o acontecimento do dia, como um ataque violento ou uma declaração do governo moçambicano ou português sobre o assunto.

O fluxo noticioso também aumentou porque as oportunidades para a criação de notícia também se avolumaram. Em parte, devido à maior intervenção das ONG, que proactivamente apresentaram relatórios e elementos sobre a realidade em Cabo Delgado que resultaram em motivo noticioso, como é exemplo a peça publicada a 16 de março de 2021, “Há crianças a serem decapitadas em Cabo Delgado, diz ONG”, suportada por informações da organização não-governamental, Save the Children.

A par da maior intervenção das ONG, o governo português, em parte motivado pela Presidência (de Portugal) do Conselho da União Europeia, também se pronunciara com regularidade o que, invariavelmente, contribuiu para que Cabo Delgado figurasse no Jornal Público. Repara-se, a título de exemplo, nas peças, “Santos Silva quer a UE a apoiar esforços das autoridades moçambicanas no combate ao terrorismo internacional” e “Portugal não deve pressionar Governo moçambicano, mas sim apoiá-lo, diz Santos Silva”, publicadas em março de 2021.

As próprias empresas exploradoras dos recursos naturais de Cabo Delgado, condicionadas pelos ataques violentos, tomaram decisões, que tornaram públicas, quanto à continuidade dos trabalhos. Sendo que, no mês de março de 2021 foram várias as notícias publicadas nesse sentido, como por exemplo, no dia 21, “Projetos de gás em Cabo Delgado serão retomados assim que a segurança for garantida”, ou, no dia 26, “Petrolífera Total anuncia retirada por força maior” e “Maputo vai discutir responsabilidade dos custos da suspensão do projeto da Total”;

Este desdobramento de conteúdos acompanhou, também, o interesse que então havia despertado na opinião pública e sabe-se que, no mercado mediático, prevalecem as lógicas da concorrência e a procura de audiência.

Foi este o contexto que contribuiu para que o tema ganhasse contornos mais atrativos e, portanto, mais mediatizados. Como consequência, adensaram-se os conteúdos

partilhados, destacara-se um principal jornalista para o seu acompanhamento – António Rodrigues, publicaram-se editoriais, cartas abertas e mais artigos de opinião – dando espaço a especialistas em assuntos africanos. Sendo que a principal mudança, ocorrida em 2021, tivera lugar quando a administração do jornal Público decidira investir no envio de um jornalista e de um fotógrafo para, pela primeira vez desde o início do conflito, reportarem a partir do local. A este propósito, o jornalista que fora enviado, António Rodrigues, (Apêndice III), esclareceu que, “uma viagem para Moçambique é cara, para Cabo Delgado é mais cara ainda. E os preços que se praticam em Pemba são um absurdo, são preços para expatriados (...). O que torna quase impossível que um meio de comunicação (português) vá até lá. (...) Mas o Público de vez em quando ainda consegue ter umas verbas para fazer reportagem internacional.” Acrescentou ainda que “desde o início que tinha interesse em entrar em Cabo Delgado. Aliás, quando cobri as eleições de Moçambique em 2019, falei com a direção do Público para saber se era possível ir. Mas não era.”

A oportunidade surgiu no ano corrente, 2021, quando viajou acompanhado por um repórter fotográfico, Paulo Pimenta, durante 12 dias, sendo que, em Cabo Delgado esteve sete. Lamenta apenas não ter conseguido entrar em Palma, “estava tudo agendado, mas no dia, o governo, por motivos de segurança, cancelou todos os voos”. Não sentiu pressões nem dificuldades no acesso a fontes, uma vez que, “desde 2018, enquanto editor de internacional do jornal *i* e do jornal *Sol* já acompanhava o tema. Cultivava fontes desde essa altura, só tive de as ativar.”

António Rodrigues (Apêndice III), não considera fundamental o investimento no jornalismo humanitário, afirmando que “nós, jornalistas de internacional, tentamos cobrir o que se passa no mundo entre a política e a guerra. E a guerra é a política por outros meios, como dizia Clausewitz. É uma consequência do internacional acabarmos por ter de escrever sobre tragédias. Portanto, se por definição o jornalismo humanitário cobre tragédias humanitárias, eu também faço jornalismo humanitário.” Concluindo com a ideia, “jornalismo é jornalismo. E é sempre humanitário porque contribui para a humanidade”.

Enquanto enviado especial, teve a oportunidade, até então esporádica, de escrever reportagens alargadas sobre o conflito de Cabo Delgado, incidindo sobre histórias que aproximam o leitor da tragédia. “Lulu ou o perfume dos jihadistas de Cabo Delgado” é um desses exemplos, onde se lê sobre a história de Awoa Salimo, que com 33 anos e 4 filhos conseguiu fugir dos insurgentes em Mocímboa da Praia. “Filhos do medo: Fátima

deu à luz no meio do ataque a Palma” é outro exemplo, só tornado possível porque o jornalista se cruzou com Fátima Abucar, a quem nasceu o filho antes do tempo, num momento em que só se ouviam tiros na província e se sentia medo.

Conclui-se a análise da *Categoria 1 – Data de Publicação*, sublinhando a trajetória crescente da cobertura mediática do conflito de Cabo Delgado, no jornal Público, na sua ampla maioria plasmada na seção Internacional e pontualmente, quando justificável, na seção dedicada à Política, demonstrando a inexistência, no jornal Público, de uma seção destinada especificamente a temáticas de âmbito humanitário; constata-se ainda que a maior cobertura mediática se revelou amparada pela maior oportunidade de criação de conteúdos, pelo acesso paulatinamente mais facilitado a informação verificada e pelo crescente interesse manifestado por parte dos leitores. O que, como consequência, permitiu o investimento em conteúdos que ultrapassam os ditados pela agenda do dia.

5.2 Categoria 2 – Género Jornalístico

A organização da amostragem por género jornalístico pretende: i) catalogar os 162 elementos, possibilitando uma leitura e compreensão dos conteúdos mais ágil e eficaz; ii) averiguar o empenho do jornal Público na cobertura do tema em causa – o conflito de Cabo Delgado, através da análise do espaço atribuído ao seu tratamento de janeiro de 2017 a maio de 2021; iii) e, por fim, recorrendo aos resultados da categoria 2, pretende-se prosseguir com um refinamento do *corpus* de pesquisa, a ser sujeito a análise na categoria seguinte.

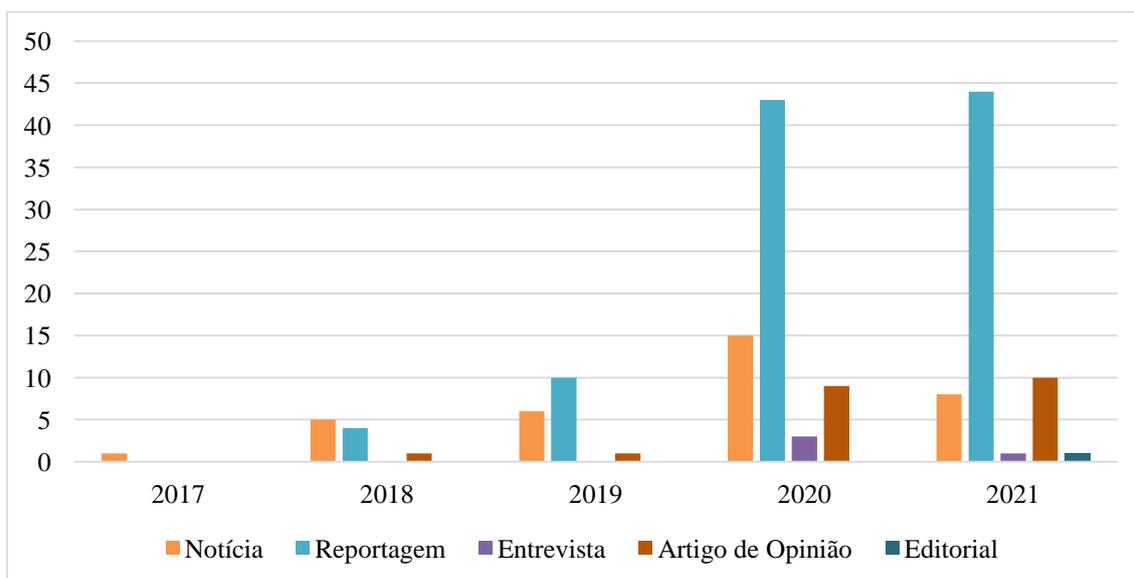


Gráfico 2. Publicações sobre *Cabo Delgado* no jornal Público por Género Jornalístico

Descrevendo os resultados obtidos, constata-se que, em 2017, fora encontrado um resultado, referente a uma notícia sobre o conflito de Cabo Delgado; em 2018, dos dez resultados encontrados, cinco são referentes a notícias, quatro a reportagens (de entre as quais, duas dizem respeito ao conflito de Cabo Delgado e duas a outros temas sobre a província) e um artigo de opinião; em 2019, dos 17 resultados encontrados, seis são referentes a notícias (de entre as quais, quatro dizem respeito ao conflito de Cabo Delgado e duas aos ciclones Idai e Kenneth), dez reportagens (de entre as quais, oito dizem respeito aos ciclones Idai e Kenneth e duas ao conflito de Cabo Delgado) e um artigo de opinião; no ano 2020, dos 70 resultados encontrados, 15 são referentes a notícias (de entre as quais, 13 dizem respeito ao conflito de Cabo Delgado e duas sobre a COVID-19 em Cabo Delgado), 43 reportagens (de entre as quais, 39 dizem respeito ao conflito de Cabo Delgado, duas relacionam-se com as eleições de janeiro em Cabo Delgado e duas sobre a crise alimentar), três entrevistas sobre Cabo Delgado e nove artigos de opinião publicados; no ano 2021, dos 64 resultados encontrados, oito dizem respeito a notícias, 44 a reportagens, dez artigos de opinião, uma entrevista e um editorial, todos relacionados com o conflito de Cabo Delgado.

Os resultados obtidos reforçam as conclusões apresentadas na análise à *Categoria 1 – Data de Publicação*. Verifica-se assim uma dedicação crescente ao tema por parte do jornal Público, perceptível num aumento significativo de reportagens relacionadas com o conflito de Cabo Delgado. Repare-se que, em 2018, foram realizadas apenas quatro reportagens, sendo que, no ano 2021, apenas até ao mês de maio, contabilizam-se 44 reportagens. Caracterizadas por uma maior dimensão, as reportagens permitem a realização da descrição e explicação dos acontecimentos e factos de forma mais detalhada, apurada e enriquecida por uma maior diversidade de fontes citadas, como será possível verificar-se na *Categoria 4 - As Reportagens do Conflito a partir de Cabo Delgado* do presente trabalho. Permite ainda, o recurso a um maior número de elementos fotográficos ou outros componentes gráficos, como mapas ou infografias, essenciais para a devida explicação e consequente compreensão por parte do leitor, daquele que é um tema intrincado e complexo.

Se observarmos o comportamento do jornal no ano 2019, quando ocorreram os ciclones Idai e Kenneth em Moçambique, é possível comprovar-se que, sempre que o tema suscita maior interesse ou impacto, e instigado pela emergência e imediatismo, o jornal Público opta por investir num maior número de reportagens, o que se traduz em mais

espaço alocado à temática. A propósito da intempérie que assolou, em 2019, Moçambique, foram publicadas, só no mês de abril, seis reportagens: “Ciclone Kenneth pode levar a inundações em Moçambique ao nível das da Beira”; “Ciclone Kenneth faz pelo menos um morto e estragos no Norte de Moçambique”; “Ciclone Kenneth fez cinco mortos em Moçambique”; “Em Pemba choveu em 24 horas mais do que em todo o mês de abril”; “Cheias submergem estrada que liga Pemba ao resto do país”; “Sobe para 38 número de mortos em Moçambique após a passagem do Kenneth”.

O volume de artigos de opinião publicados sobre o conflito armado de Cabo Delgado, também com tendência crescente, evidencia, uma vez mais, o empenho do jornal Público, a partir do ano 2020, a tratar o tema de forma mais transversal, ampla e sistemática. Como evidenciado no gráfico 2., entre 2017, 2018 e 2019, foram publicados um total de 11 artigos de opinião, sendo que, entre 2020 e maio de 2021, foram publicados 19.

Visto ser tema central desta tese de investigação o Jornalismo Humanitário considerou-se o resultado da organização da amostragem por género jornalístico, para se proceder a um apuramento do *corpus* de pesquisa.

Assim, será considerado para efeitos de análise na categoria seguinte, as notícias, reportagens e entrevistas, excluindo-se os editoriais e os artigos de opinião.

Os resultados encontrados através da palavra-chave Cabo Delgado, que abordam outros temas que não o conflito armado, também transitaram para análise, uma vez que, na sua maioria, pertencem ao escopo humanitário e revelam pertinência.

Doravante, a amostragem a considerar na *Categoria 3 – Autor*, é composta por 140 elementos, respeitantes a notícias, reportagens e entrevistas publicadas no jornal Público.

5.3 Categoria 3 – Autor

A *Categoria 3* visa distribuir os elementos da amostragem que, como previamente justificado, é agora constituída por 140 elementos, por *Autor*, sendo o objetivo inicial distinguir os conteúdos próprios – assinados por jornalistas do jornal matutino português Público, e os conteúdos provenientes de agências noticiosas, no caso a agência portuguesa Lusa e a britânica Reuters.

Através desta organização e segmentação de conteúdos, pretende-se escrutinar em que momento o meio de comunicação social em causa, o jornal Público, considerou o tema do conflito armado na província de Cabo Delgado, no norte de Moçambique, suficientemente significativo e expressivo para alocar recursos humanos próprios e não somente difundir conteúdos com origem em agências de notícias. Todavia, serão tidos em linha de conta os eventuais motivos que sustentaram essa opção editorial.

Tenciona-se ainda, verificando a autoria dos conteúdos, traçar-se um breve perfil dos jornalistas que, entre 2017 e 2021, trabalharam o conflito de Cabo Delgado e destacar o trabalho executado por aquele que, como se verificará, se viria a assumir como principal redator do jornal Público sobre o tema, o jornalista António Rodrigues. Com base na segmentação da amostragem, realizada na presente *Categoria 3 – Autor*, será refinado, por fim, o *corpus* de pesquisa do corrente estudo de caso.

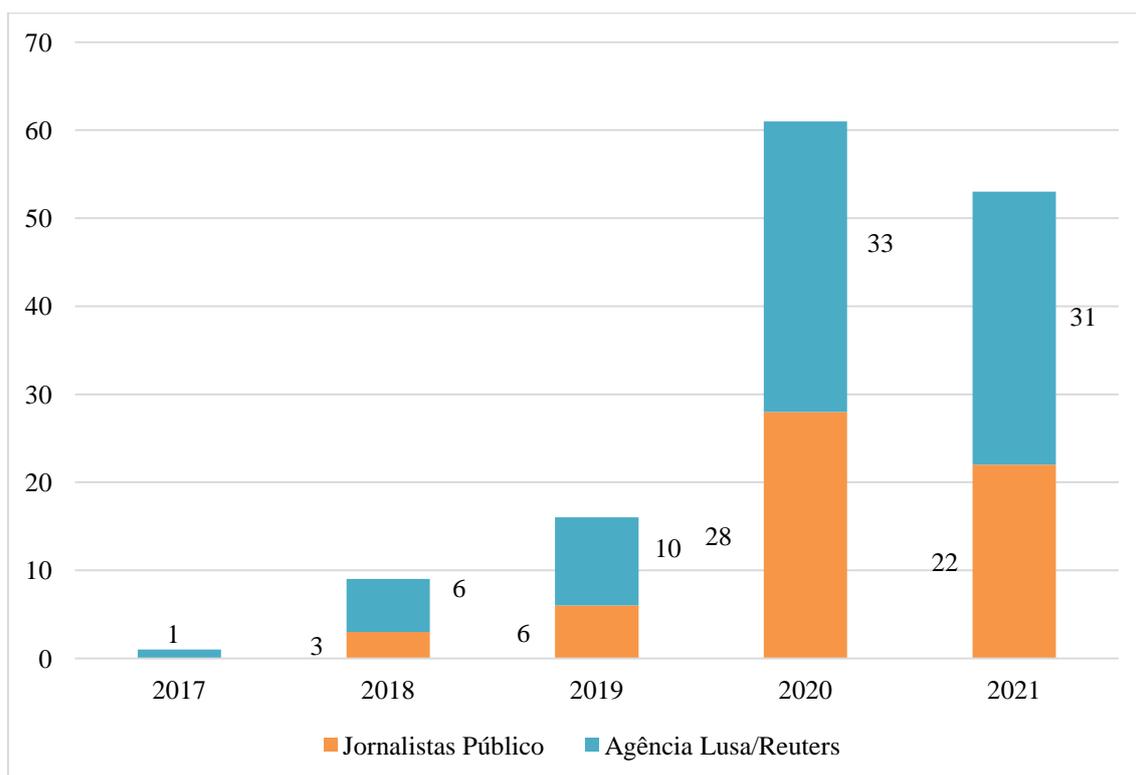
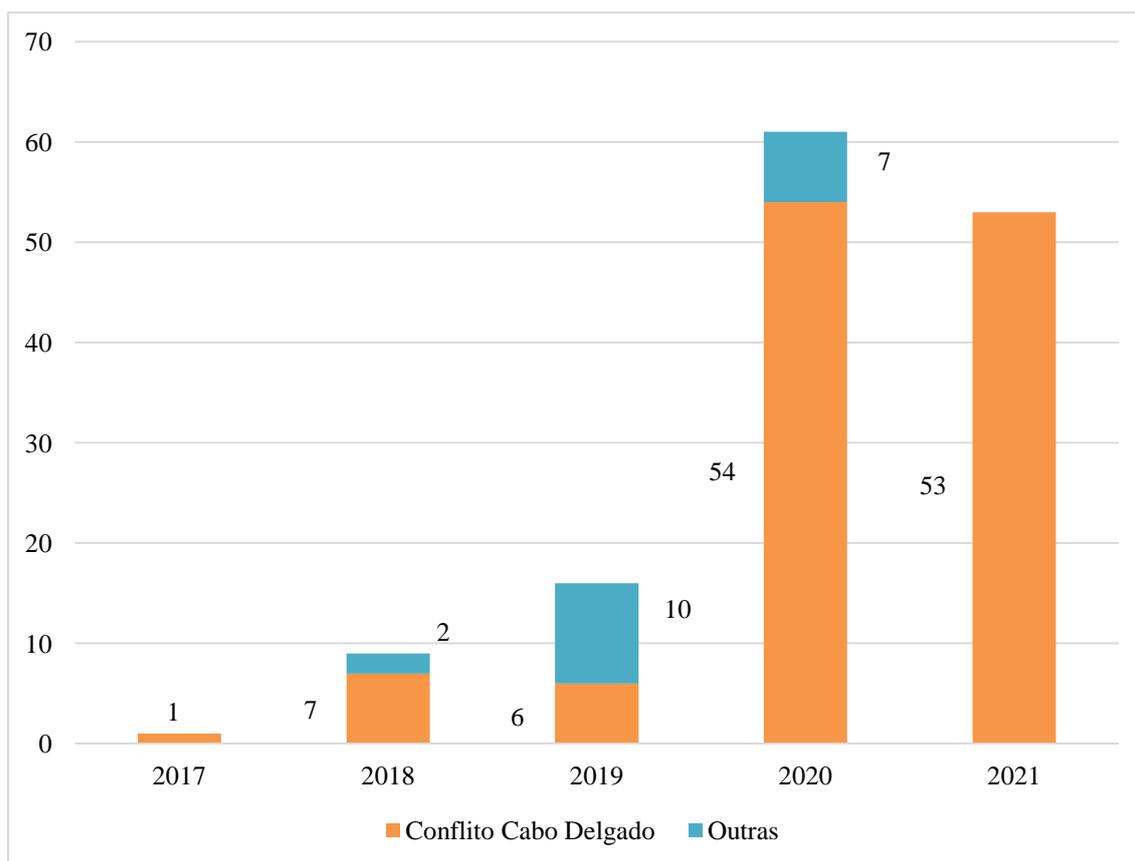


Gráfico3. Total de publicações encontradas pela palavra-chave *Cabo Delgado* no jornal Público

Gráfico 4. Publicações sobre o Conflito de *Cabo Delgado* vs Outros temas

De acordo com o manual de boas práticas do diário, “todos os textos do Público são assinados, à exceção das últimas e das breves”. (Público, 2005, p. 7) Sendo que, ainda de acordo com as suas regras, “a assinatura de um texto deve refletir de forma rigorosa a sua autoria” e, em caso dos “textos serem baseados em despachos de agências devem ser assinados de acordo com o tipo de contribuição do redator que elaborou a notícia”. No caso da “contribuição se cingir a uma mera tradução, adaptação e/ou edição do telex, a notícia deve mencionar no fim apenas o nome da agência. Ex.: Lusa, Reuters.” (Público, 2005, p. 8)

Tendo em consideração as normas do jornal, observa-se que, considerando unicamente as notícias, as reportagens e as entrevistas, encontradas através da palavra-chave Cabo Delgado, de 1 de janeiro de 2017 a 27 de maio de 2021, foram publicados um total de 69 conteúdos no jornal Público provenientes da agência noticiosa portuguesa Lusa e/ou da agência britânica Reuters; e 71 conteúdos foram assinados por jornalistas. De forma detalhada, esclareça-se que, no ano 2017, o único resultado encontrado diz respeito a uma notícia proveniente da agência Lusa sobre o conflito armado. No ano 2018, dos nove resultados encontrados, três foram assinados por jornalistas –

sendo que, dois conteúdos não se relacionavam com o conflito de Cabo Delgado e foram assinados por Abel Coentrão e Manuel Roberto, e apenas um conteúdo se referia ao conflito armado, tendo sido assinado por Manuel Louro; foram ainda encontrados seis resultados de conteúdos provenientes da agência portuguesa Lusa sobre o conflito armado.

No ano 2019, há a considerar 16 resultados obtidos, seis dos quais assinados por jornalistas do Público – sendo que, cinco dos conteúdos referem-se a outros temas sobre a província de Cabo Delgado e foram assinados por António Rodrigues (3), Inês Chaíça (1) e Luís Fonseca (1) e apenas um conteúdo se referia ao conflito armado e fora assinado por António Rodrigues; foram ainda encontradas dez conteúdos publicados através da Lusa e da Reuters, sendo que cinco diziam respeito ao conflito armado e outros cinco a outros temas.

Em 2020, dos 61 resultados encontrados, 28 foram assinados por jornalistas – sendo que 26 dizem respeito ao conflito de Cabo Delgado e foram assinados por António Rodrigues (22), Sofia Lorena (1), Ana Gomes Ferreira (1), Nuno Ribeiro (1) e Luís Fonseca/Ricardo Franco (1), e dois conteúdos relacionados com outros temas assinados por António Rodrigues (1) e Helena Pereira/Nuno Santos (1); foram ainda encontrados 33 resultados de conteúdos provenientes da Lusa, de entre os quais, 28 dizem respeito ao conflito armado e cinco outros temas.

Em 2021, dos 53 resultados encontrados, 31 são assinados por jornalistas e dizem respeito exclusivamente ao conflito armado, tendo sido assinados por António Rodrigues (20), Sofia Lorena (5), Nuno Ribeiro (2), Pedro Bastos Reis (1), Ivo Neto (1), Ruben Martins (1) e Paulo Narigão Reis (1); e 22 são conteúdos produzidos pela agência Lusa sobre o conflito de Cabo Delgado.

Analisando os resultados, conclui-se que o jornal Público, de 2017 a 2021, recorreu de forma reiterada a conteúdos oriundos de agências noticiosas, em particular da agência portuguesa Lusa. Facto que, de acordo com o jornalista do Público, António Rodrigues, se deve à agência “Lusa (tal como a RTP/Antena 1) ter uma delegação em Maputo”. E por isso, acrescenta, “têm muito mais facilidade em ter acesso a informação no terreno e até mesmo a entrar em Cabo Delgado”.

De acordo com o jornalista, “até final de 2019 nós dependemos quase que em absoluto da Lusa para noticiar Cabo Delgado. Eu entrei nesse ano para o Público e tinha fontes minhas em Moçambique. Mas naquela altura, à distância, era muito difícil trabalhá-las e o governo moçambicano não deixava entrar jornalistas internacionais.” Não obstante, o

recurso oportuno e conveniente a informações provenientes de agência noticiosa, a entrada do jornalista António Rodrigues no Público, em março de 2019, viria a alterar o comportamento do diário. De acordo com António Rodrigues, “sou um jornalista de Internacional e entrei para o Público para cobrir África, em especial, Moçambique. A direção do Público sabia que desde 2018 eu trabalhava o assunto porque era editor de Internacional no jornal *i* e no semanário *Sol*. E sabia também que precisava de alguém para cobrir o conflito da província (de Cabo Delgado), porque as coisas estavam a piorar.”

Desconsiderando os conteúdos assinados por jornalistas, que não abordavam o conflito armado de Cabo Delgado, percebe-se que é a partir do ano 2020 que o Público terá alocado recursos humanos próprios para produzir peças sobre o tema, acompanhando a tendência, evidenciada nas categorias anteriormente analisadas, de maior investimento por parte do meio de comunicação na cobertura do conflito. Assim, não tendo deixado de recorrer a conteúdos Lusa/Reuters, o jornal investira em simultâneo em recursos humanos que viriam a dedicar-se ao tema. Em 2020, dos 61 resultados encontrados, 26 foram produzidos por jornalistas da redação do jornal e, em 2021, dos 53 resultados encontrados, 31 foram assinados por jornalistas e dedicam-se integralmente ao conflito de Cabo Delgado. Acresce que, no ano 2021, a direção do diário Público avançou com o maior investimento e autorizou que o jornalista António Rodrigues e o fotopermista Paulo Pimenta se deslocassem, pela primeira vez, a Cabo Delgado, durante 12 dias.

Observando a autoria dos conteúdos que versam sobre o conflito de Cabo Delgado e são assinados por jornalistas, é possível retirar-se duas ilações principais. A primeira, que o redator principal do jornal Público, sobre o tema, é o jornalista António Rodrigues, com um total de 42 peças escritas entre março de 2019 e maio de 2021; a segunda ilação prende-se com a constatação da inexistência, no referido meio de comunicação social, de jornalistas especializados em assuntos humanitários, bem como de uma seção dedicada ao mesmo âmbito.

Repare-se: António Rodrigues, Sofia Loreno, Luís Fonseca, Ricardo Franco e Paulo Narigão Reis pertencem à secção de Internacional no jornal Público; Pedro Bastos Reis e Ana Gomes Ferreira fazem parte da secção Mundo; Nuno Ribeiro pertence à editoria de Política; Ivo Neto, da secção Online e, finalmente, Ruben Martins, produz *Podcasts* para o jornal Público.

Conclui-se, portanto, que dos 55 conteúdos produzidos sobre Cabo Delgado, assinados por jornalistas do Público - 42 de António Rodrigues, seis de Sofia Lorena, três de Nuno Ribeiro, um de Pedro Bastos Reis, um de Ivo Neto, um de Ana Gomes Ferreira, um de Luís Fonseca/Ricardo Franco, são na esmagadora maioria trabalhados por jornalistas da secção Internacional. Exceção para as peças que cruzam temas pertencentes a outras editorias, como no caso da notícia de 26 de agosto de 2020, “África e Moçambique na agenda da Defesa na presidência portuguesa da EU”, assinada por Nuno Ribeiro – editoria de Política; ou a peça de 21 de março de 2021, assinada por Ivo Neto, responsável pela secção Online, que publicou “Violência, confusão, opacidade: o pântano em que operam as empresas privadas de Cabo Delgado”, onde apresentava uma infografia interativa.

Como declarado previamente, com base na segmentação da amostragem por *Autor*, constituída por 140 elementos, decidira-se refinar, por fim, o *corpus* de pesquisa do corrente estudo de caso. Para o efeito, a amostragem fora reduzida, a fim de apenas transitarem para análise na categoria seguinte, as reportagens da autoria do jornalista António Rodrigues, escritas enquanto enviado especial do jornal Público à província de Cabo Delgado.

Justifica-se a redução da amostragem, atendendo ao facto de se acreditar vital para o presente estudo, incidir a análise sobre a estrutura e as especificidades das reportagens realizadas em contexto de flagelo humanitário. Evidenciando os desafios e as oportunidades que as circunstâncias promovem, bem como a significância do jornalista testemunhar diretamente os eventos.

Assim, há a considerar, doravante, uma amostragem composta por 13 reportagens da autoria do jornalista António Rodrigues e do fotojornalista Paulo Pimenta.

5.4 Categoria 4 – As Reportagens do Conflito a partir de Cabo Delgado

Abril de 2021 assinala uma expressiva variação no acompanhamento jornalístico do jornal Público ao conflito armado de Cabo Delgado.

Como previamente relatado e descrito, a direção do jornal diário decidira então, pela primeira vez, desde o início dos ataques à província moçambicana, que remontam ao

ano de 2017, enviar uma equipa para Moçambique, em concreto para Cabo Delgado, com o propósito de reportarem a partir do local.

Até então, como observado nas categorias anteriores, o jornal privilegiara a difusão de conteúdos provenientes de agências noticiosas, afetando, apenas a partir do ano 2020, com maior regularidade, jornalistas da redação para explorarem a temática. Contudo, como esclareceu o jornalista António Rodrigues (Apêndice II), “naquela altura era difícil, à distância, termos acesso a informação. As nossas fontes não eram sequer secundárias – porque também elas não estavam no local. Eram pessoas que na verdade iam a Cabo Delgado de passagem ou então tinham conhecimento de ocorrências através de outras pessoas e contavam-nos”. E acrescenta que “fazermos reportagem era quase uma miragem. Necessária mas improvável”.

No entanto, e como visto, a escalada de violência dos ataques, a pressão internacional para a sua resolução, o facto da presidência do conselho europeu ser portuguesa e o governo moçambicano ter permitido a entrada de jornalistas internacionais, viriam a ser fatores decisivos para que o acompanhamento mediático do tema, no jornal Público, se realizasse de forma mais robusta e diferenciada. Móbil para que, António Rodrigues (jornalista) e Paulo Pimenta (fotojornalista) fossem encaminhados para Cabo Delgado como *enviados especiais*.

Assim, concluída a análise global sobre a cobertura do conflito de Cabo Delgado no jornal Público, apresentada e discutida nas anteriores categorias, considerou-se imprescindível dissecar os conteúdos que resultaram do testemunho efetivo do jornalista. Pelo que, se propõe, nesta quarta categoria, analisar qualitativamente *As Reportagens do Conflito a partir de Cabo Delgado*.

Pensar academicamente um objeto que pertence ao âmbito das Ciências Humanas e Sociais poderá figurar-se um exercício conjectural. Todavia, pretendeu-se apreender e expor, com base na análise das peças produzidas, as opções levadas a cabo pelo jornalista que, pela primeira vez, testemunhava diretamente os contornos daquela que é uma tragédia humanitária. Pelo que, serão notados e observados elementos como a estrutura, as fontes utilizadas, as técnicas narrativas, a linguagem, o eventual esforço explicativo e o posicionamento do jornalista, tendo em conta o seu olhar dos factos.

5.4.1 Descrição dos resultados

António Rodrigues e Paulo Pimenta partiram, no final de abril de 2021, para Moçambique onde permaneceram durante 12 dias. Sendo que, de acordo com a dupla, em Cabo Delgado, estiveram 7 dias.

Publicaram a primeira reportagem a partir do local a 28 de abril com o título “A guerra, o que é feito da guerra? Pemba, um paraíso à beira do conflito”.

Nos dias seguintes, foram publicadas mais 12 reportagens, numa cadência diária, que como adiante se reconhecerá, beneficiaram dos testemunhos daqueles que viviam e vivem em primeira pessoa o suplício de uma guerra, e do relato de um profissional que viu através dos seus olhos e sentidos, pela primeira vez, a realidade de Cabo Delgado.

No dia 29 de abril, publicavam a última reportagem do mês que intitularam “No norte a insegurança é tal que já não se pode falar do controlo efetivo do Estado”.

Iniciaram o mês de maio, no dia 1, com a partilha de duas reportagens, “Assim no céu como na terra: à violência armada soma-se a falta de chuva em Cabo Delgado” e “Said Abdala acaba de chegar”.

No dia 2, contavam a história de “Lulu ou o perfume dos jihadistas de Cabo Delgado”; no dia 3, partilhavam que “Palma foi alvo de ataques durante três dias na semana passada, diz coordenador de união de camponeses”; no dia 5, davam a conhecer os “Filhos do medo: Fátima deu à luz no meio do ataque a Palma”; no dia 6, explicavam que “As marcas psicológicas da guerra são de difícil tradução”; no dia 7, davam conta que “Os investimentos não permitem fugir ao primeiro medo” e, no mesmo dia, deram voz a alguém que “Nunca quis sair da rua - diz português que vive há 64 anos em Cabo Delgado”. A 10 de maio, falavam da “Cidade de cana e palha: mais de 70 mil deslocados de Cabo Delgado permanecem transitórios”; no dia 12, publicavam a reportagem com a entrevista a João Feijó, investigador do Observatório do Meio Rural, com o título “Nyusi vai em breve a Paris e provavelmente vai aceitar a presença de militares franceses”; e a 16 de maio partilhavam a última reportagem “Cabo Delgado, os rubis continuam a sair da terra, mas só brilham para alguns”.

5.4.2 Análise de conteúdo

Como visto, foram escritas pelo enviado especial do Público a Cabo Delgado, António Rodrigues, 13 reportagens, devidamente complementadas pelo olhar do fotojornalista Paulo Pimenta.

Deverá entender-se que a reportagem é um género textual do âmbito jornalístico, que se define pelo seu propósito de informar, de forma atualizada, detalhada e profunda, sobre factos, acontecimentos ou outros temas considerados oportunos pelo meio de comunicação.

Segundo Baltar, poderá afirmar-se que “a reportagem é o género mais complexo e mais elaborado do jornalismo” (2004, p. 132).

Sendo que, de acordo com Maria Cecília Guirado, “é da natureza da reportagem revelar a origem e o desenrolar da questão que ela retrata. Assim, de alguma forma, procura responder – em tese – aos interesses sociais.” Ampliando a sua definição, a autora acrescenta ainda que a reportagem também apresenta uma dimensão e componente artística que se deve “ao processo de criação, pois envolve observação, investigação e construção de texto, que, embora distante do literário, não deixa de exigir do repórter habilidades especiais para perceber, traduzir e manusear palavras que reproduzem a realidade”. (Guirado, 2004, pp. 22-23).

Para o presente trabalho, interessa-nos explorar as habilidades e as escolhas levadas a cabo, em especial, por António Rodrigues, e analisar o resultado produzido.

Do ponto de vista estrutural, as 13 reportagens que constituem o *corpus* da pesquisa exibem o modelo clássico atribuído a este género jornalístico.

Assim, nota-se que o autor abdicou da inserção de antetítulo – que de resto é um elemento considerado facultativo, e expõe título, subtítulo, *lead*/abertura, corpo da reportagem e caixas informativas. Observa-se ainda, na totalidade da amostragem, o recurso à fotografia para reforçar o relato, tendo sido opção do autor prescindir de outros elementos como mapas ou infografias.

No que se refere aos títulos escolhidos para anunciar as reportagens, o jornalista cumpre parcialmente as orientações do Manual de Estilo do jornal Público, que determina que “os títulos dos textos informativos devem ser sempre inspirados no *lead*”. Realçando que “a liberdade poética de escolher o título noutra zona do texto, que não no *lead*, não

é admissível.” Lê-se ainda que “os títulos imaginativos e vigorosos são uma característica do Público” e que, quando “descritivos não devem exceder as seis palavras.”

Os títulos das reportagens em análise cumprem quanto ao vigor e à associação com o *lead*, contudo, ultrapassam o número de palavras. Repare-se nos exemplos: “Cidade de cana e palha: mais de 70 mil deslocados de Cabo Delgado permanecem transitórios”; “A guerra, o que é feito da guerra? Pemba um paraíso à beira do conflito”; “No Norte a insegurança é tal que já não se pode falar do controlo efetivo do Estado”; ou ainda, “Cabo Delgado: os rubis continuam a sair da terra, mas só brilham para alguns”.

Todavia, importa referir que, nas reportagens, há margem para que as regras não sejam escrupulosamente seguidas, havendo espaço, caso se justifique, para um estilo mais livre e personalizado.

Quanto aos subtítulos escolhidos pelo autor das peças, estes completam a informação do título de forma sucinta e verifica-se que seguem as orientações do Manual do Público quando este refere que “os subtítulos devem ser sugestivos, captando o essencial do trecho do texto que introduzem, sem anular o *suspense* da leitura nem repetir palavras ou ideias sintetizadas no título (...)”. Repare-se no exemplo da reportagem publicada a 7 de maio de 2021:

Título: “Nunca quis sair da rua”, diz o português que vive há 64 anos em Cabo Delgado
Subtítulo: Claudino de Abreu está em moçambique desde 1957 e continua a ser português. Desde que chegou, nunca mais pensou em regressar. Nem mesmo agora com toda a violência: “Se vierem, olhe, vou para debaixo da cama”.

Ou ainda, o exemplo da reportagem publicada também a 7 de maio de 2021:

Título: Os investimentos não permitem fugir ao primeiro medo
Subtítulo: Empresários portugueses já estiveram mais preocupados com um ataque a Pemba, até porque o receio agora é com a paragem da Total.

No que se refere ao *lead*, recorde-se que, tal como mencionado no manual de estilo do Público; “A abertura de uma reportagem não é um *lead* noticioso. Mas a lógica de construção do texto não deixa, por isso, de ser idêntica. Tem apenas um tempo e um espaço diferentes. Daí que uma reportagem possa ter como abertura um apontamento

impressivo muito forte, emblemático do sentido do texto, independentemente da sua carga noticiosa imediata. Enquanto são os factos que estruturam a arquitetura do *lead* noticioso, são os ambientes, as emoções, o inesperado ou o insólito, significativos de uma determinada situação, que criam o clima propício para mergulhar o leitor na viagem — curta ou longa — que toda a reportagem deve ser.”

Todavia, António Rodrigues opta por informar no *lead*, na generalidade dos casos, seguindo as premissas convencionais e procurando responder às perguntas: o quê, quem, quando, onde, porquê e como. Tal como se verifica na reportagem de 5 de maio, “Filhos do medo: Fátima deu à luz no meio do ataque a Palma”, cuja abertura relata: “A Fátima Abubacar, nasceu-lhe um filho do susto. O mesmo susto que lhe secou o leite e a deixou sem poder alimentar o recém-nascido. Ela acredita que sim. A gravidez estava adiantada, mas não tanto para Omar aparecer neste mundo no dia 2 de abril. Deveria ter nascido bem depois”.

Segue-se ao *lead* o corpo da reportagem – e é neste ponto que se manifestam as principais características definidoras deste género jornalístico, que o diferenciam da notícia: extensão, abrangência e profundidade.

Como aflorado nas categorias anteriores, considera-se que o facto de o jornal Público ter investido em *enviados especiais* a Cabo Delgado, representou uma mudança na forma de comunicar o tema, conferindo-lhe mais destaque e proximidade, permitindo que Cabo Delgado surgisse nas páginas do Público, sem que, para tal, tivesse de existir um evento emergente.

Assim, constata-se que o tema se revestiu de maior destaque e interesse pelo facto i) da dimensão das reportagens permitir uma narrativa mais pormenorizada, esclarecedora e enriquecida com informações de contexto e, ii) por contar com o olhar do jornalista que testemunhara diretamente a realidade do local, tendo tido a possibilidade de ouvir relatos na primeira pessoa, de histórias e vivências que o permitiram personalizar e humanizar a tragédia humanitária e, eventualmente, contribuir para que o leitor se aproximasse do tema.

A este propósito, recordemos o conceito de “Aldeia Global”, de Marshall McLuhan (1964), que defendia a evolução do sistema mediático como elo de ligação entre os indivíduos num mundo cada vez mais pequeno perante o efeito das novas tecnologias da comunicação.

As 13 reportagens escritas a partir de Cabo Delgado contabilizam, individualmente, uma média de 4.000 caracteres, trabalhados com recurso a uma linguagem objetiva, clara, dinâmica, fluída, ajustada ao padrão linguista do meio de comunicação, porém informal, na medida em que acessível.

Ciente da complexidade do conceito de objetividade jornalística, na linguagem e no relato, em especial, num contexto de tragédia humanitária, António Rodrigues (Apêndice III) esclarece que “As regras do jornalismo são sempre as mesmas. Aquilo que existe e temos de cumprir é a tentativa de sermos o mais objetivos possível dentro da subjetividade que é o facto de sermos uma pessoa que está a escrever sobre um assunto”. E acrescenta que, pese embora não possa fugir do seu olhar, “posso ser honesto com aquilo que escrevo.”

Posição partilhada pela jornalista e antiga Presidente do Sindicato dos Jornalistas Portugueses, Sofia Branco: “O jornalista é, essencialmente, uma testemunha privilegiada da realidade. Não é e nunca será objetivo. Não há objetividade. Pode haver imparcialidade, deve haver neutralidade e, sobretudo, honestidade.” (Aureliano, 2004, p. 65)

António Rodrigues (Apêndice III), que assume pertencer a uma “escola mais antiga do jornalismo, onde o jornalista não existe como ator da história”, diz procurar “que sejam os outros a transmitir as emoções”. Até porque, defende que o seu papel não é somente contar a história, mas também “contar e dar a conhecer os sentimentos vividos. Mas não os nossos sentimentos, os deles”.

Exemplo disso, é a reportagem “Lulu ou o perfume dos jihadistas de Cabo Delgado”. António Rodrigues conta a história de Awoa Salimo, uma mulher que depois de três dias escondida no mato, com um filho de colo e sem comida, foi capturada pelos insurgentes. A reportagem narra com detalhe o propósito da captura de mulheres e raparigas e conta que os insurgentes “Preferem as mais jovens e de pele clara. Chamam-lhes Lulu, como um arroz perfumado de jasmim, um arroz de primeira qualidade.”

A história é contada pela voz de Awoa, que conseguira mais tarde fugir com o seu filho e uma outra mulher, mas é entendida pelo jornalista através de um tradutor, Abudo Gafuro. E não raras vezes, António Rodrigues, dá destaque ao próprio tradutor para transmitir sentimentos. A dada altura, na reportagem citada, lê-se: “Abudo Gafuro, o ativista do bairro de Patiquete que nos vai traduzindo a história, vai-se emocionando enquanto verte em português as desventuras e a esta altura permite-se ser mais enfático,

como se precisasse de sublinhar que não foi um feito qualquer aquele que as duas mulheres e um bebé conseguiram, desafiando o medo e a morte certa”.

António Rodrigues justifica, “falei das emoções dele precisamente porque ele é dali, faz parte da comunidade, não o levei de Portugal. E isso é muito importante e revelador”.

Recorde-se que o jornalista em causa pertence à secção Internacional do jornal Público e defende que a postura do profissional deve ser a mesma quando escreve sobre um “assunto frio da política ou uma guerra”.

Posição divergente tem Catarina Furtado (Apêndice II), autora de documentários de âmbito humanitário, na RTP, e embaixadora das Nações Unidas: “Para mim, é permitido que numa peça que esteja inscrita dentro da área do jornalismo humanitário, que o próprio jornalista tenha um envolvimento, que obviamente não é desejado nem admitido numa peça jornalística *tout court*.” E conclui, afirmando ser “passível que o jornalista mostre algum sentimento, constrangimento ou indignação, para que o público perceba, de forma mais emotiva e imediata, a violação dos direitos humanos que está a ser relatada”.

Considerando o potencial mobilizador dos média na sociedade civil, informando e incitando reações, António Rodrigues (Apêndice III) admite não pensar na questão e afirma “eu não tenho que mobilizar ninguém. Se o meu texto mobilizar alguém, tudo bem. (...) Mas esse não é o meu objetivo.”

Contudo, este facto não o impede de investir nas suas reportagens em textos mais cativantes, escritos de forma a atraírem o leitor, convidando-o a embarcar no relato. No seu entendimento “O jornalista pode usar as ferramentas da ficção desde que não faça ficção. As ferramentas existem e, não sendo sempre, na reportagem acho que se justifica que se utilize as técnicas literárias da ficção. Porque o que se está a fazer é uma narrativa. E contar uma história a partir da realidade pode perfeitamente ser usada com ferramentas mais criativas.”

A generalidade das reportagens que escreveu a partir de Cabo Delgado evidencia esse juízo. Por exemplo, na reportagem “Said Abdala acaba de chegar”, publicada a 1 de maio de 2021, o jornalista descreve dois dos muitos deslocados que chegavam de barco a Pemba da seguinte forma: “Eram apenas dois jovens perdidos caminhando na areia como quem carrega um peso incomensurável nos ombros. Um deles quase parecia chorar, tal o marejar dos olhos e o arquear das costas: uma corcunda de tristeza que arrastava com dificuldades pelo areal”.

Quando comparadas as reportagens produzidas a partir de Cabo Delgado entre abril e maio de 2021, com os conteúdos produzidos e/ou partilhados desde 2017 até então pelo jornal Público, conclui-se que a vitalidade e pertinência que os últimos conteúdos apresentam se deve, especificamente, ao facto do jornalista e fotojornalista terem absorvido diretamente a informação a partir do local e acedido a fontes até então inacessíveis.

Se antes os conteúdos noticiavam genérica e numericamente a existência de milhares de deslocados, a partir do momento que António Rodrigues e Paulo Pimenta chegaram a Cabo Delgado, as reportagens passaram a dar *rosto* (em muitos casos, literalmente, através da fotografia) e vida a essas pessoas. Luiz Otávio, Juma Mamba, Fátima Abubacar, Said Abdala, Atija Camacho, Awa, são alguns dos muitos que partilharam na primeira pessoa a sua história, contando que perderam tudo menos a roupa do corpo, que viram maridos e filhos serem decapitados e que o único futuro que conhecem é o dia de hoje.

António Rodrigues abordara, nas suas reportagens enquanto *enviado especial*, ângulos até então desconhecidos, assumindo o objetivo de dar a conhecer, de forma pormenorizada, personagens que são feitas de carne e osso e merecedoras de serem protegidas pelos mesmos direitos humanos que um qualquer outro indivíduo. A este respeito, a jornalista Sofia Branco recorda que “O poder da denúncia é um dos grandes poderes do jornalista.” (Aureliano, 2003, p. 61)

A dimensão da tragédia humanitária é amplamente palpável nas reportagens: “Filhos do medo: Fátima deu à luz no meio do ataque a Palma”; “Lulu ou o perfume dos jihadistas de Cabo Delgado”; “Cidade de cana e palha: mais de 70 mil deslocados de Cabo Delgado permanecem transitórios”; “Cabo Delgado: as marcas psicológicas da guerra são de difícil tradução”; e “Said Abdala acaba de chegar”.

Entendendo a narrativa das reportagens como organizadora das experiências humanas e do processo comunicativo, deverá ainda referir-se que, atendendo à segmentação quanto ao tipo de reportagens do teórico Travaglia (2003), que os conteúdos escritos por António Rodrigues a partir de Cabo Delgado são essencialmente narrativos e descritivos. Na medida em que o objetivo do jornalista foi contar os factos e os acontecimentos (narração); caracterizá-los e esclarecê-los (descritivo).

A preferência por frases simples e parágrafos relativamente curtos é transversal ao *corpus* de pesquisa e infere-se que o autor pretende, assim, dar resposta a uma atual exigência dos leitores, que procuram textos mais concisos e de leitura mais expedita.

Todavia, apesar de ter em linha de conta o perfil do leitor de jornais, na atualidade, o autor das reportagens não se inibiu de fornecer elementos vários de enquadramento e contextualização, com o propósito de elucidar e clarificar o tema.

Refira-se ainda que, o autor recorreu abundantemente à entrevista como meio de alcançar novas informações. Não só, como visto, a pessoas vítimas dos atentados, como também a figuras como João Feijó, investigador do Observatório do Meio Rural; Manuel Cipriano, da organização não governal para o desenvolvimento, Helpo; Bisché Ernesto, coordenador da União Distrital dos Camponeses de Palma; ou Salvador Forquilha, ex-diretor do Instituto de Estudos Sociais e Económicos.

No que à estrutura das reportagens ainda diz respeito, mencione-se também que todas as reportagens apresentam breves caixas informativas, na generalidade com uma citação de um visado ou um resumo de uma ideia a destacar.

Nota final para evidenciar o papel da fotografia nas reportagens em análise. Como passível de ser verificado nos conteúdos anteriormente difundidos pelo jornal Público, o recurso à fotografia era utilizado com parcimónia. Sendo que, as fotografias utilizadas eram provenientes de agência e, na generalidade, pouco informativas.

Nas reportagens produzidas a partir de Cabo Delgado, observa-se uma significativa alteração neste padrão. Paulo Pimenta, fotojornalista, apresenta registos impactantes, sem beliscar a dignidade dos visados, e que acompanham orgânica e adequadamente as histórias narradas. A reportagem publicada a 16 de maio de 2021, “Cabo Delgado: os rubis continuam a sair da terra, mas só brilham para alguns”, é um dos exemplos da importância da fotografia numa peça que dá a conhecer, de forma rara, a mina de rubis de Montepuez.

Conclusão

A crise que o setor dos média atravessa, nacional e globalmente, não se assumiu como objeto de estudo da presente investigação, todavia, revelou-se como propulsor para a definição do tema central. Deste modo, reconhecendo-se a complexidade que a recriação do Jornalismo irá exigir, não se ousou solucionar as questões que a investigação sobre os média no último século tem vindo a formular e a incitar. Ambicionou-se, porém, constituir um estímulo e um contributo para que, a premente redefinição do setor, contemple a integração efetiva das temáticas humanitárias na agenda informativa.

A partir do pressuposto de, na generalidade, os média, alocarem poucos recursos humanos e financeiros à cobertura de temáticas relacionadas com a Humanidade e os seus Direitos, cogitou-se no presente trabalho uma eventual mudança de paradigma, alicerçada no facto do imensurável poder dos média aportar uma igual responsabilidade para com os desígnios da Humanidade. Propondo que, através do Jornalismo Humanitário, o ofício, dentro do seu quadro de valores, desempenhe um papel ativo de interesse público, levado a cabo por protagonistas especializados e independentes, que resulte em investimento financeiro e devido espaço mediático para a divulgação de temas humanitários, de forma consistente, aprofundada e contextualizada.

Com o intuito de contribuir para uma discussão profícua em torno do papel social do Jornalismo, bem como, da conveniência e viabilidade da implementação do conceito de Jornalismo Humanitário e atendendo, ainda, à exígua investigação sobre a temática, nomeadamente em contexto português, iniciou-se o presente trabalho de investigação com uma ampla revisão da literatura científica sobre o tema e suas variáveis, culminando, com o desenvolvimento de um trabalho empírico, materializado no estudo de caso que se propôs a analisar: *A cobertura mediática do conflito de Cabo Delgado no jornal Público*.

Constatando a ausência de uma construção avançada sobre o conceito, o presente trabalho ancorou-se nos pontos de vista de académicos e profissionais do setor, que defendem a importância da criação de uma especialização no Jornalismo focada no

tratamento único de temáticas humanitárias, a terem lugar em território nacional ou internacional e não se reduzindo à cobertura esporádica de conflitos emergentes.

Num exercício comparativo com os demais conceitos que valorizam o pendor social do Jornalismo, expostos na literatura científica dedicada aos Estudos Mediáticos, concluiu-se que o Jornalismo Humanitário se assume com um potencial agregador do já defendido em décadas anteriores tanto no Jornalismo Público, como no Jornalismo de Direitos Humanos, no Jornalismo de Causas ou até mesmo no Jornalismo de Paz, fundado por Galtung em 1970.

Contudo, apesar de agregador na essência, é entendido como um conceito discretamente reacionário, mais conciliador e compatível com a matriz jornalística, defendendo que, só aquele, o Jornalismo Humanitário, desempenhado por agentes norteados por valores éticos, poderá informar cumprindo o seu papel de vigilante e denunciador dos atropelos à dignidade humana.

Inferiu-se ainda, relativamente ao seu âmbito de atuação, que o seu núcleo se relaciona ou identifica com os direitos do Homem, devidamente apresentados na Declaração Universal dos Direitos Humanos – os quais, como é sabido, são universais, indivisíveis, inalienáveis e interdependentes. Todavia, devido ao facto de atualmente testemunharmos, de acordo com a Organização das Nações Unidas, a maior crise humanitária desde a Segunda Guerra Mundial – atualmente agravada pela disseminação global da COVID-19 e pelo vertiginoso crescimento do conflito vivido no Afeganistão, nenhum outro tempo se revelou de tal maneira oportuno para a discussão do Jornalismo Humanitário, como a atualidade.

Neste enquadramento, e tendo em linha de conta a intenção do presente trabalho contribuir para o estudo da temática, procedeu-se à eleição de um estudo de caso, como instrumento de investigação, a fim de se obter novas considerações.

Ciente da perecibilidade das conclusões auferidas através de um estudo de caso – em virtude de se referirem apenas ao objeto em estudo e não devendo, por isso, servirem para interpretações generalizadas, acredita-se que os elementos obtidos sejam suficientemente representativos e motivadores para investigações futuras.

Assim sendo, e na impossibilidade de se realizar uma análise à totalidade dos meios de comunicação portugueses, a fim de se observar e comparar de que forma abordam conteúdos de índole humanitária, decidiu-se identificar um meio de comunicação de referência em Portugal – o jornal *Público*, e perscrutar o seu comportamento perante a cobertura de um tema atual de âmbito humanitário – o *conflito de Cabo Delgado*, desde a sua origem, no ano 2017 até maio de 2021.

A partir da teoria de Mauro Wolf que defende que “através da observação é possível reunir e obter informações e dados fundamentais sobre as rotinas produtivas que atuam na indústria dos média”, retiram-se as seguintes conclusões do estudo conduzido.

O jornal *Público* publicou de 01-01-2017 a 27-05-21, um total de 162 conteúdos relacionados com o conflito armado de Cabo Delgado. A produção de conteúdos noticiosos acompanhou naturalmente a escalada do conflito, verificando-se um aumento significativo de peças sobre o tema, proporcional à ocorrência de eventos violentos. Assim, se em 2017 apenas se encontra um resultado sobre Cabo Delgado no *Público*, observa-se que em 2018 o número aumenta para dez, em 2019, para 17, atingindo um máximo de 70 peças publicadas em 2020 e 64 até maio de 2021 – mês definido para o término da recolha da amostragem.

Analisando os conteúdos publicados ao longo dos anos, revela-se evidente que o critério de noticiabilidade preponderante se relaciona com o imediatismo de um acontecimento. Assim, a análise, através da data de publicação e da motivação inerente à produção e partilha de conteúdos no referido diário, até ao final do ano 2019, permite-nos concluir que a esmagadora maioria das notícias e reportagens publicadas, relatam unicamente eventos do dia, nomeadamente ataques armados, verificando-se uma escassa, quase inexistente, produção de reportagens de seguimento que forneçam ao leitor devido esclarecimento, enquadramento e contexto sobre o tema.

Como consequência do número crescente de atentados; da permissão para os jornalistas entrarem no território; e da comunidade internacional se manifestar mais ativamente, percebe-se no ano 2020 uma mudança de comportamento por parte do referido jornal. Assim, no decorrer do ano, nota-se uma maior predisposição por parte do *Público* para publicar conteúdos que vão além do registo de eventos diários, surgindo assim,

reportagens e entrevistas de profundidade com o objetivo de informar de forma mais ampla e minuciosa. Tendência verificada até maio de 2021.

Tal mudança de comportamento é também comprovada por outros indicadores analisados, como por exemplo: o aumento de reportagens alargadas ao invés de notícias breves, a predisposição do jornal para dedicar espaço a artigos de opinião sobre o assunto, e ainda, a decisão dos editores em destacarem jornalistas para o tratamento da informação, recorrendo em menor número à difusão de conteúdos provenientes de agências noticiosas. O empenho por parte do Público em abordar atentamente o conflito atinge o seu cume com a decisão por parte da administração em enviar um jornalista e um fotojornalista para reportarem *in loco* os eventos.

Todavia, deverá concluir-se que a alteração de comportamento observada, não significa uma mudança por parte do jornal Público no tratamento de questões de âmbito humanitário. O aumento do volume de conteúdos produzidos, a maior atenção do órgão de comunicação para com o tema, a inclinação para um maior investimento em espaço destinado à sua cobertura, a decisão de alocarem jornalistas dedicados à sua investigação, revela unicamente que o meio de comunicação se adaptou às circunstâncias. Ou seja, o Público acompanhou de forma mais ampla o tema, motivado pelo facto de o conflito ter ganho visibilidade e destaque internacional, não representando por isso, uma mudança permanente de atitude.

O estudo permitiu ainda concluir que, no referido meio de comunicação, os temas humanitários são tendencialmente trabalhados por jornalistas da seção Internacional – responsáveis pela cobertura de qualquer tema que ocorra fora do território nacional. Não obstante o facto das temáticas humanitárias como por exemplo, os conflitos armados, o flagelo dos emigrantes, a pobreza mundial, as alterações climáticas, a privação dos direitos das mulheres e raparigas, ocorrerem esmagadoramente em território internacional, não significa que não pudessem ou deveriam ser explorados por jornalistas especializados no seu tratamento e acompanhamento, e apresentados numa seção autónoma, com espaço permanente para a sua discussão e investimento financeiro previsto para a sua execução.

Tal facto sugere a inexistência, no referido meio de comunicação, do designado Jornalismo Humanitário, unicamente dedicado às temáticas do seu âmbito e produzido

tendo em conta a responsabilidade do setor para com a sociedade civil, e em última instância, com a Humanidade.

Por fim, a análise das reportagens produzidas a partir de Cabo Delgado, pelo enviado especial António Rodrigues acompanhado pelo fotojornalista Paulo Pimenta, permitiu concluir a cabal diferença entre reportagens escritas a partir da redação ou a partir do terreno. Tal como defendido pelo jornalista, testemunhar diretamente os acontecimentos, permite um domínio sobre os temas e o acesso inegável a novos ângulos de reportagem – vitais para se informar com propriedade os leitores. Uma análise detalhada às 13 reportagens que o jornalista escreveu durante a estadia de sete dias em Cabo Delgado, evidenciam detalhe, envolvimento, novidade, amplitude e criatividade – elementos desejáveis e necessários para que as peças produzidas confirmem atualidade, pertinência e impacto.

Pelo que, e tendo em conta o facto de em questão se encontrarem os supremos direitos do Homem e da Humidade, crê-se oportuna a discussão em torno da responsabilidade dos média em cobrirem devidamente as temáticas humanitárias e destinarem verbas para a sua viabilidade – sem que estas dependam apenas de critérios comerciais.

Mediante as conclusões apresentadas pelo referido estudo de caso, e reconhecendo as suas inevitáveis limitações, julga-se conveniente dar continuidade à sua investigação, através da realização de um estudo que não só incida sobre um único meio de comunicação, mas antes, sobre de que forma a imprensa escrita portuguesa, no seu todo, atua perante um tema humanitário, mensurando o impacto dos conteúdos produzidos e publicados na opinião pública. Seguindo-se um estudo aplicado à plataforma televisiva – à data, a principal fonte de acesso a notícias, em Portugal.

Em suma, urge indagar sobre a responsabilidade que os média detêm nos conteúdos produzidos e avaliar a influência que os mesmos exercem sobre a sociedade. Pois somente na presença de resultados mais abrangentes e representativos, se poderá ambicionar uma discussão válida e transformadora em torno do Jornalismo e da pertinência do investimento na especialização do Jornalismo Humanitário, em prol do Homem e dos seus Direitos.

Bibliografia

Adelman, G., Jenkins, D., e Kemmis, S. (1984). *Rethinking Case Study*, in: J. Bell et al. (ed.), *Conducting Small Scale Investigations in Educational Management*, London, Harper & Row, pp. 93-102.

Amaral, L. (1996). *A objetividade Jornalística*. Sagra-D.C., Luzzato Editores.

Bardin, L. (1995). *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Edições 70.

Barnett, M. (2011). *Empire of Humanity: A History of Humanitarianism*. Ithaca, Cornell University Press.

Barros Filho, C. (2001). *Ética na Comunicação: da informação ao receptor*. São Paulo, Moderna.

Bastenier, M. (2001). *El Blanco Móvil. Curso de Periodismo*. Madrid, Ediciones El País.

Bauman, Z. (1999). *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

Beman, G. e Calderbank, D. (2008). *The Human Rights-Based Approach to Journalism: Training Manual Vietnam*. Bangkok: UNESCO. Disponível em <<file:///C:/Users/acmelo/Downloads/RBAP-DG-2008-HRBA-Journalism-Training-VietNam.pdf>>. [Consultado em 12/02/2021].

Bunce, M., Scott, M., & Wright, K. (2019). *Humanitarian Journalism*. Oxford Research Encyclopedia of Communication. Imprensa da Universidade de Oxford. doi: <http://dx.doi.org/10.1093/acrefore/9780190228613.013.821>

Bourbon, J. M. (2016). *Quais os limites do horror?* Disponível em <<https://leitor.expresso.pt/diario/18-07-2016/html/caderno-1/temas-principais/quais-sao-os-limites-para-a-comunicacao-social-mostrar-o-horror->>>. Consultado em [06/11/2020].

- Brito, W.** (2014). *Direito Internacional Público*, 2ª ed. Coimbra, Coimbra Editora.
- Carranca, A.** (2014). *O que é o Jornalismo Humanitário?* Disponível em <<https://internacional.estadao.com.br/blogs/adriana-carranca/o-que-e-jornalismo-humanitario/>>. [Consultado em 12/11/2020].
- Chaparro, M.** (2001). *Linguagem dos Conflitos*. Coimbra, MinervaCoimbra.
- Chaumont, C.** (1992). *A ONU*. Oeiras, Margens.
- Cornu, D.** (1994). *Jornalismo e Verdade – para uma ética da Informação*. Lisboa, Instituto Piaget.
- Cortina, A.** (2004). *Ciudadanía activa en una sociedad mediática*, in Conill, J. & Gozávez, V. *Ética de los medios. Una apuesta por la ciudadanía audiovisual*. Barcelona. Gedisa, pp. 11-31.
- Deyra, M.** (2001). *Direito Internacional Humanitário*. Procuradora-Geral da República, Gabinete de Documentação e Direito Comparado. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações do 50º Aniversário.
- Donsbach, W.** (2004). *Psychology of news decisions – Factors behind journalists professional behaviour*, vol. 5 (2), pp. 131-157.
- Fernandes, S.** (2007). *O Jornalismo de Causas: o Ambiente como análise de conteúdo*. Instituto Politécnico de Tomar. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/fernandes-sandra-jornalismo-de-causas.pdf>>. [Consultado em 02/12/21].
- Furtado, C.** (2020). *Não estamos tod@s no mesmo barco mas fazemos tod@s parte do mesmo barco*. Disponível em <<https://www.publico.pt/2020/12/10/opiniao/noticia/nao-tods-barco-fazemos-tods-parte-barco-1942369>>. [Consultado em 11/12/2020].
- Fidalgo, J.** (2007). *O Jornalista em Construção*. Porto, Porto Editora.

Gomes, A. (2012). *Nos bastidores dos telejornais RTP1, SIC e TVI*. Lisboa, Tinta da China.

Grossi, G. (2007). *La Opinión Pública - Teoría del campo demoscópico*. Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas.

Habermas, J. (2000). *Aclaraciones a la ética del discurso*. Madrid, Editorial Trotta.

Hackett, R. (2007). *Journalism Versus Peace? Notes on a Problematic Relationship*. Global Media Journal: Mediterranean Edition, Vol. 2, primavera, pp. 47-53.

Ijuim, J. K. (2020). *Jornalismo e humanização: heranças eurocêntricas no pensar e no fazer jornalísticos*. Revista Extraprensa, 13(2), pp. 91-108. doi: 10.11606/extraprensa2020.159921.

Ki-Moon, B. (2016). *Agenda for Humanity*. United Nations. Disponível em <<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/2282agendaforhumanity.pdf>> [Consultado em 06/11/2021].

Kovach, B. Rosenstiel, T. (2001). *Os Elementos do Jornalismo, o que os profissionais do jornalismo devem saber e o público exigir*, Porto, Porto Editora.

Kunczik, M. (2002). *Conceitos de jornalismo: norte e sul: manual de comunicação*. 2.^aed. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.

Letria, J. (1998). *A Verdade Confiscada – Escândalo – a armadilha da nova censura*, Lisboa, Notícias Editorial.

Lippmann, W. *Stereotypes, Public Opinion, and the Press*, in Cohen, Elliot D. (org.), op. Cit., pp. 161-175.

Lynch, J. e McGoldrick, A. (2000), *Peace Journalism: How to do it*. Disponível em <https://www.transcend.org/tri/downloads/McGoldrick_Lynch_Peace-Journalism.pdf>. [Consultado em 06/11/2020].

Mencher, M. (1984). *News Reporting and Writing (3ª edição)*. Iowa, Wm. C. Brown Publishers.

Mesquita, M. (2003). *O Quarto Equívoco - O poder dos média na sociedade contemporânea*. Coimbra, Editora Minerva.

Mesquita, M. (2004). *O Quarto Equívoco*. Coimbra, Minerva Coimbra.

Morin, E. (2005). *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro, Bertrand.

Nascimento, D. (2013). *Do “Velho” ao “Novo Humanitarismo”*: os Dilemas da Ação Humanitária em Contextos de Conflito e Pós-Conflito Violent, in *Nação e Defesa* N.º 135 – 5.ª Série pp. 93-113.

ONU Home page. Disponível em < <https://unric.org/pt/>>. [Consultado em 23/03/2021].

Pereira, P. (2002). O “jornalismo de causas” é jornalismo?. Disponível em < <https://www.publico.pt/2002/04/18/jornal/o-jornalismo-de-causas-e-jornalismo-169536>>. [Consultado em 15/11/2020].

Pina, S. (2000). *A Deontologia dos Jornalistas Portugueses*, (2.ª ed.), Coimbra, Editora Minerva.

Público. (2005). *Livro de Estilo do Público*. 2.ªed. Público, Porto.

Ramonet, I. (1999). *A Tirania da Comunicação*. Porto, Campo das Letras Editores, S.A.

RTP Arquivos Home page. Disponível em < <https://arquivos.rtp.pt/>>. [Consultado em 06/01/2021].

Ribeiro, M. (1998). *A Organização das Nações Unidas*. Coimbra, Livraria Almedina.

Rosa, G. (2006). *A Quercus nas Notícias*. Porto, Porto Editora.

Salinas, A. (2014). *Periodismo y Comunicación para la Paz. Indicadores y Marco Regulatorio*. COMMONS - Revista de Comunicación Social y Ciudadanía Digital. Vol.3, No.1, pp.57-91.

Scott, M. (2017). *What makes news humanitarian? The dilemmas of reporting on suffering*. Disponível em <https://www.publicmediaalliance.org/what-makes-news-humanitarian/>. [Consultado em 25/11/2020].

Scott, M.; Bunce, M.; Wright, K. (2018). *The State of Humanitarian Journalism*. Norwich, England: University of East Anglia. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/328743537_THE_STATE_OF_HUMANITARIAN_JOURNALISM. [Consultado em 25/11/2020].

Shaw, I. (2012). *Human Rights Journalism: Advances in Reporting Distant Humanitarian Interventions*. Basingstoke: Palgrave.

Sontag, S. (1986). *Ensaio sobre Fotografia*. Lisboa, Dom Quixote.

Sontag, S. (2003), *Olhando para o Sofrimento dos Outros*. Lisboa, Gótica.

Sousa, P. J. (2004). *Fotojornalismo. Introdução à História, às Técnicas e à Linguagem da Fotografia na Imprensa*. Florianópolis, Brasil, Letras Contemporâneas.

Sponholz, L. (2003). *Objetividade em Jornalismo: uma perspectiva da teoria do conhecimento*. In: Revista FAMECOS, nº 21. Porto Alegre.

Suárez, L. Carro, M. (2000). *La Opinión Periodística. Argumentos y Géneros para la Persuasión*. Madrid, Editorial Fragua.

Traquina, N. (2000). *O Poder do Jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento*. Coimbra, Minerva.

Traquina, N. et al. (2001). *O Jornalismo Português em Análise de Casos*. Lisboa, Editorial Caminho.

Traquina, N. e Mesquita, M. (2003). *Jornalismo Cívico*. Lisboa, Livros Horizonte.

Traquina, N. (2008) *Teorias do Jornalismo, Volume II: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. 2.^aed. Florianópolis, Insular.

Tuchman, G. (1973). *Making news by doing work: routinizing the unexpected*. *American Journal of Sociology*, v.79, n.1, 1973.

Tuchmann, G. (1999). *A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas*, in Traquina, Nelson (org.), op. Cit., pp.74-90

UNOCHA Home page. Disponível em <https://www.unocha.org/>. [Consultado em 10/02/2021].

Victor, C. (2016) *Mudanças Climáticas no Centro das Questões Humanitárias: da comunicação de riscos às propostas de media intervention*. Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, SP, Intercom – Sociedade Brasileira.

Victor, C. (2018). *A opacidade do sofrimento humano decorrente de desastres sob a perspectiva do Jornalismo Humanitário*, *Folios*, Facultad de Comunicaciones, Universidad de Antioquia.

Weaver, David H. (1997). *Canalización Mediática ("agenda-setting") y Elecciones en Estados Unidos*. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/CIYC/article/view/CIYC9797110229A/7430>. [Consultado em 06/01/21].

Wolf, M. (2003). *Teorias da comunicação*. 8.^aed. Lisboa, Editorial Presença.

Wolf, M. (2005). *Teorias das comunicações de massa*. 2.^aed. São Paulo, Martins Fontes.

Apêndice I
Resultados através da palavra-chave *Cabo Delgado* em publico.pt

De 01 de janeiro de 2017 a 27 de maio de 2021

Pesquisa: **publico.pt**

Palavra-chave: **Cabo Delgado**

Intervalo de pesquisa: **de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2018**



Título	Data	Autor	Género
Poupar o mar, ganhar em terra	16/04/18	Abel Coentrão	Reportagem
Seis mortos em novo ataque de grupo armado em Cabo Delgado	05/06/18	Lusa / Reuters	Notícia
Porquê o retorno da violência armada em Moçambique?	08/06/18	Maria Paula Meneses	Opinião
De onde veio o extremismo islâmico que ameaça Moçambique?	10/06/18	Manuel Louro	Reportagem
Governo desaconselha permanência em zonas do norte de Moçambique	13/06/18	Lusa	Notícia
O Norte de Moçambique está de nervos em franja por causa dos ataques armados	23/06/18	Lusa	Notícia
Empresário sul-africano raptado no norte de Moçambique	02/08/18	Lusa	Notícia
Polícia moçambicana divulga nomes de algados “cabecilhas” dos ataques no Norte	13/08/18	Lusa / Reuters	Notícia
Nova vaga de ataques no Norte de Moçambique faz 12 mortos	24/11/18	Público	Notícia
Em Moçambique, há pedras preciosas que custam sangue, suor e lágrimas	27/12/18	Ana Marques Maia	Reportagem Fotográfica

Pesquisa: **publico.pt**Palavra-chave: **Cabo Delgado**Intervalo de pesquisa: **de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2019**

Título	Data	Autor	Género
Autoridades moçambicanas acusam empresário sul-africano de ataques no Norte	04/01/19	Lusa e Público	Notícia
Sete mortos em novo ataque na província moçambicana de Cabo Delgado	07/01/19	Lusa	Notícia
HRW pede a Moçambique investigação a morte “suspeita” de empresário	31/01/19	Lusa	Notícia
Set mortos em novo ataque na província de Cabo Delgado, Moçambique	07/02/19	Lusa	Notícia
Forças especiais de Moçambique tomam base insurgente e capturam membros	08/04/19	Lusa	Notícia
Governo português alerta para tempestade tropical intensa em Moçambique	24/04/19	Lusa	Notícia
Ciclone Kenneth chegou a Moçambique e já provoca estragos	25/04/19	Lusa	Notícia
Ciclone Kenneth faz pelo menos um morto e estragos no Norte de Moçambique	26/04/19	Inês Chaíça	Notícia
Ainda há 24.000 deslocados em Moçambique seis meses após o ciclone Kenneth	26/04/19	Lusa	Notícia
Ciclone Kenneth fez 5 mortos em Moçambique	27/04/19	António Rodrigues	Notícia
Cheias submergem estrada que liga Pemba ao resto do país	28/04/19	Luís Fonseca	Notícia
Em Pemba choveu em 24 horas mais do que em todo o mês de abril	28/04/19	António Rodrigues	Notícia

A (In) Definição e Emergência do Jornalismo Humanitário

Sobe para 38 número de mortos em Moçambique após a passagem do Kenneth	29/04/19	Lusa	Notícia
A comida está a acabar-se nas zonas ainda isoladas pelo ciclone Kenneth	02/05/19	Reuters	Reportagem
Imprensa livre: uma luz d esperança para o mundo	03/05/19	Pedro A. Neto	Opinião
Ataque contra camião no Norte de Moçambique faz 16 mortos	30/05/19	António Rodrigues	Notícia
Ainda há 24.000 deslocados em Moçambique seis meses após o ciclone Kenneth	36/10/19	Lusa	Notícia

Pesquisa: **publico.pt**Palavra-chave: **Cabo Delgado**Intervalo de pesquisa: **de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2020**

Título	Data	Autor	Género
Moçambique “precisa de coragem, cinco anos passam rápido”	15/01/20	António Rodrigues	Notícia
Bispo de Pemba admite que ataques já provocaram mais de 500 mortos	03/02/20	Lusa	Notícia
Províncias moçambicanas de Cabo Delgado e Tete enfrentam crise alimentar	04/02/20	Lusa	Notícia
Mocímboa da Praia: “O culminar do trágico fracasso do governo”	20/03/20	António Rodrigues	Notícia
Jihadistas voltam a atacar em Moçambique e estão mais próximos de Pemba	25/03/20	António Rodrigues	Notícia
Moçambique: “O Presidente Nyusi tem de se instalar em Cabo Delgado	26/03/20	António Rodrigues	Notícia
Cabo Delgado: Jihadistas defendem implantação da lei corânica e criação de zona libertada da Frelimo	26/03/20	António Rodrigues	Notícia
Nyusi admite que ataques em Cabo Delgado “podem comprometer” soberania em Moçambique	7/03/20	António Rodrigues	Notícia
Quem beneficia da violência e caos no Norte de Moçambique?	28/03/20	António Rodrigues	Notícia
África persiste e crise alimentar mantém-se no sul de Moçambique	01/04/20	Lusa	Notícia
Moçambique: grupos armados fazem novos ataques em Cabo Delgado	07/04/20	Lusa / Público	Notícia
Moçambique: relatos de abusos das forças de defesa em Cabo Delgado	16/04/20	António Rodrigues	Notícia

A (In) Definição e Emergência do Jornalismo Humanitário

Cabo Delgado: “Parece que estamos a rever a luta de libertação ao contrário”	21/04/20	António Rodrigues	Notícia
Cabo Delgado: o exército moçambicano “é o seu pior inimigo”	21/04/20	António Rodrigues	Notícia
Um ano depois do ciclone Kenneth, mais de 20 mil pessoas ainda têm carência alimentar	25/04/20	Lusa	Notícia
Enquanto o mundo não acaba, Cabo Delgado morre...	26/04/20	Miguel Luís	Opinião
Um tempo de Harpócrates em Moçambique	27/04/20	Sérgio Raimundo	Notícia
Moçambique: conflito em Cabo Delgado já fez 1100 mortos	07/05/20	António Rodrigues	Notícia
SADC compromete-se a apoiar Moçambique no combate a grupos armados em Cabo Delgado	20/04/20	Lusa e Público	Notícia
Cabo Delgado: vila de Macomia atacada desde quinta-feira	30/05/20	Lusa	Notícia
Autoridades moçambicanas dizem ter matado dois líderes de grupos armados em Cabo Delgado	01/06/20	Lusa / Público	Notícia
Cabo Delgado: Médicos Sem Fronteiras suspendem atividades em Macomia devido a ataques	05/06/20	Lusa	Notícia
Moçambique declara Nampula como local de “transmissão comunitária” do vírus	07/06/20	Lusa / Público	Notícia
Cabo Delgado: ONG acusa Governo de Moçambique de “silêncio perturbador” sobre a morte de 52 pessoas	09/06/20	Lusa / Público	Notícia
Tanto tempo “a população foi esquecida” que só podia causar “sofrimento”	17/06/20	António Rodrigues	Notícia

A (In) Definição e Emergência do Jornalismo Humanitário

Moçambique: Governo não gostou de notícia e processou jornalistas por divulgar segredo de Estado	25/06/20	António Rodrigues	Notícia
Cabo Delgado: cenário de “grande destruição” em Mocímboa da Praia	30/06/20	Lusa	Notícia
Oito trabalhadores de uma construtora assassinados em Cabo Delgado	06/07/20	António Rodrigues	Notícia
Guerra e pandemia transformam Moçambique em autoestrada para o tráfico de droga	20/07/20	António Rodrigues	Notícia
Rui, o bebé que desafia a tripla desgraça de Cabo Delgado	25/07/20	Luís Fonseca e Ricardo Franco	Notícia
Covid-19: Unicef alerta para risco de desnutrição de 6.7 milhões de crianças	28/07/20	Lusa	Notícias
Cabo Delgado à beira de se transformar num conflito internacional	01/08/20	António Rodrigues	Notícias
Moçambique: EUA superam China e Rússia no empréstimo bilionário à Total	07/08/20	António Rodrigues	Notícia
Moçambique: jihadistas capturam porto de Mocímboa da Praia	13/08/20	Público	Notícia
Moçambique recebe cimeira da SADC com Cabo Delgado em cima da mesa	16/08/20	António Rodrigues	Notícia
África e Moçambique na agenda da Defesa na presidência portuguesa da UE	26/08/20	Nuno Ribeiro	Notícia
Bispo de Pemba: “Estamos vivendo dias de um silêncio muito preocupante” em Cabo Delgado	29/08/20	António Rodrigues	Notícia
Homens com uniforme de soldado assassinam mulher em Cabo Delgado	15/09/20	António Rodrigues	Notícia
A barbárie amontoou-se em Cabo Delgado	20/09/20	Miguel Luís	Notícia

A (In) Definição e Emergência do Jornalismo Humanitário

EUA e Portugal “em contactos” para reforço norte-americano da base das Lajes	01/10/20	Eunice Lourenço, Helena Pereira e Nuno Santos	Entrevista
Não ao apoio militar a um Governo que despreza o povo	02/10/20	Michael Hagedorn	Opinião
Presidente de Moçambique anuncia tréguas de uma semana no centro do país para promover “diálogo”	24/10/20	Lusa	Notícia
Cabo Delgado: Mais de 11.200 pessoas fugiram para Pemba em duas semanas	03/11/20	Lusa	Notícia
Moçambique: Jihadistas “degolaram mais de 50 pessoas” em Cabo Delgado, diz polícia	10/11/20	Sofia Lorena	Notícia
Moçambique: 12 iranianos acusados de apoiarem jihadistas de Cabo Delgado	11/11/20	Lusa e Público	Notícia
JSD condena atentados em Moçambique e critica “falta de ação” e silêncio do Governo	12/11/20	Lusa	Notícia
Governador de Cabo Delgado diz que não houve decapitação de 50 pessoas em outubro	15/11/20	Ana Gomes Ferreira	Notícia
Cabo Delgado, Moçambique: black lives matter	17/11/20	Paulo Rangel	Opinião
Elites abandonam Mueda à espera de um grande ataque	18/11/20	António Rodrigues	Notícia
Eric Morier-Genoud: “A presença do Daesh em Moçambique é real”	18/11/20	António Rodrigues	Entrevista
Terror em Moçambique	18/11/20	Nuno Teixeira	Opinião
Cabo Delgado: fuga em massa de Mueda com o fim do prazo dado pelos jihadistas	20/11/20	António Rodrigues	Notícia

A (In) Definição e Emergência do Jornalismo Humanitário

Jihadistas destroem histórica missão católica em Cabo Delgado	22/11/20	António Rodrigues	Notícia
Costa quer cooperar com Moçambique no combate ao terrorismo	24/11/20	Lusa	Notícia
Agência da ONU sem dinheiro para alimentar todos os deslocados de Cabo Delgado	25/11/20	Lusa	Notícia
Líderes da África Austral concordam com “resposta regional” ao problema de Cabo Delgado	30/11/20	António Rodrigues	Notícia
45 anos depois, vai haver de novo tropas portuguesas em Cabo Delgado?	01/12/20	Michael Hagedorn	Opinião
Papa Francisco doa 100 mil euros para apoiar deslocados de Cabo Delgado	06/12/20	Lusa	Notícia
Moçambique reitera pedido de apoio contra o Estado Islâmico	09/12/20	Lusa	Notícia
Presidente moçambicano diz que rebeldes tentaram atacar estrutura de exploração de gás em Cabo Delgado	11/12/20	Lusa	Notícia
Portugal vai formar militares de Moçambique e apoiar logística	11/12/20	Lusa	Notícia
Governança, direitos humanos, recursos: África do Sul diz a Maputo para ir à raíz dos problemas em Cabo Delgado	14/12/20	Lusa	Notícia
Chefe da diplomacia da EU pede a Santos Silva que vá a Moçambique como enviado	15/12/20	Lusa	Notícia
Santos Silva vai a Moçambique em janeiro por causa de Cabo Delgado	16/12/20	Público / Lusa	Notícia
Parlamento português debate situação em Cabo Delgado	17/12/20	Lusa	Notícia

A (In) Definição e Emergência do Jornalismo Humanitário

Parlamento português aprova resoluções para colocar crise de Cabo Delgado na agenda internacional	18/12/20	Lusa	Notícia
Cabo Delgado: um teste à Presidência Portuguesa do Conselho da UE	22/12/20	Michael Hagedorn	Opinião
Rebeldes voltam a atacar nas proximidades dos projetos de gás em Cabo Delgado	29/12/20	Lusa	Notícia

Pesquisa: **publico.pt**Palavra-chave: **Cabo Delgado**Intervalo de pesquisa: **de 01 de janeiro a 27 de maio de 2021**

Título	Data	Autor	Género
Ataques levam petrolífera Total a reduzir operações e trabalhadores em projeto em Cabo Delgado	01/01/21	Lusa	Notícia
Cabo Delgado: Total retira trabalhadores de projeto de gás devido a ataques jihadistas	06/01/21	Pedro Bastos Reis	Notícia
Uma crise em curso em Moçambique	06/01/21	Caroline Gaudron	Opinião
Cooperação militar com Moçambique assinada até abril	06/01/21	Nuno Ribeiro	Notícia
Chefe da diplomacia europeia diz que a missão da EU em Moçambique pode arrancar na terça-feira	17/01/21	Lusa / Público	Notícia
Presidente moçambicano acerta reforço da segurança do projeto de gás natural em Cabo Delgado	19/01/21	Lusa	Notícia
Nyusi “toma boa nota” da oferta da EU para “cooperar com Moçambique no combate ao terrorismo”	20/01/21	Público / Lusa	Notícia
Cabo Delgado: não nos conformamos com a violência	22/01/21	Público	Opinião
Santos Silva quer a EU a “apoiar esforços das autoridades moçambicanas no combate ao terrorismo internacional”	26/01/21	Lusa	Notícia
Portugal chumbou na primeira prova da Presidência Portuguesa do Conselho da UE	28/01/21	Michael Hagedorn	Opinião

A (In) Definição e Emergência do Jornalismo Humanitário

Moçambique enfrenta ameaça jihadista	29/01/21	José Manuel Neto Simões	Opinião
Novo bispo de Pemba sem “medo” de denunciar ataques em Cabo Delgado	12/02/21	Sofia Lorena	Notícia
Cabo Delgado: o bispo e a urgência de um novo Timor	16/02/21	André Lamas Leite	Opinião
João Gomes Cravinho prevê cerca de 60 formadores de “forças especiais” em Moçambique	17/02/21	Lusa	Notícia
Grupo armado ataca aldeia no Norte de Moçambique e mata sete pessoas	28/02/21	Lusa	Notícia
Por quanto tempo mais irá Portugal permanecer em silêncio sobre a crise em Cabo Delgado?	11/03/21	Michael Hagedorn	Opinião
Há crianças a serem decapitadas em Cabo Delgado, diz ONG	16/03/21	Público e Lusa	Notícia
Forças especiais dos EUA treinam fuzileiros moçambicanos	16/03/21	António Rodrigues	Notícia
Maputo confirma ataque de jihadistas junto a projetos de gás em Palma	25/03/21	Público	Notícia
Cabo Delgado: Pelo menos sete civis abatidos e um português ferido à porta de hotel em Palma	27/03/21	Sofia Lorena	Notícia
Moçambique: dezenas de civis “indefesos” foram mortos nos ataques em Palma	28/03/21	Sofia Lorena	Notícia
Cabo Delgado, a tragédia que não podemos ignorar	28/03/21	Amílcar Correia	Editorial
Palma pode ser o ponto de viragem do conflito em Cabo Delgado	29/03/21	António Rodrigues	Notícia
Pôncio Pilatos vive. Em Cabo Delgado	30/03/21	Paulo Rangel	Opinião

A (In) Definição e Emergência do Jornalismo Humanitário

O que se passa em Cabo Delgado?	31/03/21	Ruben Martins	Reportagem
Somos responsáveis não só pelo que fazemos, mas também pelo que não fazemos (Molière)	02/04/21	Michael Hagedorn	Opinião
África do Sul envia militares para Cabo Delgado para apoiar repatriamento	03/04/21	Público / Lusa	Notícia
Quem cuida das crianças em Cabo Delgado?	05/04/21	Rute Agulhas	Opinião
ONU teme que deslocados de Cabo Delgado cheguem a 1 milhão em junho	06/04/21	António Rodrigues	Notícia
Moçambique não descarta pedir apoio internacional para o combate ao terrorismo	07/04/21	Lusa / Público	Notícia
Cabo Delgado: polícia encontra 12 corpos decapitados que acredita serem de estrangeiros	08/04/21	António Rodrigues	Notícia
Pemba vulnerável a ataques jihadistas, diz consultora de segurança	11/04/21	Público / Lusa	Notícia
Notícia de ataque de Jihadistas a Mueda não se confirma	15/04/21	António Rodrigues	Notícia
Projetos de gás em Cabo Delgado serão retomados assim que a segurança for garantida	21/04/21	Público / Lusa	Notícia
Há mais de 11 mil deslocados em Afungi à espera de ajuda humanitária	22/04/21	Paulo Narigão Reis	Notícia
Maputo vai discutir responsabilidade dos custos da suspensão do projeto da Total	26/04/21	Lusa	Notícia
Moçambique: Petrolífera Total anuncia retirada por “força maior”	26/04/21	Lusa	Notícia
Portugal ativa Instrumento de Resposta Rápida para intervenção de ONG	27/04/21	Público	Notícia

A (In) Definição e Emergência do Jornalismo Humanitário

Casas incendiadas junto a Palma, militares mantêm a cidade sob controlo	29/04/21	Lusa	Notícia
Cabo Delgado: as marcas psicológicas da guerra são de difícil tradução	06/05/21	António Rodrigues e Paulo Pimenta enviados	Reportagem
Cabo Delgado: os rubis continuam a sair da terra, mas só brilham para alguns	16/05/21	António Rodrigues e Paulo Pimenta enviados	Reportagem

Apêndice II
Entrevista a Catarina Furtado

Realizada e gravada via plataforma *Zoom*

06 de março de 2021

A Catarina defende uma presença robusta das temáticas humanitárias na agenda mediática. Mas embatemos sempre com constrangimentos financeiros. Para que seja possível falarmos de jornalismo humanitário será necessário prever-se formas de o financiar. Quais devem ser as fontes prioritárias para o seu financiamento?

Em primeiro lugar, o que me parece é que não existe a defesa do jornalismo humanitário. Em Portugal, por exemplo, não existe essa categoria definida. Devia ser defendido um espaço para o jornalismo humanitário, onde efetivamente seja visível a diferença entre uma grande reportagem e uma grande reportagem específica da área humanitária. Para mim são coisas distintas. Tão distintas que me levam a defender que a fonte de financiamento pode vir de vários locais, sem que haja pruridos. No jornalismo humanitário, se o financiamento vier de uma fundação, de uma ONG, para mim não existe qualquer problema. Desde que se perceba que não é um grupo ou explorador interessado em nenhuma área dos direitos humanos. Já que se está a assistir a uma crise tão grande no jornalismo, por razões económicas, acho que a procura do financiamento também deve ser criativa. E aqui podemos abrir vários caminhos. Por exemplo, uma empresa, exercendo a sua responsabilidade social, pode perfeitamente patrocinar uma reportagem sobre direitos humanos em Moçambique ou em Portugal. Hoje em dia, cada vez mais se chegou à conclusão que, para se endireitar o mundo, é necessário um trabalho em várias frentes e com vários *players*. O Estado, a sociedade civil individual e organizada, as empresas, os grupos de associativismo, enfim, todos devem trabalhar conjuntamente e encontrar soluções criativas para o financiamento do jornalismo humanitário – que é uma área absolutamente essencial. Sinto que para sensibilizarmos e consciencializarmos a sociedade, tem de haver um maior investimento no jornalismo humanitário, porque o outro tipo de jornalismo – isento e distante - fica aquém da oportunidade de mudança no cidadão que assiste às reportagens.

E as empresas portuguesas estão comprometidas para ativamente contribuírem a favor da sociedade?

A minha Corações com Coroa tem nove anos. E no início tive muita dificuldade a explicar o que é a responsabilidade social às empresas. Achavam que davam um donativo e que eu ia lá à empresa tirar uma fotografia. E eu dizia-lhes que não, que para isso falavam com o meu agente e tratávamos de um contrato publicitário. Mas nove anos depois, já contactam a associação e dizem querer, no âmbito da sua responsabilidade social, fazer um donativo. Escolhem o projeto e envolvem-se. E para

nós, isto é uma conquista. Por isso, dentro desta área, também temos de se capazes de sensibilizar as empresas para ajudarem a financiar o jornalismo humanitário.

Há espaço em Portugal para o investimento no jornalismo humanitário?

Há muito espaço. Eu, por exemplo, no Príncipes do Nada, tenho um impacto brutal e há 15 anos que faço o programa. E percebo que as pessoas estão realmente mal informadas. Tenho relatos de dezenas de cidadãos, inclusive médicos e jornalistas a dizerem-me que não imaginavam que aquilo fosse assim. O que me leva a crer que há muito espaço para fazermos mais e melhor. Por muito que entre diariamente nos telejornais a crise humanitária dos refugiados na Grécia, é sempre pouco, porque há sempre pouco tempo para esmiuçar as situações, para explicar o porquê de estar a acontecer. E é preciso tempo e espaço para explicarmos o porquê daquela situação para que as pessoas efetivamente percebam e apreendam. Se a sociedade estiver bem preparada e empoderada pela informação poderá fazer muito mais.

E qual tem sido a posição dos decisores durante os contactos que estabelece?

Enquanto Embaixadora do Fundo das Nações Unidas para a População e Presidente da Corações com Coroa, acabo por ter de estabelecer muitos contactos e assumir um trabalho de *advocacy* junto de diversos parlamentares e decisores políticos. Até agora, têm sido curiosos e participativos. Sempre muito disponíveis para participarem em iniciativas. Penso que há um grande interesse em fazerem parte da solução. Mas claro que não é o suficiente para mudar, porque o mundo está como está por falta de vontade política. Mas o que sinto também é que, cada vez mais, os decisores não são só os políticos. Os transformadores da sociedade são também, por exemplo, os professores. E eu recebo diariamente mensagens de algum professor do ensino secundário ou superior a dizerem-me que estão a utilizar nas suas salas as reportagens do Príncipes do Nada, por considerarem material válido para os curricula do ano letivo. Para mostrarem aquela realidade e incitarem à mudança. E isso para mim é muito forte e gratificante.

Acredita que o jornalismo humanitário tem um papel efetivo na mobilização da sociedade civil?

Não tenho qualquer dúvida. São centenas as mensagens que recebo depois de uma reportagem, de pessoas indignadas, de pessoas que querem saber como ajudar.

Mas há o risco de anestesiar o público?

Há, e temos de saber jogar com isso, porque já sabemos que vai acontecer. Não podemos é dizer que por causa disso vamos deixar de fazer jornalismo humanitário. Porque é precisamente por isso que ele é tão urgente. Quando vai para o ar uma reportagem como aquela que fiz sobre o Bangladesh, onde mostramos que as pessoas são atiradas à fogueira pelo exército do Myanmar para serem queimadas vivas, as pessoas ficam transtornadas nos dias seguintes. Mas depois de uns dias, como não conseguiram acionar nada nas suas vidas que as permita combater aquilo, deixam para trás. Mas nós temos o dever de continuar a mostrar se queremos resultados, e não nos podemos esquecer que já muito foi feito e conquistado. E é a isso que temos de nos agarrar. Em especial agora que vivemos uma fase terrível com a pandemia, que veio agravar de uma forma grotesca as desigualdades sociais e de género. Retrocedemos a olhos vistos. Voltamos a ter mais casamentos precoces, mais violência com base no género, mais mulheres a morrer a dar à luz, mais miséria. Por isso, mais do que nunca, o jornalismo humanitário é fundamental para que o mundo desenvolvido esteja consciente da realidade e se sinta impelido a intervir.

E como deve atuar o jornalista quando relata uma tragédia humanitária?

Eu acho que o jornalismo humanitário permite, no meu entender, que o jornalista, o condutor da notícia ou da reportagem possa insurgir-se. Porque o jornalismo humanitário está a falar de direitos humanos – que são transversais, inalienáveis e indivisíveis. Por isso, para mim, é permitido numa peça que esteja inscrita dentro da área do jornalismo humanitário, que o próprio jornalista tenha um envolvimento, que obviamente não é desejado nem admitido numa peça jornalística *tout court*. Acho por isso que é passível que o jornalista mostre algum sentimento, constrangimento ou indignação, para que o público perceba, de forma mais emotiva e imediata, a violação dos direitos humanos que está a ser relatada. E esta é, para mim, a grande diferença entre um trabalho jornalístico e um trabalho jornalístico humanitário.

E quais os limites que o devem nortear quando relatam o sofrimento?

Na edição do meu trabalho, faço sempre a equação: ganhamos os dois com isto ou não? Só ganha a minha reportagem ou sei que aquela pessoa também pode ganhar? E nesta equação encontro o limite para não beliscar a dignidade do interlocutor. De forma violentíssima, uma mulher contou-me ter sido utilizada como arma de guerra no conflito

armado da Colômbia. Quase ninguém sabe o que estas mulheres passam. São violadas, são violadas grávidas, usadas como escudo, os filhos são-lhes arrancados a cru por militares. E ao ouvi-la, a dado momento, tenho de perceber se vou utilizar ou não aquela informação e de que forma. Se aquela mulher está disponível para contar, eu tenho de a acompanhar, mas tenho que avaliar até que ponto aquela pessoa está vulnerável e até onde ir para não a explorar. Tem que haver sempre uma balança, um pêndulo para não colocar as pessoas ainda mais frágeis do que já estão. Não são todos os jornalistas que têm perfil para este trabalho.

Para além da adequação do perfil, de que forma se deve formar um jornalista humanitário?

Não sei, não tenho uma resposta certa. A única coisa que tenho a certeza, é que um grande jornalista não é necessariamente um grande jornalista humanitário. É preciso ter efetivamente uma série de características que vão muito além das exigidas a um outro jornalista. Tem de ser alguém que para além de corajoso, aventureiro, bom investigador, com acesso a boas fontes, seja alguém que tenha realmente mais forte o respeito pelas pessoas do que a vontade de contar uma história. Que seja humano. Para se fazer uma reportagem humanitária tem de se ter tempo para se estar com as pessoas e tem de se ter um olhar que transmita aquilo que vai no coração. Porque as pessoas têm de confiar de uma tal forma, que as leve a querer partilhar o que de mais profundo têm. E é preciso ser-se merecedor da confiança daquela pessoa que está despida à nossa frente. E temos ainda de ser capazes de perceber a sua vulnerabilidade para avaliarmos se devemos ou não usar a informação. E isto é sermos cidadãos conscientes deste mundo partilhado, e não apenas jornalistas ou documentaristas.

Como é que o mundo desenvolvido olha para o outro mundo?

Há uma parte deste mundo desenvolvido que olha com um olhar de igualdade, no sentido em que, percebe que é tudo uma questão de se promover as oportunidades para que as pessoas possam conquistar uma equidade e ver reconhecidos os seus direitos. Depois há uma percentagem gigante que olha com um certo paternalismo, com uma certa ideia de verticalidade – olha de cima para baixo, promovendo uma certa caridadezinha, promovendo a mão estendida. É um absurdo. Por exemplo, é muito comum, quando se quer ajudar dando comida, arranjar-se um armazém com as doações para que as pessoas se dirijam lá para pedir e recolher os alimentos. É terrível,

humilhante. Têm de ser dados cartões às pessoas para que possam ir a um supermercado. Felizmente já começa a haver uma mudança nesse sentido. A solidariedade tem de ser uma ideologia do presente e feita de uma forma horizontal.

A comunidade internacional tem sido amplamente criticada pela inércia e falta de intervenção em confrontos em ebulição. O conflito em Cabo Delgado, por exemplo, existe desde 2017 e só no final de 2020 se ouviram vozes de indignação. Como é que isto ainda acontece?

Não sei, questiono-me diariamente. É como a situação da Grécia. A Grécia faz parte da Europa! É ainda mais ilógico. Acho que a comunidade internacional e os decisores políticos deviam ir aos locais, sem passadeira vermelha, com estatuto de visitante, para verem realmente o que está a acontecer. Pela minha experiência, eu já vi a mudança a acontecer no momento que um decisor foi ao local. Em Guiné-Bissau cheguei a pedir a um ministro que fizesse o mesmo trajeto, a pé, que as mulheres grávidas faziam da tabanca até ao centro de saúde. Muda tudo. Muito rapidamente se construiu um centro de saúde próximo daquela tabanca. Muito tem a ver com a falta de noção da realidade. E por isso o trabalho do jornalista humanitário tem de ser incansável para dar a conhecer e muitas vezes para envergonhar.

Corremos o risco de nos afogarmos como Narciso?

Completamente, no fascínio da nossa própria imagem e imbuídos apenas no nosso quintal.

Apêndice III
Entrevista a António Rodrigues

Realizada e gravada via plataforma *Zoom*

11 de junho de 2021

Faz sentido falarmos do conceito de Jornalismo Humanitário?

Para mim, jornalismo é jornalismo. E é sempre humanitário na medida em que contribuiu para a humanidade. Nós divulgamos informação e mantemos as pessoas cientes do que acontece à sua volta. O que é muito importante para que possam ter conhecimento de causa para (por exemplo) questionarem os seus governos – que é também para isso que existem os cidadãos.

Se me fala de um jornalismo mais voltado para as causas, eu acredito nele apesar de não ser o que eu pratique. Mas compreendo que as pessoas se empenhem em determinadas causas. Eu também me empenho em informar. Principalmente quando estão em causa pessoas ou situações que precisam ser denunciadas.

É rigoroso concluirmos que há uma tendência, em Portugal, para ser a seção Internacional a cobrir temáticas de âmbito humanitário?

Sim, até porque, nós, jornalistas de internacional, tentamos cobrir o que se passa no mundo entre a política e a guerra. E a guerra é a política por outros meios, como dizia Clausewitz. Penso que é uma consequência do Internacional escrevermos sobre tragédias. Portanto, se por definição o jornalismo humanitário cobre tragédias humanitárias, eu também faço jornalismo humanitário. Portanto, dentro das coisas todas que fazemos, também fazemos jornalismo humanitário.

Mas considera que há diferenças na cobertura de um evento político e de uma tragédia humanitária?

Claro que há diferenças. Mas as regras do jornalismo são as mesmas. Aquilo que temos de cumprir é a tentativa de sermos o mais objetivos possível dentro da subjetividade inerente ao facto de sermos uma pessoa, que está a escrever sobre um assunto. E tentarmos, de melhor forma possível, que o leitor (ou qualquer que seja a audiência) perceba o que está em causa, entenda as consequências, o que levou àquilo, e assim compreenda de forma ampla o que está a ser relatado. E acredito que esse deve ser o objetivo de qualquer tipo de jornalismo. E, no meu entender, tem que ser assim quando tratamos de um assunto frio relacionado com a política ou um tema delicado como uma guerra e as suas consequências. Aquilo que sempre procurei é que o leitor através dos meus textos saiba mais sobre o que está a acontecer. Que a minha informação seja uma mais-valia para se perceber melhor o mundo.

A objetividade pode ser problema?

O meu olhar será sempre o meu olhar, por mais que eu tente que ele não esteja infetado, não posso fugir dele. Agora o que posso é ser sempre honesto com aquilo que escrevo e garantir que não estou a apontar um olhar enviesado. Tento ser uma testemunha credível para transportar o leitor até à história que estou a contar.

Em algumas reportagens que escreveu a partir de Cabo Delgado, recorre a figuras locais para serem as próprias a detalharem episódios evitando assim perder o seu foco objetivo. Por exemplo, na peça “Lulu ou o perfume dos Jihadistas” suporta-se nas perceções do seu tradutor.

Sim, Abudo Gafuro. É tradutor e ativista em Pemba.

Quando usamos um tradutor para se falar com alguém sabemos que na tradução está-se sempre a perder alguma coisa. E estarei sempre limitado às palavras que ele me está a transmitir porque não percebo a língua no original. Quando falo das emoções dele faço-o porque ele daquela terra, ele faz parte daquela comunidade e isso é inestimável. Nós, enquanto jornalistas, não estamos só a contar a história, estamos também a contar e a dar a conhecer os sentimentos vividos. Não os nossos sentimentos mas os que estão à nossa volta.

Eu sou duma escola mais antiga do jornalismo onde o jornalista não existe como ator da sua própria escola. Mas penso que há momentos em que é preciso o jornalista estar lá também.

E o jornalista ao contar histórias pode recorrer a estratégias e ferramentas literárias?

Sim, o jornalista pode usar as ferramentas da ficção desde que não faça ficção. As ferramentas existem e, não sendo sempre, na reportagem acho que se justifica que se utilize as técnicas literárias da ficção. Porque o que se está a fazer é uma narrativa. E é perfeitamente possível contar uma história a partir da realidade utilizando ferramentas mais criativas.

Quando escreve, por exemplo sobre o conflito de Cabo Delgado, em algum momento assume a intenção de mobilizar o leitor?

Não, eu não tenho que mobilizar ninguém. Mas se o meu texto mobilizar alguém, ótimo. Mas não é intencional. Por acaso, as últimas reportagens que escrevi sobre

Moçambique não foram sobre o conflito, eram sobre um projeto social que envolve uma atividade com *skates* num bairro problemático, Matola – uma cidade satélite de Maputo. Depois de escrever a reportagem, enviei-a ao Francisco Vinho – que era o promotor da iniciativa e uma daquelas pessoas que inventam o mundo a partir do nada, ajudando crianças no quintal da sua casa. Depois de a ler disse-me que graças aquela peça já havia pessoas a quererem ajudar. Claro que fiquei sensibilizado, mas a verdade é que não é esse o meu objetivo. Eu não quero mobilizar as pessoas mas se as pessoas se sentirem mobilizadas, é bom. O meu objetivo é informar.

Os leitores portugueses interessam-se por temáticas sociais e humanitárias?

Sim, acho que se interessam. As tragédias humanitárias envolvem sempre e mobilizam, é uma consequência que diria geral e natural. Apesar de, neste momento acelerado em que vivemos, no dia a seguir já não nos lembramos de nada. Nem das tragédias. Mas sim, há interesse e isso viu-se nos ciclones de Moçambique, onde houve até dificuldade de se fazer chegar ao país todos os contributos que foram feitos por anónimos. Até na quantidade de interações *online* que há nos textos sobre temas humanitários, isso é perceptível.

Apesar de se saber com pouco rigor quando começaram os episódios violentos em Cabo Delgado, as primeiras notícias surgiram em 2017. Mas tão depressa apareceram notícias sobre o tema como de repente desapareceram.

Sim, até 2019 era impossível trabalhar-se devidamente o conflito de Cabo Delgado porque o governo moçambicano não deixava ninguém chegar lá. As nossas fontes não eram sequer secundárias, ou seja, nem sequer eram pessoas que estavam no terreno. Eram pessoas que na verdade iam lá só de passagem ou tinham conhecimento de histórias a partir de outras. E também por isso era-nos muito difícil escrever sobre o tema. Nessa altura ainda estava no jornal *i* como editor de Internacional e a vontade de escrever sobre Cabo Delgado era muita.

Em 2019 entra para o jornal Público precisamente para trabalhar temas relacionados com África. Nessa altura tentou viajar até província?

Sim, eu tinha interesse em entrar em Cabo Delgado desde o início. Aliás, quando fui cobrir as eleições de Moçambique em 2019, já no Público, falei com a direção para saber se era possível. Mas não era.

Qual foi a justificação?

Uma viagem para Moçambique é cara. Para se chegar a Cabo Delgado é mais caro ainda. Os preços que se praticam em Pemba, a capital, são um absurdo. São aquilo a que chamamos de preços para expatriados. O facto de haver os projetos de gás leva a que muitos estrangeiros paguem preços exorbitantes.

E por isso, era quase impossível um meio de comunicação internacional viajar até lá com a regularidade desejável e necessária. Tirando a RTP/Antena 1 e a Lusa, que têm delegações em Maputo e por isso podem mais facilmente entrar em Cabo Delgado, para todos os outros meios é muito mais difícil.

A verdade é que, em Portugal, na imprensa, com a exceção do Público que de vez em quando ainda consegue ter verbas para fazer reportagem internacional, os outros jornais não têm essa capacidade.

Foi o que aconteceu em 2020 quando a violência escalou e a comunidade internacional se interessou pelo tema. O Público teve verba para enviá-lo para a província acompanhado do fotojornalista Paulo Pimenta.

Sim, foi exatamente isso.

Fomos 12 dias para Moçambique mas em Cabo Delgado ficamos cerca de uma semana.

Teve dificuldades em aceder à informação no terreno?

Como estou a cobrir o assunto desde o início, primeiro no jornal *i*, depois no semanário *Sol* e agora no Público, não tive dificuldades porque cultivei fontes desde 2017. Mantive um contacto permanente e atento, por isso, quando lá cheguei só tive de acionar esses contactos para ter o acesso que precisava.

Sentiu-se condicionado de alguma forma?

Penso que não. O único condicionamento foi não ter conseguido ir a Palma. Esteve tudo agendado mas no dia o governo, por motivos de segurança, cancelou todos os voos.

Para o resultado das suas peças, foi importante ter estado em Cabo Delgado e falado com os locais para melhor escrever e explicar a realidade que ali se vive?

Muito. Se não tivesse lá ido a maioria das histórias e dos testemunhos que dei a conhecer dificilmente seriam públicas.